

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GESTÃO
INTEGRADA DO TERRITÓRIO**

NATÁLIA ALMEIDA BRITO CARDOSO

CIDADES CRIATIVAS: por uma análise territorial simbólica

Governador Valadares – MG

2017

NATÁLIA ALMEIDA BRITO CARDOSO

CIDADES CRIATIVAS: por uma análise territorial simbólica

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Falco Genovez

Governador Valadares – MG

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

C268c Cardoso, Natália Almeida Brito.

Cidades criativas: por uma análise territorial simbólica / Natália Almeida Brito Cardoso. — 2017.

128 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce, 2017.

Orientação: Patrícia Falco Genovez.

1. Urbanismo. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanização. I. Título.

CDU-711.4

NATÁLIA ALMEIDA BRITO CARDOSO

CIDADES CRIATIVAS: por uma análise territorial simbólica

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia Falco Genovez

Governador Valadares, ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Patrícia Falco Genovez (orientadora)
Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. José Luiz Cazarotto
Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dra. Carla Paoliello de Lucena Carvalho
Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

À Deus, fonte inesgotável de amor e sabedoria. Ao meu esposo e filha por serem minha inspiração e apoio diários. “Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos!” Romanos 11:33

AGRADECIMENTOS

Toda minha gratidão ao Espírito Santo de Deus, que me conduziu em sabedoria, graça e sustento, diariamente. Minha fé me fez mover montanhas. Me fez chegar até aqui.

Ao meu esposo Glaucos Júnior, meu companheiro fiel. Dividimos essa vitória juntos! Obrigada por acreditar em meu potencial. Diante dos meus temores você me fez prosseguir e encarar os problemas por uma perspectiva de superação. Te amo muito!

À minha filha Luísa, chegou em meio ao Mestrado e me fez vencer cada dia de trabalho e estudo com seu amor e sorriso constante. Minha filha, eu te amo tanto! Você também merece esse título. Você me fez descobrir o território do amor, de uma maneira ampla e profundamente não experimentada.

Aos meus pais que sempre me incentivaram aos estudos. Amo muito vocês! Sou grata a tudo que fizeram por mim. Cheguei até aqui pelo apoio e pela perseverança que me ensinaram. Pai, quem sabe não farei o doutorado em Barcelona? Mãe, obrigada por estar sempre presente! Minha amiga fiel.

Aos meus sogros, a oração e presença de vocês foi fundamental. Amo vocês. Obrigada pelo incentivo de fé e coragem! Experimentei o favor de Deus nessa caminhada. Maravilhosa Graça!

Aos meus irmãos, cunhados e amados sobrinhos. Formamos uma grande família! Contem comigo sempre. Vamos comemorar!

Tó, obrigada por sempre me acalmar e acreditar em mim. Te amo mais que posso expressar. Obrigada por tudo! Nossa história foi escrita por Deus.

Aos meus professores, funcionários e colegas do GIT. Com vocês os intensos diálogos epistemológicos foram suaves e leves. O Território deixou marcas profundas em meus estudos e na carreira acadêmica. Voltar a assentar na cadeira como aluna me fez ativar o prazer de aprender.

Dra. Patrícia Falco, minha admiração é sua. Você foi um presente de Deus nessa caminhada. Professora querida, obrigada por tanto esmero às minhas leituras. Ter sido sua orientanda me fez crescer. Você é incrível. Sentirei saudades.

À minha avó Irma, que me recebeu com tanto carinho. Obrigada pela doce acolhida!

À minha amiga Amanda, outro presente de Deus! Viagens, conversas, lanches, estudos... Obrigada por me conduzir ao GIT! A culpa foi sua! Amo você(s)!

À minha amiga Maruza. Quando te vi entrando pela sala não imaginava que nasceria uma amizade para a vida toda! Deus desenhando as histórias...Obrigada pelo o que sua família fez pela minha!

Ana, você é linda! Seu carinho para comigo e a Luísa me emocionou! Admiro sua competência e inteligência! Sentirei falta do nosso quarteto fantástico! Amo vocês!

Aos meus amigos e alunos do CAU, em especial Keninha e Betão (referência digital!). Obrigada por me compreenderem entre ausências e desabafos. Contem sempre comigo.

Ao meu amigo Tálisson, que se tornou mais que um parceiro de profissão.

À minha querida amiga Monize. Você já estava reservada para cuidar da Luísa e eu nem sabia...Amo você! E a Lu também! Obrigada por tudo!

Às minhas outras queridas amigas 'babás': Shalom, Thaís e Vanderléia. Obrigada pela presença, amor e apoio constante! Sem vocês na minha vida não teria conseguido esta vitória. Obrigada!

Às minhas amigas de toda vida! Vocês tornam meus dias alegres e felizes. Em especial minha gratidão à Patrícia, Renata, Eliane, dona Teresinha. Obrigada pelo apoio, acolhida à Luísa, oração e carinho. Todas vocês são tesouros na minha vida.

Muito obrigada!

RESUMO

As cidades são constituídas por uma multiplicidade de manifestações, caracterizando a complexidade dos fenômenos que as definem e redefinem, através das pluralidades dos tempos concernentes a elas. O Urbanismo se apresenta como a área responsável a priori por pensar e planejar o futuro das cidades, e adquire maior significado e relevância quando associado à interdisciplinaridade enquanto modelo epistêmico que recorre a diversas áreas do saber, integrando amplas contribuições e favorecendo uma compreensão urbana-territorial. Os Estudos Territoriais respaldam a hermenêutica das cidades numa imbricação de elementos como o tempo, a memória e a identidade. Assim, a identidade dos grupos sociais gera sobre o espaço significados, conformando territórios, a partir dos hábitos e das práticas sociais. Os territórios portanto, se constituem simbólicos e se distinguem por um continuum territorial, através das territorialidades e multiterritorialidades. Estas, expressam o caráter processual que se estendem desde uma apropriação concreta-funcional, às apropriações imateriais ou simbólicas. As cidades criativas se enquadram nesse continuum territorial e se apresentam como catalizadoras de processos sociais que imanam da criatividade individual e das características próprias de cada lugar. O objetivo desta dissertação foi analisar como os territórios simbólicos são constituídos nas cidades criativas. Para tal fim, percorreu-se à história do Urbanismo afim de encontrar uma vertente que preconizasse um planejamento humanizado de cidades. Em seguida, a partir de elementos constituintes das cidades como o tempo, a memória e a identidade, verificou-se a conformação de territórios simbólicos, através de uma abordagem interdisciplinar. Por último, buscou-se a compreensão dos territórios simbólicos frente ao conceito de cidades criativas. A revisão bibliográfica e a análise documental, apoiadas em perspectivas disciplinares e interdisciplinares, contribuem para ampliar a inteligibilidade do real. A congruência entre os conceitos de diversas áreas justificam o modelo epistêmico interdisciplinar, sobretudo na perspectiva dos Estudos Territoriais, ao propor um balanço crítico do V Congresso Internacional Cidades Criativas. Conclui-se a pertinência de se adotar os conceitos dos Estudos Territoriais nas temáticas de Cidades Criativas, possibilitando um aprofundamento teórico e epistemológico, fornecendo ingredientes próprios para a compreensão do dinamismo presente nos Territórios Simbólicos das Cidades Criativas.

Palavras-chaves: Urbanismo, memória, identidade, territórios simbólicos e cidades criativas

ABSTRACT

Cities are constituted by a multiplicity of manifestations, characterizing the complexity of the phenomenon that define and redefine them, through the pluralities of the times concerning them. Urbanism presents itself a priori as the area responsible for thinking and planning the future of cities, and acquires greater significance and relevance when associated with interdisciplinarity, as an epistemic model that resorts from several areas of knowledge, integrating broad contributions and favoring an understanding Urban-territorial. Territorial Studies support the hermeneutics of cities in an overlapping of elements such as time, memory and identity. Thus, the identity of social groups generates over space meanings, shaping territories, from habits and social practices. Territories, therefore, constitute symbolic and are distinguished by a territorial continuum, through territorialities and multiterritorialities. These express the procedural character that extend from a concrete-functional appropriation to immaterial or symbolic appropriations. Creative cities fit into this territorial continuum and present themselves as catalysts for social processes that emanate from the individual creativity and characteristics of each place. The objective of this dissertation was to analyze how the symbolic territories are constituted in the creative cities. To this end, the history of Urbanism was examined in order to find a section that recommended a humanized planning of cities. Then, from the constituent elements of cities such as time, memory and identity, the formation of symbolic territories was verified through an interdisciplinary approach. Finally, we sought to understand the symbolic territories in front of the concept of creative cities. Bibliographical review and documentary analysis, supported by disciplinary and interdisciplinary perspectives, contribute to increase the intelligibility of the real. The congruence between the concepts of several areas justifies the interdisciplinary epistemic model, especially in the perspective of Territorial Studies, by proposing a critical assessment of the Fifth International Congress of Creative Cities. It concludes the pertinence of adopting the concepts of Territorial Studies in the themes of Creative Cities, allowing a theoretical and epistemological deepening, providing proper ingredients for understanding the dynamism present in the Symbolic Territories of Creative Cities.

Keywords: Urbanism, memory, identity, symbolic territories and creative cities

O Mapa

Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(E nem que fosse o meu
corpo!)
Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...
Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuança de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)
Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada,
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso
Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)
E talvez de meu repouso...

Mario Quintana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 URBANISMO: PERSPECTIVAS HISTÓRICA E TEÓRICA.....	16
2.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICA E TEÓRICA DO URBANISMO.....	17
2.1.1 Pré-Urbanismo do século XIX: modelo progressista e culturalista.....	23
2.1.1.1 Algumas realizações do pré-Urbanismo progressista.....	24
2.1.1.2 Algumas realizações do pré-Urbanismo culturalista.....	24
2.1.2 Urbanismo do século XX: modelo progressista, culturalista e naturalista	25
2.1.2.1 Modelo Progressista.....	26
2.1.2.2 Algumas realizações do Urbanismo progressista e suas características	28
2.1.2.3 A cidade progressista	30
2.1.2.4 Modelo Culturalista.....	31
2.1.2.5 Representantes do Urbanismo culturalista e suas realizações	32
2.1.2.6 Modelo Naturalista.....	34
2.1.3 Tecnotopia e Antrópolis	36
2.1.3.1 Tecnotopia.....	36
2.1.3.2 Antrópolis.....	38
2.2 O ESPAÇO URBANO POR BERNARD LEPETIT	42
2.3 PLANEJAMENTO HUMANIZADO PARA AS CIDADES.....	44
3 A INTERDISCIPLINARIDADE NO ESTUDO DAS CIDADES: UMA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL.....	53
3.1 A INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE O URBANO E O TERRITORIAL.....	56
3.2 HÁBITOS E SUJEITOS DO ESPAÇO: UMA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL ...	63
3.3 TEMPO, MEMÓRIA E A CONFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NAS CIDADES	76
3.4 TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS E AS PRÁTICAS SOCIAIS.....	84
4 TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS NAS CIDADES CRIATIVAS	90
4.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICA E TEÓRICA DAS CIDADES CRIATIVAS.....	90
4.2 CIDADES CRIATIVAS COMO TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS	101
4.3 BALANÇO CRÍTICO DO V CONGRESSO INTERNACIONAL CIDADES CRIATIVAS	111

4.3.1.1 Temáticas em torno das Cidades Criativas	112
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O V CONGRESSO INTERNACIONAL CIDADES CRIATIVAS	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva dos Estudos Territoriais, apoiadas por reflexões disciplinares e interdisciplinares, servirão de embasamento para a construção do pensamento científico neste estudo. Busca-se neste momento refletir sobre o Urbanismo, seus desdobramentos e correlações históricas, urbanas e territoriais. A partir da etimologia da palavra, o sufixo “ismo” de Urbanismo corresponde ao estudo ou teoria da cidade. Monfré (2015) define Urbanismo como “uma escola, teoria ou princípio artístico” que “forjou-se na metade do século XIX, sob a transformação gerada pelas indústrias”, estas que transformaram “a ocupação do território e do trabalho, dissociando da exploração da terra diretamente para a produção” (MONFRÉ, 2015, p.3).

A importância de se estudar o urbanismo é pertinente ao refletirmos que uma grande quantidade de sujeitos (ou cidadãos) é afetada diretamente por ele, de modo a integrar “um esquema comum” (CLAVAL, 2013, p.161). Seja em seu aspecto prático ou abstrato (quando pensamos em hábitos), as pessoas dividem um mesmo limite dimensional, que implica deslocamentos, fluxos e trocas diárias. Claval (2013), pontua algumas perguntas que deveriam ser refletidas por parte daqueles que modelam as cidades. Destaca-se aquela que de antemão interessa a este estudo: “em nome de quem eles agem?” (CLAVAL, 2013, p.161). Pensar cidades impõe uma responsabilidade sociológica, que só pode ser amplamente apreendida de modo a contemplar as diversas escalas territoriais presentes no tecido urbano.

Neste sentido, a cidade será estudada nessa dissertação como um território, lida por uma abordagem interdisciplinar, que integre diversas áreas do saber de forma a encontrar um caminho plausível para a prática urbana ou a prática do urbanismo. Rapoport (1993) defende um planejamento urbano que considere a qualidade do ambiente, mas, sobretudo que considere o comportamento humano e seu sistema simbólico. Portanto, considerar o modo como as pessoas interagem no espaço é fundamental para se propor um planejamento urbano humanizado. A partir dessa perspectiva, propomos um conceito de planejamento urbano que dialogue com os Estudos Territoriais de modo a encontrar um caminho epistemológico mais humanizado e holístico para a análise das cidades.

Entretanto, não só as questões espaciais estarão norteando essa pesquisa. As cidades serão analisadas também por seu fator temporal, presentes na coetaneidade dos tempos (MASSEY, 2008). Deste modo, buscou-se em Bernard Lepetit (2001) o apoio teórico em relação à análise temporal que configura as diversas realidades das cidades.

Frente ao estudo do Urbanismo, verifica-se que esta área de conhecimento não costuma refletir sobre a própria prática, o que por vezes culmina em modelos sendo reproduzidos em cidades por toda parte, sem considerar pontos positivos e negativos que já foram alertados e nem mesmo considerar as diversas escalas territoriais. Deste modo, ratifica-se a pertinência do estudo urbano pelo viés territorial.

Segundo Claval (2013), “falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela” (CLAVAL, 2013, p.127). Assim, pode-se considerar as “relações que os grupos mantêm com o seu meio, não são somente as materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos” (CLAVAL, 2013, p.127). A abordagem simbólica nos Estudos Territoriais permite uma análise da representação que os homens tecem em seu ambiente, onde Claval (2013) argumenta que há uma conscientização desta partilha entre o território e suas relações.

Tratar territórios simbólicos refere-se aos lugares de referências que os homens ou os grupos atribuem para si através de suas práticas sociais. É um campo que se tornou tema essencial da Geografia, a partir dos anos 1980 e 1990 através de pesquisas sobre o espaço vivido (CLAVAL, 2013). Na esfera do Planejamento Urbano, infelizmente se verifica a carência de uma abordagem simbólica nas tratativas do território da cidade. Há uma demasiada atenção para grandes obras (abertura de vias, grandes empreendimentos) do que para a vida cotidiana que acontecem nos bairros e nas ruas.

Por isso, este estudo busca um contraponto com os modelos do Urbanismo histórico no momento em que se abre para um novo caminho epistemológico, inserindo o território como meio de pesquisa, abraçando uma perspectiva simbólica e humanizada. Neste ponto a interdisciplinaridade se insere como instrumento de estudo, abrindo caminho para uma leitura de uma cidade integrada.

A partir dessas considerações, foram demarcados os objetivos desta pesquisa que buscam, de forma geral, analisar como os territórios simbólicos são constituídos nas cidades criativas. Para isso, inicialmente, buscou-se identificar na história do Urbanismo um planejamento humanizado de interface entre o urbano e o território. Em seguida, a partir de elementos como o tempo, a memória e a identidade, verificou-se a caracterização de territórios simbólicos, através de uma abordagem interdisciplinar. Por último, buscou-se compreender os territórios simbólicos nas cidades criativas.

Em virtude da complexidade dos fenômenos constituintes das cidades, recorreu-se a diversas áreas do saber, de modo a integrar pontos de vista de vários estudiosos, favorecendo uma compreensão urbana-territorial. Para isso, o diálogo foi enriquecido principalmente por historiadores, geógrafos, arquitetos e sociólogos, num dinamismo próprio das cidades criativas. A congruência de conceitos de várias áreas justifica a adoção da interdisciplinaridade como um modelo epistêmico, sobretudo na perspectiva dos Estudos Territoriais.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, desenvolveu-se eixos temáticos que posteriormente originaram os capítulos e subcapítulos. O tema Urbanismo foi se desdinhando até se alcançar o conceito de Cidades Criativas. Neste ínterim, conceitos fundamentais presentes no estudo, como tempo, memória e identidade foram se alinhando junto aos conceitos dos Estudos Territoriais.

A revisão bibliográfica e a análise documental da pesquisa, apoiadas em perspectivas disciplinares e interdisciplinares, contribuíram para a estruturação e desenvolvimento dessa dissertação. Território, Migrações e Cultura, como linha de pesquisa dos Estudos Territoriais, possibilitaram verificar a conformação dos Territórios Simbólicos nas Cidades Criativas. O tempo, a memória e a identidade, elementos presentes nas relações, nos signos e nas práticas sociais das cidades, possibilitaram a concordância e proximidade dos temas frente à epistemologia dos Territórios Simbólicos.

O dinamismo nas Cidades Criativas tem sido discutido em amplos debates acadêmicos. Frente a isso, propôs-se como fechamento do estudo um balanço crítico das temáticas abordadas no último Congresso Internacional Cidades Criativas frente ao Estudo do Território, de modo a pontuarmos a relevância e pertinência de se estudar cidades criativas pelo vasto campo dos Estudos Territoriais.

Portanto, a dissertação foi organizada em capítulos que buscaram responder a seguinte questão da pesquisa: *as cidades criativas são constituídas por territórios simbólicos conformados a partir do tempo, memória e identidade?*

No primeiro capítulo, “O Urbanismo: Perspectivas histórica e teórica”, busca-se através do percurso do Urbanismo uma vertente humanizada para o planejamento das cidades. O espaço urbano será analisado pela pluralidade dos tempos expressados por uma hermenêutica urbana de Lepetit (2001). Veremos que o Urbanismo envolve não apenas aspectos funcionais (dimensões, edificações, fluxos), mas sobretudo abarca dimensões simbólicas, políticas e econômicas, num processo holístico e integrado.

A territorialidade, conceito discutido por Haesbaert nessa dissertação, apresentará a dimensão imaterial das cidades, discutidas como “símbolo de um território”, que pode se manifestar enquanto “estratégia político-cultural” (HAESBAERT, 2007, p.25). Percorrendo a definição de territorialidade veremos como os costumes, hábitos e ações dos grupos sociais se constituem como elementos a serem analisados para um planejamento urbano humanizado.

Num segundo momento, recorreremos à interdisciplinaridade como instrumento de estudo nas tratativas urbanas e territoriais. A interdisciplinaridade torna-se mediadora para compreensão de todos os fenômenos constituintes da cidade, buscando contribuições por diversas disciplinas, integrando um pensamento complexo (MORIN, 2003).

O estudo das cidades na perspectiva territorial é pertinente por permitir várias escalas de análise dos fenômenos urbanos, que se caracterizam por seu dinamismo e mutações constantes. Assim, ao discutir cidades, busca-se explorar como as práticas e hábitos dos cidadãos configuram a particularidade inerente a cada cidade. Para tal fim, elementos como tempo, memória e identidade se imbricam aos Estudos Territoriais de modo a evidenciar a conformação dos territórios simbólicos nas cidades, sobretudo as cidades criativas.

Por último, o terceiro capítulo tratará inicialmente da fundamentação teórica e dos principais conceitos que impulsionaram a eclosão do conceito de Cidades Criativas. No percurso da pesquisa, os territórios simbólicos que partem da Geografia Cultural Integradora, se constituem no bojo das Cidades Criativas, trazendo uma abordagem contemporânea e fundamentada para a discussão das cidades. Para isso, considera-se a relação existente entre o território e os agentes

do território, recorrendo as pluralidades temporais e identitárias na vivência territorial.

O capítulo se encerra pelos debates acadêmicos em torno do tema Cidades Criativas. Como instrumento de estudo, elegeu-se o último Congresso Internacional do tema, ocorrido em Portugal em Janeiro de 2017. O objetivo foi tecer um balanço crítico dos artigos e temáticas apresentados, de modo a verificar e posteriormente constatar a pertinência e importância de se discutir Cidades Criativas por meio do apoio teórico e epistemológico dos Estudos Territoriais.

As considerações finais indicam a relevância dos Estudos Territoriais e da interdisciplinaridade, esta vista como um modelo epistêmico de estudo, frente à complexidade dos fenômenos que constituem as cidades. Tratar as cidades de modo integrado permite percorrer diversas escalas, sobretudo as simbólicas, que são demasiadamente esquecidas no Planejamento Urbano. Os elementos tempo, memória e identidade estão presentes na realidade das cidades, sobretudo as cidades criativas, além de serem alvos de debates por diferentes ciências.

Assim, o estudo através da discussão e correlação destes conceitos pelo viés dos Estudos Territoriais constituíram um amplo diálogo e reflexão acerca do território, com ênfase no território simbólico, por suas manifestações culturais e seus significados imanentes às cidades criativas. Esta pesquisa não compreende toda a dimensão e complexidade do fenômeno, mas revela a necessidade de se estudar cidades criativas na ótica territorial, afim de aprofundar epistemologicamente o tema e gerar novos desdobramentos de pesquisas para além das vertentes já exploradas. O Estudo Territorial atrelado à pesquisa de cidades proporcionará novos olhares com a devida densidade epistemológica que o tema suscita.

2 URBANISMO: PERSPECTIVAS HISTÓRICA E TEÓRICA

Para o desenvolvimento deste capítulo, parte-se primordialmente da trajetória pela qual passou o Urbanismo, através de um resgate histórico e teórico. Busca-se verificar na história do Urbanismo e no planejamento das cidades, uma vertente cultural para o entendimento e proposição para o desenvolvimento destes. A partir da trajetória urbana estudada, abre-se espaço para uma vertente humanizada das cidades, sob um viés cultural, que será aprofundada na análise do espaço urbano ancorado pelo conceito de pluralidade dos tempos, encontrando assim um caminho possível para uma hermenêutica urbana (LEPETIT, 2001).

Trataremos também sobre os modelos estudados no Urbanismo que servirão de contrapartida para uma reflexão urbana humanizada e cultural. A importância de se estudar o Urbanismo se faz pertinente pois é a disciplina que se encarrega teoricamente de estudar e propor soluções para as cidades. Gehl (2015) afirma que os urbanistas e planejadores de tráfego por muitos anos não tinham conhecimento sobre como as estruturas físicas influenciavam o comportamento humano (GEHL, 2015). Deste modo, modelos foram sendo propostos sem considerar o sujeito no espaço, ou seja, aquele que o configura e dá significado ao lugar. O percurso histórico do Urbanismo nos levará a refletir como o território da cidade vem sendo tratado desde a expansão urbana, que colocou em cena os novos profissionais da área, os urbanistas.

Para introduzir a discussão do Urbanismo e suas linhas teóricas ao longo dos anos, é necessário elucidar sumariamente a distinção entre o termo mencionado (Urbanismo) e um termo correlato, o Planejamento Urbano. Frequentemente ambos os termos são ambíguos e podem gerar dúvidas em sua aplicação. Ambos se relacionam, pois se complementam na esfera do estudo e planejamento das cidades.

Dessa forma, o Urbanismo estaria voltado às práticas projetuais, envolvendo portanto, “decisões relativas à concepção arquitetural”. Já o Planejamento “integra conhecimentos disciplinares diversos”, e se volta a uma elaboração e gestão de planos (ROVATI, 2013, p.33). Seguindo por este ponto de vista, o Urbanismo é uma área do conhecimento aplicado a uma outra área mais ampla, que é o Planejamento Urbano. Por sua vez, o Urbanismo enquanto disciplina ‘isolada’ anda

atrelado a outras áreas (políticas, econômicas, sociais e culturais) de modo a promover uma gestão e planejamento das cidades.

Para desenvolvimento do estudo em questão, trata-se por Urbanismo tudo o que envolve projetos, conceitos e teorias voltadas ao estudo das cidades, de modo a projetar ou planejar decisões e expectativas sobre o futuro delas. Assim, o Urbanismo nesta análise deve ser entendido também como Planejamento Urbano, por expressar expectativas, projetos, desenhos, planos e teorias acerca das cidades. Esta semelhança e aproximação dos termos se afirmam também pelo conceito que o arquiteto Bardet (1990) utiliza para o Urbanismo, tratando-o como uma ciência do planejamento das cidades.

Além do que já foi exposto, esta disciplina em questão envolve, não apenas assuntos relativos ao urbano (dimensões, espaços, fluxos), mas sobretudo abarca dimensões simbólicas, políticas e econômicas, que por sua vez confere o aspecto integrador¹ desta área do conhecimento.

2.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICA E TEÓRICA DO URBANISMO

Para anteceder a exposição dos modelos de Urbanismo, farei um rápido levantamento de autores que trabalham a história do Urbanismo e das cidades. Este levantamento se faz presente de modo a significar o termo Urbanismo de maneira geral, que também se relacionará ao termo planejamento das cidades, como exposto anteriormente.

O planejamento das cidades primordialmente aparece seguindo o crescimento exponencial da população, impulsionado pelo êxodo rural, que acarretou um congestionamento das cidades industriais, por volta do fim do século XIX. Lewis Mumford (1998) destaca o conceito de planejamento para o crescimento urbano frente a um aperfeiçoamento da situação urbana geral, que defendia a metropolização rumo aos novos processos de produção e industrialização. O

¹ Este termo integrador se volta ao conceito do geógrafo Rogério Haesbaert (2006) quando o mesmo trata o uso do território, agrupando-o em quatro vertentes, sendo elas política, cultural (simbólica-cultural), econômica e natural (HAESBAERT, 2006). Essa abordagem integradora se assemelha à minha aspiração para se tratar questões urbanas, analisando-as sobre várias visões e não se fechando a apenas uma ou outra, embora a ênfase esteja no território simbólico.

conceito de planejamento envolvia as novas tecnologias, meios de transporte e comunicação bem como a dicotomia campo e cidade.

De acordo com Mumford (1998), a primeira contribuição na esfera do planejamento foi de Piotr Kropotkin², que destacava a adaptabilidade e flexibilidade das novas tecnologias para a sociedade e a relação entre campo e cidade. A abordagem de Kropotkin enfocava um aspecto de interdependência e da valorização do campo e da comunidade rural.

Para Leonardo Benevolo (1994), arquiteto e historiador, o Urbanismo atual³ é mencionado como uma urbanística moderna. Esta se forma posteriormente à transformação das cidades industriais, que sofreram com os efeitos da industrialização acelerada, o crescimento populacional e um desequilíbrio na distribuição da população sobre o solo urbano e rural, devido ao novo sistema econômico presente, guiado pelas indústrias.

O termo Urbanização, também utilizado como termo correlato ao Urbanismo, é atribuído ao engenheiro espanhol Ildefonso Cerdá, que projetou a expansão da cidade espanhola Barcelona em 1858, a partir de um plano quadriculado com vinte e dois quarteirões, orlada pelo mar e cortada por duas avenidas diagonais. Em seu plano de urbanização, a prioridade foi dada ao tráfego, pois o considerava o ponto de partida de todas estruturas urbanas (FRAMPTON, 2000, p.19). Segundo Monfré (2015), a palavra urbanização “refere-se à ‘criação’, explicitamente a ação de urbanizar, tornar urbano um território, o que pode se dar através de um projeto” (MONFRÉ, 2015, p.5)

Para os arquitetos franceses Gaston Bardet⁴ e Françoise Choay⁵, o Urbanismo é um termo amplamente usado, distinguindo-se modelos por questões

² Piotr Kropotkin, geógrafo russo e autor do livro *Fields, Factories, and Workshops*. Kropotkin foi defendido por Lewis Mumford (1998) por ter dado a primeira contribuição ao final do século XIX no que se referia a integração cidade-campo, compreendendo os benefícios e a interdependência da industrialização em favor da comunidade rural, de modo a aproximar ambos. Mumford destaca a influência de Kropotkin à Ebenezer Howard no conceito de cidades-jardins (MUMFORD, 1998).

³ O livro da publicação do livro de Benevolo data-se de 1981.

⁴ Licenciado e graduado pelo Instituto de Urbanismo e pelo Institut de France (BARDET, 1990). A atuação de Bardet como professor e divulgador de ideias sobre urbanismo iniciou-se no Institut d’Urbanisme da Universidade de Paris (IUUP), em 1937. Esse instituto foi herdeiro de uma das mais longas tradições de ensino de urbanismo na França, tendo como fundadores Marcel Poète e Henri Sellier. Essa tradição se inscreve num contexto institucional e intelectual do início do século XX, quando emergiu na Europa um conjunto de teorias e práticas relativas à organização urbana (PONTUAL, 2016).

⁵ Françoise Choay é historiadora das teorias e formas urbanas e arquitetônicas. Foi diretora do Instituto de Urbanismo de Paris VIII e ensinou em várias universidades europeias e americanas. Em 1995 ela ganhou o Grand Prix National du Patrimoine.

epistemológicas que serão tratadas a frente. Bardet (1990) considera o termo como uma ciência e neologismo batizado na França. O termo surge em 1910, simultaneamente à expansão da sociedade industrial do século XIX, que etimologicamente significa 'ciência do planejamento das cidades'.

Uma cidade é uma obra de arte para a qual cooperam gerações de habitantes, acomodando-se mais, ou menos, àquilo que existia antes delas. Justamente porque está em perpétua transformação, sob o efeito da sucessão infinitamente cambiante dos seres que a habitam, a fazem e a refazem, a cidade não se sujeita de maneira alguma a seu plano, a um esquema gráfico, nem mesmo ao conjunto de vazios e cheios arquiteturais que a definem. Esse plano, esses vazios e cheios, não passam de manifestações exteriores da existência de um ser coletivo no qual a vida é entretecida pela substituição das gerações umas pelas outras. O que importa antes de mais nada é o conhecimento desse ser coletivo (BARDET, 1990, p.10).

Podemos destacar o aspecto atual do pensamento do arquiteto Bardet (1990). O arquiteto em sua citação menciona uma cidade viva, que se forma por seu passado e que é transformado cotidianamente pela existência da coletividade do presente tempo, exercida pelos atores sociais, que o autor se refere como as gerações de habitantes. O autor trabalha o aspecto temporal presente nas cidades e a importância de se considerar os sujeitos do espaço para o estudo das cidades.

Embora Bardet tenha se formado e escrito seu livro no século XX, seus pontos de vista vão ao encontro a um pensamento contemporâneo para análise das cidades. Se considerarmos sua produção literária, principalmente entre os anos 1930 e 1940 (PONTUAL, 2016), este se encontrava num momento histórico para a cidade marcado pelo modernismo arquitetural, lendo as cidades sem considerar seus diálogos culturais. O movimento moderno exposto por arquitetos da época preconizava uma negação ao passado histórico, algo combatido por Bardet (1990).

Outro aspecto é o fato do arquiteto mencionar a cooperação entre o passado e o presente nas cidades. Lepetit (2001) dá destaque a essa afirmativa ao mencionar as várias temporalidades presentes para uma hermenêutica urbana. As cidades se transformam a partir de seu passado histórico e social. Discutiremos esta perspectiva temporal mais a frente, por subsidiar o caráter simbólico presente nas cidades.

De acordo Bardet (1990), o fenômeno da urbanização surge juntamente com o aparecimento das massas. Os países europeus foram palco de grande crescimento populacional, o que eclodiu com o aparecimento das grandes

indústrias. O século XIX desenvolveria novos métodos de recenseamento e coleta de dados afim de classificar e organizar a multidão. A distribuição da população era pontual, o que favorecia problemas e em contrapartida novas demandas de soluções, assim, nascia uma nova ciência com intuito de organizar a população sobre o 'solo'.

O grande crescimento populacional nas cidades se intensificou pelo deslocamento migratório campo-cidade, ocasionado pela Revolução Industrial, que gerou um grande adensamento das áreas urbanas, colocando em pauta uma nova ciência que eclodiria, a fim de organizar as "massas sobre o solo" (BARDET, 1990). A partir dela, as cidades se deparam com novos problemas, novos meios de transporte, novos meios de produção e novas funções urbanas.

Segundo Vicente Naspolini (2009), grandes mudanças nas estruturas econômicas e sociais, no âmbito do espaço urbano, impeliram pensadores, cientistas e engenheiros a refletir sobre os caminhos que as aglomerações deveriam seguir. Visões distintas acerca do que deveria ser o Urbanismo ou o futuro das cidades, surgem, portanto, desde o início do século XIX.

A ciência do Urbanismo, nasce com intuito pragmático de reger e controlar as transformações sociais e urbanas decorrentes de uma sociedade industrial que vivia em meio a um ritmo de vida regido agora pela indústria, comércio e pelo 'relógio'. Todavia, a cidade não é apenas um conjunto de organismos funcionais como casas, ruas e bairros, mas é um organismo vivo, que se transforma à medida que a sociedade evolui, cresce e se movimenta sobre o solo.

Segundo Naspolini (2009), o Urbanismo é composto, além das ciências exatas e da natureza, de ciências sociais, e também possui sua trajetória "marcada por disputas entre paradigmas, sem, no entanto, algum deles alcançar a posição de corpo teórico supremo e absoluto" (NASPOLINI, 2009, p.27). Aqui assinala-se o caráter interdisciplinar do Urbanismo, como aprofundaremos no segundo capítulo da dissertação.

As correntes do Urbanismo, como veremos a seguir, surgem como uma maneira de expor e gerar diretrizes para a crescente massa populacional, organizando as cidades sob um viés da funcionalidade, que em muitas vezes e, por assim dizer, até os dias atuais, insistiam e insistem em suprimir o cotidiano espontâneo, desconsiderando aspectos simbólicos presentes através das diversas relações sociais que constituem o espaço urbano.

A arquiteta Françoise Choay (2002), destaca “a crise do urbanismo” questionando o porquê do planejamento urbano suscitar tanta dificuldade. Dentre as respostas, destaca-se a pretensão dos teóricos em colocar o planejamento das cidades como uma ciência rigorosa, concluindo que a própria ideia do Urbanismo científico é um dos mitos da sociedade industrial. A autora critica-o por ser tratado como modelos idealizados para aglomerações.

Mais uma vez, aparece pelo ponto de vista da arquiteta supracitada o caráter interdisciplinar do Urbanismo. Não se deve enquadrá-lo como algo unilateral, de modo a não sofrer interferência de outras áreas. Ele deve ser tratado levando em consideração o passado histórico das cidades e suas relações presentes. O ‘passado’ pode ter sido marcado por questões históricas de guerra, ou uma economia que possibilitou configurações próprias ao espaço urbano. Enfim, cada cidade deve ser pensada como “caso particular” (CHOAY, 2002). Não é possível traçar estratégias gerais e aplicá-las em cada uma delas. As cidades devem ser tratadas como heterogêneas, possuindo cada uma suas características que lhes fazem peculiares dentre tantas outras.

Bardet (1990) destaca que a ciência do Urbanismo teve na França um único representante, Marcel Poëte⁶ (1866-1950). Fundador do Urbanismo Historicista, Poëte tentou fazer deste, uma verdadeira ciência de observação, preconizando que na cidade “é preciso partir, em primeiro lugar, do ser humano; somente em segundo lugar é que observaremos a utilização da natureza pelo homem” (BARDET, 1990, p. 28-29). O autor destaca a relevância do ensino do Urbanismo, que nasce de seu “tutor” Poëte, que criou várias disciplinas ligadas ao tema. Destaca-se em 1903, o Curso de Introdução à História de Paris (situado na Biblioteca da Cidade de Paris), evoluindo em 1907 e 1914, ao Seminário de História de Paris, na Escola Prática de Altos Estudos (Sorbonne), onde foi estudada a vida urbana da capital parisiense.

Em 1916, a Biblioteca foi transformada por ele em um Instituto de História, Geografia e de Economia urbanas, que “inaugurava a extensão das pesquisas urbanas em todas as cidades” (BARDET, 1990, p. 28). Novos desdobramentos entre instituições e escolas foram surgindo, difundindo o Urbanismo na França até

⁶ “Poëte é para alguns uma espécie de pai fundador do urbanismo historicista e também um dos grandes protagonistas do pensamento europeu do início do século XX em matéria de urbanismo” (SILVEIRA, 2007, p.764).

meados do século XIX, desdobrando em novas especializações dentro do planejamento das cidades (BARDET, 1990).

No viés de Poëte de que a cidade deve partir do ser humano (Bardet, 1990), destaca-se o ponto de vista do arquiteto e urbanista contemporâneo Jan Gehl, dinamarquês, que publicou seu livro em 2010, cujo título *Cidades para Pessoas* já apresenta a tese da obra. O arquiteto preconiza que as pessoas devem ter um “papel-chave” no planejamento urbano e de áreas edificadas. O autor destaca que “cuidar das pessoas na cidade é fator essencial para obtenção de cidades mais vivas, mais seguras, sustentáveis e saudáveis” (GEHL, 2015, Prefácio). Assinala que esses adjetivos das cidades são “objetivos de crucial importância no século XXI” (GEHL, 2015, Prefácio). A contribuição da obra do autor será mencionada posteriormente a fim de ratificar a ênfase humanista nas tratativas urbanas.

Caminhando em direção aos ideais (históricos) do Urbanismo, surgiram modelos na tentativa de solucionar os problemas das cidades e as mazelas enfrentadas pela sociedade em decorrência da rápida e crescente industrialização. As categorias que se destacam são progressista, culturalista e naturalista, porém, anterior a elas, a arquiteta Choay (2002) distingue dois modelos de pré-Urbanismo para depois tratar os modelos do Urbanismo, como veremos nos itens subsequentes.

O pré-Urbanismo caracteriza-se pelo fato de seus representantes não serem especialistas na área, portanto se apoiavam num “[...] conjunto de filosofias políticas e sociais ou de verdadeiras utopias” (CHOAY, 2002, p.7). Já o Urbanismo teria seus modelos discutidos pelos chamados especialistas. Enquanto generalistas discutiam o pré-Urbanismo, no Urbanismo, arquitetos o faziam.

Pretende-se com esse próximo estudo, distinguir um modelo ou vertente urbana que considere a cidade não apenas sob um aspecto, mas a compreenda de maneira integrada, que coloque as pessoas ou os cidadãos como os principais gestores urbanos. O percurso da trajetória do Urbanismo, poderá indicar o caminho que as cidades passaram até se aproximar ao conceito de um planejamento humanizado para as cidades.

2.1.1 Pré-Urbanismo do século XIX: modelo progressista e culturalista

Para percorrer os modelos do pré-urbanismo e do Urbanismo, levantou-se como autores centrais a arquiteta Françoise Choay (2002) e Leonardo Benevolo (1994; 2003). A antologia de Choay (2005) acerca do Urbanismo e suas correntes foi publicada em 1965, baseando-se em textos dos diversos autores para as propostas dos modelos de cidade. A autora é arquiteta e historiadora das teorias e formas arquitetônicas, adotando-se nesta etapa um caráter disciplinar. Ratificando os estudos de Choay (2005), e ancorando as informações relativas à história, considerou-se o historiador Benevolo (1994; 2003), cujo foco de estudo são as cidades e a urbanística moderna, remetendo ao título de seu livro.

O modelo progressista do pré-Urbanismo apresentava como característica uma visão racional, defendendo a necessidade de refazer a cidade considerando o aspecto teórico ao propor uma “nova” cidade em detrimento do aspecto prático existente e inerente a elas. Em outras palavras, a cidade seria refeita a partir de ideais teóricos, filosofias políticas e sociais, criticando a cidade industrial. O modelo mencionado foi representado por Robert Owen, Charles Fourier, Victor Considérant (discípulo de Fourier), Etienne Cabet, Pierre-Joseph Proudhon, Benjamim Richardson, Jean-Baptiste Godin, Julio Verne e Herbert-George Wells (BENEVOLO, 1994 e CHOAY, 2002).

Surge o modelo culturalista do pré-urbanismo pautado nas obras de John Ruskin e de William Morris, Augustus Welby Northmore Pugin, reafirmado por Ebenezer Howard ao final do século XIX. Esse modelo foi a proposta da cidade-jardim. Todos esses estudiosos apresentavam como característica um modelo idealizado de cidade que deveria resgatar a organicidade perdida pela era industrial através da natureza e sua irregularidade (CHOAY, 2002). A organicidade seria baseada na ausência de simetria das edificações, que seriam pautadas na especificidade de cada construção. Enquanto os progressistas preconizavam o aspecto regular e padronizado de construções, os culturalistas se engajavam em negar a reprodução de protótipos de construção, além de propor habitações coletivas em detrimento de habitações individuais.

2.1.1.1 Algumas realizações do pré-Urbanismo progressista

Frente ao modelo do pré-Urbanismo progressista, destaca-se Robert Owen (1771-1858), rico industrial inglês, que manifestou seu interesse por assentamentos industriais integrados, que culminou no projeto da New Lanark (1815), como uma instituição pioneira do movimento cooperativo (FRAMPTON, 1997).

Charles Fourier, outro destaque no pré-Urbanismo progressista, escritor, com sua visão do “novo mundo industrial”, defendia o estabelecimento de comunidades ideais ou “falanges”, alojadas em “falanstérios” (economia agrícola, suplementada por uma manufatura leve – assentamento comunal). Sua realização mais próxima foi o familistério, construído pelo industrial Jean Baptiste Godin, perto de sua fábrica em Guise (1859-70), (FRAMPTON, 1997, p.15-16).

Estes modelos, falanstérios e familistérios, segundo Benevolo (2003), foram considerados como irrealizáveis na primeira metade do século XIX, pois se caracterizavam como o contrário teórico da cidade liberal, que preconizava a individualidade. Os modelos propostos voltavam-se para uma organização coletiva, de modo a solucionar aspectos da vida familiar coletivamente. Estes modelos abriram discussão para a pesquisa coletiva de habitação da Arquitetura moderna do século seguinte.

O ideal progressista era promover o bem-estar com propostas que poderiam se reproduzir em qualquer lugar e tempo e para todos os indivíduos. Princípios racionais como estética, lógica e beleza preconizavam um modelo “ideal” para a organização da cidade. Este modelo recusava heranças passadas.

Os edifícios seriam invariáveis uma vez concebidos de modo a se alocarem perfeitamente ao traçado urbano, que também, supunha-se, não sofreria qualquer modificação (CHOAY, 2002).

2.1.1.2 Algumas realizações do pré-Urbanismo culturalista

Em contrapartida ao modelo progressista, aparece o modelo culturalista, extraído da obra de Ruskin e Morris, fortalecido posteriormente por Ebenezer Howard (1850-1928) no século XX. Como mencionado, Choay (2002) escreve que “[...] o ponto capital ideológico desse modelo não é mais o conceito de progresso,

mas o de cultura. A natureza devia fazer parte da vida cidadina” (Choay, 2002, pg.12). Já para Napolini (2009) os culturalistas buscavam seus referenciais na História e na Arqueologia, consideradas duas disciplinas científicas.

Pugin, Ruskin e Morris, voltavam-se à revalorização das estéticas do passado, fundamentados na cultura inglesa e que se expressavam nas formas arquitetônicas e urbanas. Assim, a assimetria e a irregularidade marcariam a ordem orgânica da cidade, preconizadas por Ruskin e Morris. Para os autores, “o estético exerce o papel que exercia a higiene em Owen, Fourier e Richardson” (CHOAY, 2002, pg.13).

Choay (2002) conclui que ambos os modelos, progressista e culturalista do pré-Urbanismo fracassam por serem taxativos e limitadores, ou seja, serem modelos ideais, por tratarem a cidade sob uma lógica unidirecional, numa tentativa de solucionar todos os problemas por um viés, como se fosse possível estabelecer um padrão para todos os indivíduos. Embora o culturalista tentasse abrir precedentes ao coletivo em detrimento do individual, colocava todos os cidadãos também numa mesma ordem. A cidade era vista como um objeto reprodutível, não como um processo que envolvia problemáticas específicas.

Em síntese, o modelo progressista e culturalista do pré-Urbanismo do século XIX abriram um caminho epistemológico para se pensar a cidade. Embora seus representantes buscassem modelos ideias para a cidade do futuro, suas realizações práticas juntamente com o posicionamento crítico emanado de ambos, serviram de base para as propostas subsequentes (CHOAY, 2002), que serão apresentadas a seguir.

2.1.2 Urbanismo do século XX: modelo progressista, culturalista e naturalista

Os modelos do Urbanismo se apresentaram com ênfase no século XX, como três modelos ideais, o progressista, culturalista e naturalista. Ambos se desenvolveram paralelos um ao outro, com distintos representantes, porém o que obteve maior repercussão e, por assim dizer, adesão prática para proposição de novas ferramentas estruturais na constituição ou até mesmo reconstituição das cidades foi o modelo progressista, que veremos a seguir.

Para trabalhar a argumentação deste item, recorre-se a antologia de Choay (2002) e a história urbana de Benevolo (1994; 2003), por suas contribuições voltadas aos estudos urbano e histórico no desenvolvimento das cidades. Alia-se à reflexão, a contribuição do historiador Bernard Lepetit (2001) e Gaston Bardet (1990), historiador e arquiteto, respectivamente.

2.1.2.1 Modelo Progressista

A ideia que ancora o modelo progressista é a modernidade, que anunciava um rompimento com a história da cidade e sua tradição cultural. A técnica e a própria industrialização seriam protagonistas deste modelo e conseqüentemente do movimento moderno na Arquitetura, que seria conduzido ao Urbanismo por grandes nomes da época, como Charles-Edouard Jeanneret, conhecido por Le Corbusier, Mies Van der Rohe e Walter Gropius.

A estética aliada à eficácia dos edifícios seriam premissas para se conceber a cidade e sua arquitetura. Estas, por sua vez, estariam atreladas à racionalidade técnica de modo a favorecer a era da máquina e da standardização. Neste contexto, com a tendência à tipificação⁷ dos edifícios e também do indivíduo, surgiria o homem-tipo⁸, um modelo “ideal” de ser-humano, com medidas proporcionais e regulares, pronto para habitar todo e qualquer tipo de edificação, em qualquer parte do mundo, desde que os critérios de racionalidade e padronização fossem seguidos na concepção da edificação.

Este ideal humano foi enunciado pelo arquiteto francês Le Corbusier, um dos representantes do Movimento Moderno na Arquitetura, que inspirou a Carta de Atenas⁹ promulgada no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – o

⁷ Concepção racionalista para a Arquitetura Moderna em que os edifícios se padronizariam por suas funções independentemente do local de inserção. Amplamente difundido pelos arquitetos racionalistas modernos.

⁸ O modulator (homem-tipo) foi um sistema de proporções elaborado e largamente utilizado pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier. O arquiteto se referenciou a partir de medidas modulares baseadas nas proporções de um indivíduo (inicialmente com 1,75 m e mais tarde com 1,83 m de altura). A existência do modulator tornou viável a construção de grandes blocos habitacionais na Europa no período pós-guerras. Para o arquiteto, todos os homens tem o mesmo organismo, as funções e necessidades. Seria o protótipo do homem ideal, puro e perfeito.

⁹ Carta elaborada resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. Continha diretrizes para as cidades voltadas ao tema do urbanismo, elaborada por um grupo internacional de arquitetos após terem analisado 33 cidades do mundo. Seu caráter era universal.

grupo do C.I.A.M – realizados entre 1928 e 1956 (CHOAY, 2002). Segundo Naspolini (2009):

[...] “os CIAMs, a partir de 1928, divulgaram as novas doutrinas internacionalmente, tendo como principal porta-voz Le Corbusier e sua síntese na Carta de Atenas, de 1933, não sem lutas internas entre grupos de paradigmas distintos pelo poder de administrar o congresso e consequentemente determinar as pautas de discussões” (NASPOLINI, 2009, p.33).

O grupo representado por uma maioria europeia, preocupava-se inicialmente com problemas habitacionais, mas que a partir do Congresso de 1930 coloca o Urbanismo como pauta de discussão. Os profissionais envolvidos nestes congressos motivados pela concepção de cidade liberal e ancorados pelos ideais de higiene e saúde, preconizados por Haussmann, iniciam as discussões ao pensar a Arquitetura num plano maior, como parcelamento do solo, habitação e lazer na cidade, dentre outros temas que seguiam o curso dos congressos.

Destaca-se o IV CIAM, realizado em 1933, em que fica claramente demonstrado a “concepção racional e científica para tratar a arquitetura” e a partir dele definem-se quatro funções e áreas predominantes da cidade industrial: trabalho, residência, descanso e circulação” (MONTANER, 2001, p.29). São estas as funções, enunciadas por Le Corbusier, um dos maiores representantes do modernismo (juntamente com Walter Gropius e Mies van der Rohe), que norteariam a Arquitetura e o Urbanismo moderno.

Num breve resgate histórico, anterior aos CIAM, ainda no século XIX Paris sobressai frente às demais cidades europeias. Esta evidência apoiou-se em fatores relevantes como o poder do Imperador Napoleão III, a capacidade do prefeito Haussmann (nomeado em 1853), o elevado nível de técnicos, e a existência de leis como a lei de expropriação de 1840 e a lei sanitária de 1850. Este contexto favorável encaminha a realização de um programa urbanístico que colocaria a capital francesa como um modelo reconhecido para todas as cidades do mundo, a partir da segunda metade do século XIX (BENEVOLO, 2003).

Bardet (1990) destaca o mérito de Napoleão III, o colocando como o “primeiro urbanista francês: infelizmente, mesmo tendo esboçado ele próprio suas concepções, encontrou apenas um ‘administrador’ para traduzi-las: Haussmann”

(BARDET, 1990, p.18). Haussmann foi reconhecido pelo programa de urbanização de Paris, que seguiu padrões de embelezamento e saneamento, aliados a um desejo de melhoria social, já que a população sofria com as mazelas da excessiva industrialização e densificação do solo urbano.

No tópico subsequente, destacam-se alguns nomes frente ao Urbanismo progressista, inicialmente ancorado por ideais utópicos para a proposição da cidade industrial, mas que conformou um caminho pragmático para as cidades no pós-guerra, ganhando muitos adeptos e obras realizadas.

2.1.2.2 Algumas realizações do Urbanismo progressista e suas características

Na difusão do modelo progressista, congressos voltados ao tema de higiene estavam acontecendo desde o início do século XX em várias cidades francesas e em outras cidades da Europa, que procederiam às grandes Exposições Internacionais dos Planos de Cidades, organizadas em 1910, em Berlim, Dusseldorf e Londres.

Uma das primeiras expressões do Urbanismo progressista do início do século XX – anterior aos CIAMs, é revelado pelo arquiteto Tony Garnier em sua obra *La cité industrielle*. Esta obra foi considerada uma das primeiras obras racionalistas, com grande ênfase na padronização da cidade que aconteceria por suas funções e necessidades (CHOAY, 2002).

O modelo progressista foi também amplificado pelas pesquisas de arquitetos dos Países Baixos, como Jacobus Johannes Pieter Oud, Gerrit Rietveld e Cornelis van Eesteren. Na Alemanha destacaram-se as pesquisas desenvolvidas por Walter Gropius (Escola Bauhaus), na Rússia o destaque foi para os construtivistas e na França destacaram-se os pesquisadores Amédée Ozenfant e Le Corbusier (CHOAY, 2002).

Com o término da Primeira Guerra Mundial e com os congressos – CIAMs, os progressistas encontram um terreno fértil para promulgação mais efetiva de seus ideais racionais, estéticos e técnicos e da lógica construtiva de se conceber a Arquitetura e o Urbanismo. O que eles buscavam, como já abordado, seria uma ruptura com as formas tradicionais, aliados ao desenvolvimento técnico trazido pelos novos materiais da revolução industrial – ferro, vidro e concreto – porém

utilizados sob a égide da eficácia construtiva, a partir da standardização e mecanização promovida pela indústria.

Neste seio de inovações, o Urbanismo progressista encontra um campo aberto numa escala mundial, difundindo-se através das funções já explicitadas: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito. Este “tipo” ou necessidades-tipo universais seriam aplicadas em qualquer parte do globo terrestre, desprezando a relação com o local onde seria edificada as novas construções, “racionais e eficientes”, classificadas por Choay como limitadoras, uma vez que elas seriam reproduzidas, enquadrando tudo e todos num mesmo padrão construtivo e organizacional rigorosos (CHOAY, 2002).

Frente a estas características funcionais e padronizadas expostas pelo Urbanismo progressista, a cidade deste modelo adquire características próprias, como veremos a seguir, tomando como pressuposto primordial de análise e atuação, o problema habitacional.

Até o momento histórico analisado, constata-se um desprezo pelos urbanistas em considerar o passado histórico das cidades para se propor o presente. Há uma afirmação exacerbada em se projetar cidades a partir da lógica industrial e para qualquer indivíduo, sem ater-se a questões próprias e específicas de cada local.

A crítica que se faz aqui é que numa mesma cidade há configurações, usos, apropriações específicas que não permite uma leitura homogeneizadora do território citadino. Abordaremos no próximo tópico e também no capítulo seguinte, elementos presentes nas cidades (como o tempo, a memória e a identidade), que configuram sobre ela uma complexidade, não permitindo uma análise unidirecional. Deste modo, uma proposição urbana sob um viés exclusivamente funcional ou progressista, não se aplica ao que se acredita para um planejamento urbano coerente.

Ademais, prosseguiremos estudando os modelos urbanos do século XX até alcançarmos a perspectiva humanizada para as cidades, afinal, o resgate histórico é fundamental para a hermenêutica das cidades (Lepetit, 2001), ainda que este se distancie momentaneamente das propostas humanizadas frente ao estudo urbano.

2.1.2.3 A cidade progressista

A cidade era tratada como um todo único, distinguindo suas partes, ou seja, suas funções sobrepostas na vida da cidade. A função habitar, neste íterim, é considerada o elemento fundamental na cidade, favorecendo um estudo avançado sobre moradias por parte dos arquitetos modernistas, culminando em novos modelos, primordialmente habitacionais (BENEVOLO, 2003). Podemos verificar o distanciamento da cidade progressista dos pontos de vista de Bardet (1990) e Lepetit (2001). Ambos autores preconizam o espaço urbano como heterogêneo, com características próprias, tanto por seus lugares específicos quanto pela diversidade de seus habitantes, distanciando assim de um modelo uniforme para a cidade.

De acordo com Benevolo (2003), “[...] a hipótese das unidades de habitação” permitiria aumentar o controle arquitetônico a uma escala muito maior na cidade, ou seja, a unidade mínima da cidade que seria o ‘habitar’ levaria a outras em maiores escalas, gradativamente (BENEVOLO, 2003, p.644). A cidade seria ‘fabricada’ para atender a estas expectativas, num modelo homogeneizador e determinado. O plano da cidade progressista não estaria ligado ao passado cultural tradicional, ele preconiza a racionalidade de uma nova era, a partir da função da cidade industrial engendrada por Tony Garnier, onde cada cidade seria separada por zonas – zonas de trabalho, lazer, habitação e funções administrativas. Choay (2002) tece uma crítica acerca do ideal das cidades progressistas, destacando a instrumentalidade da cidade, comparando-a a lógica industrial:

“Cidade-instrumento, o modelo progressista é também cidade-espetáculo. A estética é um imperativo tão importante quanto a eficácia para esses urbanistas-arquitetos a quem a tradição europeia deu, em alto grau, uma formação de artistas. Mas, conforme a seu modernismo, rejeitam qualquer sentimentalismo com respeito ao legado estético do passado” (CHOAY,2002, p.22-23).

Este modelo de Urbanismo tem sua repercussão ancorada e fomentada pelos arquitetos e urbanistas do período moderno, ganhando adeptos e divulgando uma nova arquitetura, porém, paralelamente, conceitos opostos andavam atrelados aos progressistas, discutindo um novo olhar para a cidade, como é o caso do modelo culturalista, visto a seguir. Lepetit (2001) destaca a simetria presente em

ambos modelos na tentativa de organizar o futuro, porém agora com um enfoque de comunidade urbana, “dando corpo novamente às formas passadas de organização da cidade” (LEPETIT, 2001, p.140). Há aqui um resgate ao passado para as propostas urbanas, porém se atém a ele, não considerando as aspirações do tempo presente.

2.1.2.4 Modelo Culturalista

Contraopondo os ideais progressistas para a cidade, divulga-se paralelamente, mas com um outro enfoque, um ideal pautado num modelo cultural para a cidade. A cidade teria sua ‘particularidade’ assegurada sendo concebida respeitando sua tradição e respeito às formas passadas. Neste aspecto, é importante refletir sobre o avanço deste modelo em relação ao progressista. A cidade neste ponto é pensada a partir de seu passado e sua história. Temos aqui uma correlação ao ponto de vista de Lepetit (2001), quando o historiador defende que a cidade faz convergir, “num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado” (LEPETIT, 2001, p.141).

Embora a cidade culturalista enfatize com muito vigor a conservação de seu passado histórico, ela se prende a ele. A ideia da complexidade presente nas cidades proposta por Lepetit (2001), defende sim a presença dos hábitos e das formas do passado, porém aponta para a justaposição, para o cruzamento do passado com o presente tempo. Assim, os culturalistas se fecham para o novo, reforçando os ideias tradicionais para a proposição urbana.

A noção material trazida pela industrialização seria menos evidenciada neste modelo, valores humanitários e comunitários se confirmariam nos planos para a cidade culturalista conciliando natureza, tradição e “comunidades-tipo”¹⁰. A aglomeração urbana ou o que Choay (2002) trata como totalidade, teria privilégio sobre o indivíduo, ou as partes, já denunciando a dicotomia do homem-tipo proposto e implementado pelos progressistas.

A lógica orgânica proposta pela cidade culturalista é contra a geometria proposta pelo modelo progressista. Enquanto a primeira anuncia uma dependência

¹⁰ Howard, o idealizador das cidades-jardins, enfatizava um equilíbrio da população dividida em faixa etária e setores de trabalho. A comunidade-tipo que habitaria a cidade-jardim viria ser representada por um padrão pré-estabelecido da população.

do campo com a cidade industrial, ligado ao aspecto natural ou ao próprio verde, a segunda já se volta para uma simetria das edificações, separadas por funções e distantes de qualquer relação com a natureza. O princípio condutor dos culturalistas era também a revalorização da estética e a tradição do passado, o que foi radicalmente negado pelo modelo progressista. No item subsequente, destacam-se alguns representantes culturalistas que obtiveram projetos construídos anunciando um novo ideal para a cidade, agora ancorados por valores tradicionais.

2.1.2.5 Representantes do Urbanismo culturalista e suas realizações

No modelo culturalista os fundadores que se destacam são Camillo Sitte (1843-1903), E. Howard (1850-1928) e Raymond Unwin (1863-1940). Este último, arquiteto e urbanista inglês dentre os culturalistas, realizou com Barry Parken a primeira cidade jardim inglesa em Letchworth, materializando os sonhos de Howard (CHOAY, 2002). Os dois urbanistas reconhecidos internacionalmente se inspiraram nas cidades-jardim promulgadas por Howard, cujo modelo de cidade se baseava na tradição e na vida comunitária, numa tentativa de resgatar o passado perdido pela intensa industrialização.

Camillo Sitte (1843-1903), urbanista austríaco que com sua publicação *Der Stadtebau*, de 1889, influenciaria a Alemanha e a Grã-Bretanha, ao evidenciar uma nova estrutura orgânica para as cidades, que favoreceria o verde e as formas passadas, numa reação contra a geometria progressista e o haussmanismo¹¹ (BARDET, 1990). A rua, tida como um lugar estigmatizado pela sujeira e desordem para os progressistas, sendo transplantada como lugar apenas de circulação (que ligaria as zonas das cidades), para Sitte, foi considerada um órgão fundamental, um local de passagem, mas também de encontro. Por ser esse local de trocas, Sitte busca uma análise de Urbanismo relacional, entre as pessoas e a cidade.

Sitte foi criticado por Le Corbusier por recorrer às formas medievais na tentativa de reafirmar um passado estético. Para Corbusier, a busca pelo passado acabaria gerando uma “[...] reificação do tempo, que é tratado ao modo de um

¹¹ Modelo do Prefeito Haussmann de Paris.

espaço e como se fosse reversível. Chega-se assim, por canais diferentes, ao mesmo resultado que no Urbanismo progressista” (CHOAY, 2002, p.29).

Já Howard, considerado pai das cidades-jardins (*garden city*), defendia a interdependência da cidade e do campo, propondo um modelo de cidade ideal cercada pelo verde que propiciaria mais saúde e bem-estar aos habitantes. A metrópole da era industrial idealizada por Howard, deveria ser cercada por um cinturão verde de modo a impedir qualquer junção com outras aglomerações. A *garden city* não poderia se estender pelo espaço. Deveria ter um número limitado de habitantes e ser equilibrada nas diferentes classes etárias e nos setores de trabalho (CHOAY, 2002).

A cidade culturalista preconizava um rigor em relação a expansão da cidade. Embora fosse um modelo menos rigoroso que o progressista, era limitado à um número específico de cidadãos, que viveriam sob um mesmo ritmo de vida, negligenciando a intensa mecanização fomentada pela industrialização. A organicidade era presente no modelo culturalista (por se submeter ao cinturão verde e também por defender as formas tradicionais) e a coletividade era algo marcante para este tipo de cidade. Num rápido contraponto, enquanto um modelo exagerava nos ideais de técnica e progresso científico, o outro tentava voltar ao tempo, trazendo consigo uma abordagem mais nostálgica ao Urbanismo.

Segundo Lewis Mumford (1998), Howard foi influenciado pelo geógrafo Piotr Kropotkin, que vislumbrava “[...] a oportunidade de uma vida local mais responsável e responsiva, com maior alcance para os agentes humanos esquecidos e frustrados pelas organizações de massa” (MUMFORD,1998, p.556). Por trás do conceito de cidade-jardim, ele viu “[...] as esplêndidas possibilidades de uma nova civilização baseada no serviço à comunidade” (MUMFORD,1998, p.556). Howard procurou um “[...] casamento estável entre a cidade e o campo e não uma ligação de fim de semana” (MUMFORD,1998, p.556).

De acordo com Bardet (1990), “a cidade jardim seria cercada por um cinturão agrícola” e sua população ideal seria fixada em 30 mil habitantes. Buscava-se um “equilíbrio funcional a ser obtido entre a cidade, o campo, a residência, o mercado, a indústria, as funções espirituais, políticas, sociais, recreativas etc.” (BARDET, 1990, p.19). Assim, vislumbra-se um rigor de ‘crescimento e estagnação’ para a cidade culturalista. Haveria um formato (e limite), e a cidade estaria presa à ele.

Estes dois modelos, progressista e culturalista se desenvolveram paralelamente a um outro modelo, o modelo naturalista. Embora o modelo progressista para as cidades tenha se afirmado com maior repercussão, assegurado pelos arquitetos e urbanistas racionalistas europeus e conseqüentemente pela Arquitetura Modernista, os demais modelos descortinaram um novo olhar para a cidade, desapegados do rigor técnico da padronização. Eles abririam diferentes discussões em torno da Arquitetura e do Urbanismo.

Nasce, portanto, o modelo naturalista do Urbanismo do século XX, com um forte expoente americano, conhecido como Frank Lloyd Wright (1869-1959), evocando princípios naturais para a produção da cidade e Arquitetura, cujas características serão expostas a seguir.

Destaca-se que ainda não se explorou teorias condizentes para as cidades contemporâneas. Como abordado, elas são dinâmicas e diversas, o que impossibilita o enquadramento destas num único modelo. Entretanto, percebe-se tentativas de fugir do padrão progressista (que teve maior repercussão), o que permite a abertura de um novo caminho epistemológico e de novas discussões urbanas.

2.1.2.6 Modelo Naturalista

A partir da I Guerra Mundial, o Urbanismo adquire uma nova importância. Com grandes problemas de ordem habitacional, o poder público passa a subsidiá-lo, o que até então era preconizado por parte dos industriais e burgueses. Surge um novo modelo, nos moldes do arquiteto americano Frank Lloyd sob o nome de Broadacre City, ou o modelo naturalista, que preconizava uma arquitetura enraizada na paisagem onde seria inserida, distinguindo-se assim radicalmente dos princípios progressistas, que almejavam um padrão de cidade e arquitetura independente do lugar.

A ideia parte do pressuposto da alienação do indivíduo pela cidade industrial, desta forma, a natureza seria capaz de 'devolver o homem a si mesmo'. Casas individuais, locais de trabalho próximos às moradias, locais destinados por funções e ligados por uma grande rede circulatória terrestre e aérea. Broadacre se tornaria a continuidade do modelo progressista, porém sem negar a diversidade

topográfica. A natureza seria preservada e se respeitaria as diversidades (CHOAY, 2002).

O arquiteto Wright, também reconhecidamente um arquiteto moderno, não se sujeitaria radicalmente à standardização, pelo contrário, tiraria partido das possibilidades industriais, mas se adequaria à realidade local e principalmente à natureza. Embora seus ideais aparentemente se distanciavam dos ideais progressistas, a proposta do arquiteto seria uma aplicação universal de seu modelo de cidade, que a princípio seria aplicada a uma região limitada nos Estados Unidos (CHOAY, 2002).

Portanto, este modelo ora se assemelhava ao progressista pela técnica, ora ao culturalista, pelo contato com a natureza. Porém, a ênfase à tecnologia da época se evidenciava. Segundo Choay (2002), o destaque do modelo naturalista à industrialização era patente em sua concepção de cidade, superando os progressistas. A autora assinala que “a relação de Broadacre com a técnica moderna é ainda mais decisiva que no modelo progressista”, assim, aponta “o automóvel, o avião, o *parkway*, a televisão, as técnicas mais avançadas de transporte e de comunicação que dão seu sentido a esse modo de localização dispersado” (CHOAY, 2002, p.31).

O arquiteto e historiador Kenneth Frampton (2000) reforça: “Wright caracterizou os recursos que implacavelmente configurariam Broadacre City como sendo o carro, o rádio, o telefone, o telégrafo e, acima de tudo, a padronização dos bens de consumo mecanizados” (FRAMPTON, 2000, p.230). Haveria, portanto, a afirmação e uso das novas tecnologias industriais ao ambiente da cidade, porém integrando a arquitetura à natureza e favorecendo a manutenção da individualidade, preconizando um ideal de liberdade em relação ao modelo culturalista, onde todos teriam tudo em comum.

Em suma, a subordinação da natureza à arquitetura, a organicidade¹² e ao fechamento do espaço nos edifícios privados, são traços do modelo naturalista, que se distanciava dos culturalistas por fomentarem habitações coletivas e o verde como um cinturão limitador para expansão da cidade. Embora Broadacre estivesse associada ao progresso técnico, tirando partido das possibilidades da

¹² Kenneth Frampton atribui a aplicação da palavra orgânico à Wright, mencionada em 1908, que fazia alusão de balanços de concreto das construções às árvores, retratando o aspecto construtivo de forma natural. Funcionava como uma metáfora estrutural da natureza (FRAMPTON, 2000).

mecanização, rendimento e produtividade foram indubitavelmente as características marcantes dos progressistas, desconsiderando a relação com o ambiente natural, característica esta preconizada primordialmente por Wright.

Frente aos modelos expostos anteriormente para as cidades, descortina-se uma nova crítica para a discussão do Urbanismo. Dois conceitos antagônicos e teóricos são engendrados para a discussão da cidade moderna intitulados de Tecnotopia e Antrópolis, carregando traços do modelo progressista e culturalista, respectivamente. Todavia, na Antrópolis descortinava-se um novo olhar. O olhar humanizado e peculiar para as cidades. Esta perspectiva que interessa ao presente estudo. Aprofundaremos esta questão a seguir.

2.1.3 Tecnotopia e Antrópolis

O Urbanismo, até então, foi tratado em dois momentos. O pré-Urbanismo e o Urbanismo propriamente dito, este último discutido por arquitetos. Após a Segunda Guerra Mundial, Choay (2002) aponta um novo caminho para o Urbanismo, ligado a duas direções, progressista e culturalista, que engendraria dois conceitos de cidade. Desta vez o protagonismo destas edificações seria precocemente concebido nos Estados Unidos e Inglaterra do que na França (CHOAY, 2002).

A primeira corrente delas seria a Tecnotopia, que sugere uma tecnologia utópica, ou seja, a idealização de um modelo tecnológico. Em relação ao Urbanismo, seria a idealização de propostas futuristas para as cidades. Outra vertente seria o conceito de Antrópolis, que significa cidade do homem ou para o homem. Foi considerado um modelo de planejamento mais humanista, que encontra nesta pesquisa o apoio teórico para proposições urbanas e análises das cidades.

2.1.3.1 Tecnotopia

A vertente tecnotópica ou para a época, futurista, abre um novo caminho para as novas funções da cidade e foram definidas por uma série de necessidades sob a lógica do urbanismo progressista. Nesta vertente, a utopia andava atrelada

aos caminhos da ciência e tecnologia. Destacavam-se dois aspectos relevantes, o aumento da população quanto a necessidade de um progresso técnico favorável à automação, mecanização do trabalho e transportes e mudança do ritmo de vida. Correspondem a uma “desnaturalização” das condições de existência, sendo demasiadamente artificiais. A exposição A arquitetura visionária, realizada em 1960 no museu de Arte Moderna de Nova York, deu o primeiro sinal ao interesse público em aderir à ‘cidade do futuro’.

Muitas contribuições tornaram-se *tecnolatria*¹³ e demonstraram também que as cidades se tornariam um “[...] belo objeto técnico, inteiramente determinado e encerrado”, remontando ao modelo progressista (CHOAY, 2002, p. 36-37). As cidades sucumbiram a um rigor tecnológico exacerbado, sendo retratadas como uma máquina que poderia se reproduzir em qualquer parte. Com isso evidencia-se a negação ao passado estético e tradicional, pois as ‘cidades do futuro’ se associariam às tecnologias modernas, limitadas a um adensamento populacional e a processos técnicos de construção voltados à industrialização.

Contrapondo ao uso exacerbado da técnica como um modelo de cidade, é introduzida uma abordagem humanista para as cidades, que considerava o habitante como criador e também usufruidor do espaço urbano. Este modelo considerava o passado histórico à originalidade da era industrial, e se revelou com o conceito de Antrópolis.

Este conceito denominado Antrópolis descortina uma nova maneira de se pensar o Urbanismo, a própria Arquitetura e aprofundando um pouco mais, o território e suas relações existentes. Este modelo proposto preconizava uma visão humanizada para o planejamento urbano, considerando não apenas o que estava sendo ditado pela presente era (industrialização), mas se voltava à história, abrindo espaço para uma reflexão integradora, que considera o homem como agente do espaço urbano, além de colocar em pauta a interdisciplinaridade como modelo epistêmico, crítico e proposital para se pensar o futuro das cidades.

Sob este viés, que chamarei humanista (recorrendo à etimologia da palavra Antrópolis), abre-se um diálogo epistemológico para como as cidades devem caminhar ou ser pensadas. O objeto de estudo desta dissertação (cidades, culminando nas cidades criativas), encontrará a partir deste momento um terreno

¹³ A tecnolatria é empregada por Choay (2002) como sendo uma idolatria à tecnologia. Seria o uso exacerbado de técnicas para solucionar os problemas das cidades.

fértil para discussão destas, considerando aspectos imbricadores de realidades que configuram o Território, como o tempo, a memória e a identidade. Para alinhar todos os aspectos mencionados, recorre-se à interdisciplinaridade, como método de intermediação disciplinar, afim de traçar a correlação entre o urbano e o territorial.

2.1.3.2 Antrópolis

A partir de críticas de sociólogos, antropólogos, historiadores, juristas etc., a cidade do futuro ganha a área humanista sob três abordagens metodológicas:

- 1) “A localização humana como enraizamento espaço-temporal: um urbanismo em continuidade
- 2) O ponto de vista da higiene mental: defesa e ilustração do asfalto
- 3) Por uma análise estrutural da percepção humana” (CHOAY, 2002)

A abordagem da localização humana como enraizamento espaço-temporal foi promovido pelo escocês Patrick Geddes com um pensamento marcado pela ideia de evolução. Geddes afirma a necessidade de colocar o homem no processo de planejamento urbano e defende a história como um processo de “[...] integração do passado no projeto urbanístico” (CHOAY, 2002, p.39). Todavia, reconhece a originalidade do tempo presente. “Ao invés do tempo especializado e abstrato dos culturalistas, encontramos aqui uma temporalidade concreta e criadora” (CHOAY, 2002, p.39).

Numa abordagem contemporânea, traçando uma trajetória temporal para a história urbana, Bernard Lepetit (2001), em sua ótica de historiador, revela o papel da historicidade num processo sequencial, onde os acontecimentos presentes se reproduzem a partir do passado, porém numa reinterpretação, que liga-se às condições atuais. O autor traça a temporalidade presente para a interpretação das cidades a partir de uma análise dos tempos, defendendo um processo temporal complexo dentro da historicidade.

Lepetit (2001) descreve as cidades repletas de pluralidades e descompassos temporais. Ele assinala que os espaços nas cidades, “as casas e os espaços de trabalho, os edifícios públicos e a rede viária, as maneiras de viver e de morar...”, ligam-se em sua maior parte “a um passado e resultam em sua evolução, de ritmos diferentes” (LEPETIT, 2001, p. 138). Assim, os descompassos e as pluralidades

dos tempos se imbricam nesta dialética evolutiva de passado e presente, pois a cidade não se cria a partir do 'nada'. Ela carrega em si e em seus prédios, histórias e costumes que delineiam o caminho do novo ou do presente tempo.

Na história urbana, Lepetit (2001) destaca que “os tempos da cidade são fortemente demarcados”, pois “nada indica que eles se ajustam continuamente à conjuntura econômica, às variações de população, às mudanças de hábitos dos cidadãos” (LEPETIT, 2001, p. 139). Deste modo, nas palavras de Lepetit (2001) onde diz que “a cidade é feita de cruzamentos” (LEPETIT, 2001, p. 139), a afirmativa ratifica a ideia de que “a cidade não é um palimpsesto” (LEPETIT, 2001, p. 140). Assim, podemos chegar a interpretação da impossibilidade de apagar seu passado para reescrever uma nova história.

Esta breve reflexão dos conceitos expostos acima descortina uma análise interdisciplinar para as cidades, considerando aspectos simbólicos e relativos às memórias dos cidadãos na configuração das formas urbanas. Desdobra-se aqui conceitos chaves para a leitura e proposição de cidades humanizadas, que considere as particularidades de cada processo histórico que marcaram sua trajetória, dando ênfase ao tempo, como ponte de desenvolvimento e análise territorial. Será abordado no próximo capítulo esta temática com maior aprofundamento teórico.

A segunda abordagem mencionada dentro do conceito de Antrópolis, trata a higiene mental, que se associa às pesquisas de psicologia social e comportamento, destacando sua diferenciação da higiene física. Os progressistas introduziram um conceito de Urbanismo estandardizado, onde os edifícios construídos bem como o traçado das ruas seguiriam uma padronização a partir de um zoneamento estabelecido por funções da cidade e que suprimiria a função de encontro de um órgão vital na cidade, a rua. A rua seria apenas uma zona de circulação para ligar às demais funções.

Como já mencionado, essas proposições aparecem após a Segunda Guerra Mundial, que por sua vez se desenvolveram associadas ao conceito de Psicologia Ambiental, traçando aqui o caráter mais uma vez interdisciplinar para o entendimento das cidades. A Psicologia Ambiental relaciona-se ao comportamento espacial, que liga-se à Psicologia Social e também à Arquitetura (MELO, 1991). Neste sentido, a cidade vista como Antrópolis caminhava também por uma

abordagem comportamental, que almejava o conforto ambiental de seus habitantes, distanciando-se de planos homogeneizadores.

A tendência à homogeneização do meio urbano asseguradas pela estandardização, revelou uma fragmentação do espaço, que poderia (e ainda pode) gerar problemas sociais maiores, como por exemplo, no caso de supressão das ruas. Nesse sentido, Choay (2002) assinala a ação negativa do meio construído no psiquismo humano. O ponto de vista da higiene mental ligou-se a Psicologia do comportamento, colocando-se, por exemplo, causas e efeitos entre espaços livres e delinquência juvenil (CHOAY, 2002).

Estudos favoráveis em defesa da rua e por sua vez da higiene mental, demonstraram grande influência nos EUA através do nome de Jane Jacobs. Vale mencionar a superestima do asfalto (para carros) em relação às pessoas, onde Jacobs denuncia criticamente várias cidades americanas, apontando caminhos para mudanças pragmáticas nas cidades. Seu livro *Morte e Vida de grandes cidades* (1961) trouxe, dentro outros aspectos, a crítica da perda do espaço urbano como locais de encontro e de um planejamento racional que não levava em conta os processos pelos quais as cidades vivem (JACOBS, 2011).

Traça-se até aqui, a partir das duas abordagens “antropológicas”¹⁴ analisadas, o caminho de ‘cidade para o homem’, revelando o caráter interdisciplinar presente na esfera das cidades, abrindo espaço para uma abordagem integradora, considerando os vários aspectos que constituem as cidades e os territórios urbanos.

Por último, a abordagem da percepção urbana atrela-se também à ideia de higiene mental, porém desdobra-se na percepção que os cidadãos tecem com a cidade. Este método considera o ponto de vista do habitante da cidade. O arquiteto Kevin Lynch foi o responsável por aplicar princípios de legibilidade da cidade a partir da percepção dos usuários, aplicados em três cidades americanas. Esta abordagem sugeriu a percepção dos habitantes a partir de laços existenciais, práticos e afetivos com a cidade, integrando um sistema de significações a partir da experimentação espacial (LYNCH, 2009).

¹⁴ Antropológicas aqui se refere diretamente ao termo Antrópolis.

Kevin Lynch, com seu pensamento pós-moderno¹⁵, desliga-se de dimensões funcionais para análise das cidades e inaugura uma abordagem perceptiva, com seu livro *a Imagem da Cidade*, publicado em 1960. Essa vertente associa-se à mencionada Psicologia Ambiental, que recoloca o homem como principal agente do espaço. Diferentemente das abordagens progressistas e modernistas, o homem não seria apenas a medida padrão para se projetar (medida no sentido de dimensão), mas seria participante, como ator, protagonista e criador do espaço urbano.

Em síntese, todas as abordagens promulgadas até o surgimento do conceito de Antrópolis, sugerem algo comum: “[...] colocar o problema da morfologia urbana em termos de significações” (CHOAY, 2002, p.49). Tornou-se uma busca recorrente enquadrar a cidade, já que urbanistas tentaram formar um modelo ideal para tratar as questões urbanas. Contudo, por esta última abordagem perceptiva estudada, descortina-se conceitos contemporâneos de modo a caracterizar a cidade dentro de aspectos de simbioses e trocas urbanas, significações e percepções dos usuários em relação ao espaço urbano.

Embora a dimensão perceptiva de Lynch (2009) possa ser considerada antiquada a estudiosos contemporâneos devido à época da publicação de seu estudo, o autor inaugura um aspecto perceptivo e simbólico antes não explorado nas questões urbanas. Ele abre um próspero caminho para uma análise contemporânea onde o homem é evidenciado como o principal agente da cidade. Neste sentido, o urbanista contemporâneo Gehl (2015) dedica um capítulo inteiro de seu livro *Cidades para pessoas* mencionando a importância dos sentidos na alçada do planejamento urbano. Segundo o autor, o ponto de partida para projetar cidades para pessoas é a mobilidade e os sentidos humanos, “já que estes fornecem a base biológica das atividades, do comportamento e da comunicação no espaço urbano” (GEHL, 2015, p.33). Certifica-se neste ponto a veracidade e porque não dizer a contemporaneidade da obra de Lynch (2009) para uma abordagem fenomenológica ou humanizada do espaço urbano.

Voltando aos modelos do pré-Urbanismo e do Urbanismo expostos (com exceção da Antrópolis), o tratamento da cidade por teorias unidirecionais não foram

¹⁵ Pós-moderno aqui liga-se ao distanciamento do período moderno na Arquitetura que preconizava a era da máquina na construção das edificações e da própria cidade. Lynch inaugura um pensamento humanizado para a compreensão das cidades, a partir dos significados que estas possuem para seus habitantes.

adiante, de fato nem deveriam ir. Às avessas de um planejamento racional de cidades, há um sistema de valores, significados, temporalidades, sentidos e identidades latentes que precisam ser consideradas para um planejamento urbano eficiente que considera os habitantes e suas particularidades. Aquilo que está escondido ou despercebido no cotidiano dos bairros deve ser evidenciado para os planejadores urbanos. A cidade não deve ser pensada de modo unilateral ou como um modelo, mas deve considerar seu passado e recorrer ao presente tempo para construir sua história, que é tecida por seus habitantes, que se distinguem em seus modos de vida e percepção do mundo.

Esta crítica tecida a partir de uma abordagem cultural que retrata valores humanistas para compreender as cidades, abre um caminho epistemológico para discussão sob um ponto de vista integrador, humanizado e heterogêneo, como o proposto por Bernard Lepetit (2001) para uma possível hermenêutica urbana.

2.2 O ESPAÇO URBANO POR BERNARD LEPETIT

O historiador francês Bernard Lepetit (2001), em seu livro *Por uma Nova História Urbana*, disserta sobre a complexidade do espaço urbano, e analisa as temporalidades ou a 'pluralidade de tempos descompassados' como um fator de mudança a cada instante nos modelos urbanos. Ele próprio propõe uma análise à margem da reflexão acadêmica tradicional, que considera o tempo cronológico e linear. Para o autor, os estudiosos tradicionais desconsideram pluralidades temporais, que se caracterizariam por mudanças simultâneas num "processo temporal complexo" (LEPETIT, 2001, p.140), uma vez que coexistem simultaneamente várias trajetórias em torno da cidade e suas histórias.

Para Lepetit (2001), o que acontece via de regra, é uma 'trajetória temporal' do Urbanismo, em que cada sequência temporal - passado, presente, futuro - define evoluções a partir de uma posição original. O autor considera estas sequências como 'bifurcações'. O tempo presente se configura a partir de seu passado. Há uma releitura para uma transformação, mas que considera seu passado histórico.

Na esfera dos modelos do Urbanismo, o autor destaca os tempos claramente demarcados, e que nem sempre se ajustavam na conjuntura

econômica e hábitos da população. Talvez por isso os modelos surgiram numa tentativa de trazer soluções rápidas para as cidades a partir dos problemas que surgiam. Um dos entraves nas proposições urbanas nos modelos no século XX foi exatamente se fechar ou retomar radicalmente o passado. Tentaram encerrá-lo ou resgatá-lo, porém sem integrá-lo a partir do que se apresentava como novo.

O autor critica o fato de que os modelos culturalistas do Urbanismo são simétricos aos funcionalistas (progressistas), que "... pensam organizar o futuro projetando tendências presentes" (LEPETIT, 2001, p.140). No caso dos culturalistas havia uma tentativa de "... retomar o ideal perdido da comunidade urbana, dando corpo novamente às formas passadas de organização da cidade" (LEPETIT, 2001, p.140). Lepetit (2001) conclui que "...os mesmos princípios de linearidade temporal e de determinismo espacial presidem os dois modelos" (LEPETIT, 2001, p.140).

Em suma, o que o autor defende é a abordagem e análise das cidades sob "estruturas temporais" que "constituem um fator que deve ser explicitamente levado em conta no planejamento urbano", e que "as modalidades complexas de articulação do tempo e do espaço urbano constituem, por si sós, um programa de trabalho" (LE PETIT, 2001, p.143).

Numa abordagem temporal próxima à de Lepetit (2001), o arquiteto Lynch (2009) compara as cidades tal como uma obra arquitetônica, assinalando que "a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo", e completa que "o design de uma cidade é, assim, uma arte temporal" (LYNCH, 2009, p. 11). Neste aspecto, o arquiteto destaca o caráter de transformação pelo qual as cidades passam, ressaltando que "a cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser analisado" (LYNCH, 2009, p. 11).

Le Petit (2001) ratifica a ideia de Kevin Lynch (2009) em que as cidades são marcadas por estruturas temporais, conferindo o caráter único que o passado expressa no meio ambiente da cidade. De acordo com Lynch (2009), "nada se conhece em si próprio, mas em relação ao seu meio ambiente, a cadeia precedente de acontecimentos, a recordação de experiências passadas" (LYNCH, 2009, p. 11).

As cidades não devem ser interpretadas como ‘modelos ideais’, pois elas possuem um passado que delinea o presente. As cidades se tornam criativas e atuais (e pertinentes), por justamente permitirem que as trajetórias históricas se imbriquem a novos contextos, se justapondo aos hábitos das sociedades urbanas representadas por seus atores sociais.

Neste próximo tópico, ratificando a ideia de Antrópolis e da abordagem temporal, discute-se o papel do planejamento urbano considerando a vertente humanizada. Esta abordagem permite a proposição de territórios coerentes a partir dos hábitos presentes do espaço urbano. O uso do termo coerente poderia ser também trocado por congruente (utilizado pelo arquiteto Rapoport), se aproximando do que acreditamos para as cidades.

Os modelos progressistas, culturalistas e naturalistas não leem a cidade de modo integrado. Considerar a cidade como território e então considera-la uma cidade integrada, permite, na perspectiva territorial, trabalhar diversas escalas territoriais. Os modelos estudados, com exceção da Antrópolis, ratificam um Urbanismo que planeja cidades sem enxerga-las por diversas escalas e perspectivas, sobretudo na perspectiva simbólica. Segundo Rapoport¹⁶ (1993) cada ambiente ou cada espaço da cidade possui um valor funcional-simbólico para os cidadãos, portanto, deve-se abordar e analisar estratégias que sejam condizentes com os sujeitos do espaço que podem ser traduzidas por suas práticas sociais.

2.3 PLANEJAMENTO HUMANIZADO PARA AS CIDADES

Na esfera do planejamento urbano, o arquiteto Amós Rapoport (1993) se aproxima da ótica das estruturas temporais refletidas por Lepetit (2001) e Lynch (2009). Diante disto, o autor trabalha a terminologia “ambiente”, que é norteadada por uma “estrutura”, favorecendo as relações entre as pessoas e as coisas, facilitando a interação entre elas.

Adentrando esta discussão do planejamento espacial a partir de um ponto de vista próximo ao antropológico, é interessante explicar alguns conceitos explorados pelo arquiteto. Destaca-se primeiramente a conceituação que Rapoport (1993) tece acerca do ambiente, como uma série de relações entre elementos e

¹⁶ O livro de Rapoport se trata de 1977.

peças e que apresenta sua carga temporal embutida no mesmo. “O ambiente é por sua vez temporal e também pode ser visto como uma organização do tempo” (RAPOPORT, 1993, p.9)¹⁷.

Rapoport (1993) menciona a importância do tempo como parte integrante do ambiente. Semelhantemente, Lepetit (2001) se encarrega de ancorar tal afirmativa. O autor afirma que o espaço deve ser compreendido por estruturas temporais, traçando assim a “combinação de vários tempos” em cada momento histórico (LEPETIT, 2001, p.197). O historiador identifica, sob o mesmo ponto de vista de Rapoport (1993), ritmos distintos na análise temporal a partir das práticas no espaço.

Assim, pode-se ocorrer num mesmo espaço, várias temporalidades porém demarcadas por ritmos diferentes. Diante disto, Rapoport (1993) afirma que o tempo pode ser visto como uma ordem cronológica cíclica, mas também como “ritmos das atividades humanas e sua congruência ou incongruência de umas com as outras” (RAPOPORT, 1993, p.12).

O arquiteto nesta análise temporal assinala que as pessoas podem usufruir de um mesmo espaço, mas estarem separadas mais pelo tempo que pelo espaço. Assim, grupos com ritmos distintos usufruem do mesmo espaço sem se encontrarem. Numa abordagem da percepção ambiental, Rapoport (1993) assinala a importância do tempo na compreensão cognitiva do ambiente:

“Because the allocation of available time, the rhythms and tempos of activities and their synchronization will affect how frequently different parts of the city are seen, whether they are seen during the day or night, during working hours or weekends (...), at leisure or in a hurry, such cognitive temporal splits will affect the development of cognitive urban schemata”¹⁸ (RAPOPORT, 1993, p.113).

Seguindo pela análise urbana de Rapoport (1993), faz-se necessário ressaltar a diferenciação que o autor traça entre ambiente e espaço. Para o autor, o ambiente é caracterizado como uma série de relações (elementos e pessoas), sendo que as relações são primariamente espaciais, colocando o espaço como

¹⁷ Tradução de José Luiz Cazarotto ad instar manuscrito de Amós Rapoport, Human Aspects of Urban Form: Towards a man environment approach to urban form & design.

¹⁸ Porque a atribuição do tempo disponível, os ritmos e tempos das atividades e sua sincronização irão afetar a frequência como se veem diferentes partes da cidade, quer sejam vistas de dia ou de noite, durante as horas de trabalho ou nos fins de semana (...), no lazer ou na pressa, tais divisões cognitivas temporais afetarão o desenvolvimento de esquemas urbanos cognitivos (Tradução nossa).

responsável pelas 'distâncias' entre as pessoas e as coisas. Sendo assim, o espaço está "no coração do meio ambiente construído" (RAPOPORT, 1993, p.9).

A organização espacial na visão de Rapoport (1993) é o aspecto mais fundamental no ambiente planejado, que seria o projetado, em detrimento da própria forma e dos materiais empregados nas construções. Neste sentido, a organização espacial reflete as "necessidades, valores e desejos dos grupos", representando a "congruência" ou até mesmo a falta dela entre espaço social e o físico (RAPOPORT, 1993, p.10).

Podemos tecer aqui uma crítica em relação aos modelos urbanos expostos no primeiro tópico deste capítulo, com exceção da Antrópolis, que preconizou um planejamento humanizado. Considerando que a organização espacial deve ser feita refletindo as aspirações e modo de vida das pessoas que usufruem do espaço, como enquadrar todos os cidadãos num modelo único? Não havia respeito à leitura que estes tinham do espaço em que viviam, circulavam, enfim, estabeleciam trocas.

Embora o conceito de industrialização se difundia, nem todas as pessoas da época (início do século XIX e XX) acompanhavam seu ritmo, constatando o papel das temporalidades presentes no espaço urbano. O ritmo ditado pela indústria não era o ritmo que todos os cidadãos viviam. Embora estivessem num mesmo tempo cronológico, o tempo e o ritmo em que alguns viviam se distinguiam por seus hábitos e costumes.

Na composição do ambiente construído, além da organização espacial, há também uma organização do sentido, este por sua vez carrega em si aspectos icônicos do ambiente construído, como signos, cores, materiais, formas e paisagem. De fato, cada 'organização' como mencionado por Rapoport (1993), configura a multiplicidade dos ambientes e se complementam. Enquanto a organização espacial comunica um significado, a organização do sentido se encarrega em traduzir aspectos mais práticos do ambiente construído, que pode conduzir à confirmação de uma identidade para si e para os demais (RAPOPORT, 1993, p.11).

O arquiteto menciona também a organização do tempo, considerando o ambiente como temporal, como vimos anteriormente. Assim, há a análise do ambiente através do tempo cíclico (passado e futuro), mas também compreende-se o tempo referindo-se aos "ritmos das atividades humanas". Neste ponto, o autor

afirma que os “aspectos temporais e espaciais interagem e influenciam-se mutuamente”, destacando “dimensões temporo-espaciais” (RAPOPORT, 1993, p.12).

Por último, o autor expõe a organização da comunicação na análise do ambiente urbano, que se refere ao modo como o ambiente construído interfere na organização social. Em outras palavras, como a comunicação entre as pessoas é favorecida no ambiente construído. O autor insere a organização do significado dentro da organização da comunicação, que seria o aspecto não verbal da comunicação. Assim, o significado que o ambiente tem para as pessoas pode interferir na comunicação entre elas. Verifica-se, portanto, um aspecto simbólico e subjetivo na leitura do espaço, que se aproxima da abordagem perceptiva de Lynch (2009).

Rapoport (1993) em sua análise espacial, distingue vários tipos de espaços, dentre eles o espaço geométrico, espaço profano e sagrado, espaços simbólicos. Há outras tipologias espaciais definidas pelo autor, mas o que interessa neste momento é o espaço apreendido simbolicamente, que carrega em si uma organização voltada a um compartilhamento de “valores, crenças, visões de mundo”, dentro de um “sistema simbólico que é aprendido e transmitido”¹⁹ (RAPOPORT, 1993, p.14). Isto cria um “sistema de regra e de hábitos” que reflete os modos de vida, “orientando o comportamento, os papéis sociais (...) – bem como as formas de construção” (RAPOPORT, 1993, p.14).

Dessa forma, o autor menciona que numa determinada cultura é mais propício haver uma regularidade dentro desses aspectos que entre diversas culturas. Assim, até mesmo a forma construtiva estaria seguindo uma ‘regularidade cultural’. De acordo com o ponto de vista da arquiteta Maziviero (2008), as formas edificadas nas cidades se transformam a partir das identidades urbanas, representadas pelas formas de apropriação simbólicas do espaço, compreendidas neste caso, historicamente. Há uma concordância em ambos pontos de vista.

À vista disso, as formas de construir o ambiente perpassa pelas escolhas e decisões humanas, onde as escolhas definem um conjunto de normas, que por sua vez conferem uma diferenciação das paisagens, e que nos permite dizer “se uma cidade é peruana, italiana, inglesa, americana” (RAPOPORT, 1993, p.15). Dessa

¹⁹ Aqui o autor se aproxima do conceito de cultura, ainda que assinala que não queira defini-lo (Rapoport, 1993).

forma, o autor traça o aspecto simbólico e comportamental do homem na tomada de decisão, que se lançam na forma de estruturação do espaço, sob a incorporação de regras e códigos para a diferenciação dos ambientes, neste caso e melhor dizendo, para o planejamento do espaço.

Em síntese, Rapoport (1993) expõe o planejamento urbano como uma forma de organização do espaço, do tempo e da comunicação. O que difere os componentes físicos (casas, ruas, arborização, etc.) de um lugar ao outro, ainda que semelhantes, são as regras “incorporadas ou codificadas” no ambiente, em outras palavras, é a “natureza do significado”, e as relações que os diferenciam (RAPOPORT, 1993, p.14).

O arquiteto busca portanto, uma análise sob o viés da qualidade do ambiente para uma adoção de um modelo de planejamento, na “tentativa de dar expressão a uma forma de um tipo de imagem de um ambiente ideal (ambientes ideais e reais de modo congruente)” (RAPOPORT, 1993, p.15).

Neste ponto, vale reafirmar a importância da Psicologia Ambiental, que foi criada após a Segunda Guerra Mundial juntamente com o processo de reconstrução das cidades. Inicialmente exposta sob o topônimo de “Psicologia da Arquitetura”, que a partir do início dos anos 60 é reconhecida como uma área distinta da Psicologia (MELO, 1991).

Arquitetos, planejadores e cientistas comportamentais no pós-guerra se conscientizaram que o ambiente construído deveria refletir não apenas o caráter utilitário de moradia, mas também as necessidades psicológicas e comportamentais dos habitantes. Sob este viés, os arquitetos começaram a questionar o quanto o ambiente influenciava o cotidiano dos indivíduos enquanto que a psicologia analisava como o comportamento do homem reagia em face ao ambiente construído (MELO, 1991). Esta abordagem aponta caminhos próximos para um diálogo interdisciplinar com a Geografia Cultural e posteriormente Fenomenológica.

Dentro de uma abordagem comportamental e simbólica para a análise e planejamento das cidades, o arquiteto Kevin Lynch (2009) trouxe uma importante contribuição ao planejamento urbano sob um ponto de vista voltado à “legibilidade” da paisagem citadina sob a percepção dos seus habitantes. O autor propôs uma pesquisa sobre como os indivíduos observam, percebem e transitam nas cidades, selecionando três cidades americanas para a pesquisa: Boston, Jersey City e Los

Angeles. O autor explora a interferência da paisagem urbana ou citadina no cotidiano das pessoas e como estas percebem os espaços.

O princípio de legibilidade proposto pelo arquiteto pode ser compreendido visualmente, como uma “estrutura de símbolos reconhecíveis”, demarcando o caráter identitário que os habitantes citadinos traçam nas cidades, a partir de “sinais de delimitação” ou vias “identificáveis” (LYNCH, 2009, p.13). O autor afirma que a relevância da cidade se encontra na percepção que seus habitantes possuem acerca dela, que seria um meio de estruturar e identificar o meio ambiente através de vários sentidos, como tato, cinestesia, visão, audição.

A legibilidade das cidades por parte de seus habitantes configuram a produção de uma “imagem clara”, que desempenha um “papel social”. Essa identificação por meio da estrutura física existente, fornece a “matéria prima para os símbolos e memória coletiva da comunicação entre os grupos” (LYNCH, 2009, p.14). Neste ponto de vista o autor deixa claro o papel de conformação identitária que as cidades tecem em seus grupos e habitantes. Seria uma identificação a partir do reconhecimento dos símbolos existentes. Lynch (2009) destaca que muitas sociedades primitivas “erigiram seus mitos socialmente importantes” a partir de uma paisagem relevante que lhes forneciam uma base para sua construção (LYNCH, 2009, p.14).

O papel da memória e do tempo, como veremos no próximo capítulo, também é destacado por Lynch (2009). Para o arquiteto, a imagem da cidade é produto da percepção dos habitantes, que é ancorada pela memória e pela experiência passada. Neste sentido, as ações citadinas estariam voltadas para a interpretação das imagens. Assim, o arquiteto destaca que “a necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo” (LYNCH, 2009, p.14).

Lynch (2009) conclui a partir de seu estudo que as pessoas traçam “mapas mentais”, uma vez que os habitantes compreendem a cidade de uma maneira previsível, atuando principalmente sob cinco elementos principais, definidos como: vias, limites, bairros, cruzamentos e marcos. O autor traz uma grande contribuição tanto para o Planejamento Urbano como para a Arquitetura, além de corroborar com os conceitos da Psicologia Ambiental.

Numa mesma abordagem, os estudos do arquiteto Rapoport (1993) contribuem positivamente para o Planejamento Urbano (sob o viés humanizado) ao discutir também a experiência do espaço ligado aos mapas mentais. Esses mapas, segundo ele, favorece a locomoção e a orientação das pessoas no espaço. O autor destaca que “the important point is that there seems to be a mapping process, that people identify spatial domains, define their place in them, orient themselves in space and move through it”²⁰ (RAPOPORT, 1993, p.114).

Tanto Lynch (2009) como Rapoport (1993) atribuem ao espaço hierarquias para sua apreensão, que podemos reconhecer como estruturas espaciais, facilitando a comunicação, o deslocamento, o pertencimento do lugar. Estas estruturas se identificam, portanto, pelos mapas mentais das pessoas que se movem, apropriam e reconhecem o espaço da cidade. Segundo Brunet (1992), a perspectiva territorial dos cidadãos contribui “para fortalecer o sentimento de pertencimento”, que “ajuda na cristalização de representações coletivas” e, “dos símbolos que se encarnam em lugares memoráveis (os *hauts lieux*)” (BRUNET et al., 1992:436).

Para uma conscientização do espaço, Rapoport (1993) atribui uma proximidade do fator orientação ao fator tempo. Neste sentido, assinala que “places names are important ways of creating focal points, as are spatial and temporal orientational systems”²¹ (RAPOPORT, 1993, p.114). O autor destaca a relação espaço-tempo dentro de um sistema precedido pelas ações dos sujeitos. Assim, haveria uma habilidade de se mover livremente pelo espaço, visualizando locais e tendo mapas conceituais para chegar a destinos e retornar aos espaços comuns.

A contribuição por um planejamento urbano humanizado proposto por Rapoport (1993) e defendido nesta investigação, perpassa por aspectos semelhantes aos explorados por Lynch (2009). Ao expor o Planejamento Urbano como uma organização entre componentes físicos, Lynch (2009) recorre ao conceito de “natureza do significado”, que seria os códigos e significados que o ambiente partilha entre as diversas relações vivenciadas no espaço.

²⁰ O autor destaca a importância de se enxergar um processo de mapeamento (*a mapping process*), onde as pessoas identificam domínios espaciais, define seus lugares e orientam-se pelo espaço e movem-se através dele (Tradução nossa).

²¹ Os lugares nomeados são importantes maneiras de criar pontos focais, assim como os sistemas de orientação espacial e temporal (Tradução nossa).

Rapoport (1993) promulga a ideia de expressar a imagem do ambiente, conforme Lynch (1993), e a tece com o conceito de congruência. Congruência pode ser traduzida por uma forma de planejar visando um processo em que as experiências dos usuários sejam levadas em conta, ou seja, seus significados e costumes tenham congruência ou sejam coerentes com as intenções do planejador. O espaço passa a ter significado se houver sentido para quem o usufrui, e este sentido é traduzido pelas práticas ali ocorridas e experimentadas pelos atores sociais.

Através do estudo exposto neste tópico, percebe-se a necessidade de uma coerência ao se planejar cidades visando o aspecto humano como mediador de proposições urbanas. Há algum tempo, esse viés de análise vem sendo explorado por alguns arquitetos e profissionais de outras áreas (como o caso da Psicologia e História), mas infelizmente a tendência dos planejadores urbanos atuais é desconsiderar o aspecto simbólico que o espaço possui para seus habitantes.

A carga simbólica presente no território das cidades torna-se prioritária ao se pensar em planejamento. Tecer proposições urbanas de modo qualitativo ou pensar a qualidade do ambiente (Rapoport, 1993) requer a compreensão de variáveis complexas e mutáveis, e que transcendem uma leitura superficial comumente evidenciada pelas estatísticas sociais e econômicas.

Por isso, no capítulo seguinte abordaremos a coerência de se estabelecer um diálogo interdisciplinar para se discutir aspectos de ordem urbana e territorial. Para se planejar o espaço urbano deve-se considerar as múltiplas facetas que o envolve, sendo necessário percorrer por entre várias áreas de estudo afim de expor propostas urbanas congruentes com as pessoas e com as práticas ocorridas no espaço.

Dessa maneira, o território da cidade pode ser explorado sobretudo simbolicamente. Entende-se, portanto, a cidade de modo integrado, verificando territorialidades simbólicas que se desdobram ao longo do continuum do território. Este continuum se estende da “dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2007, p.21).

Verifica-se que frequentemente a apropriação cultural-simbólica, que Haesbaert (2007) denomina como subjetiva, é pouco considerada na proposição de planos urbanísticos. Assim, a dimensão simbólica nas cidades é insuficientemente

explorada, eliminando as diversas escalas territoriais presentes como territorialidades, que se manifestam muitas vezes no que está latente aos olhos dos governantes e planejadores urbanos.

Clarificando o conceito de territorialidade, Haesbaert (2007) a define por uma “dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não seja concretamente manifestado” (HAESBAERT, 2007, p.25). Desta maneira, os costumes, a cultura e hábitos dos grupos sociais podem ser esquecidos ou desconsiderados no plano da cidade, bem como os espaços que estes habitam e apropriam-se cotidianamente.

Assim, a cidade considerada como um território, composta por territorialidades que estendem-se ao longo de um continuum (HAESBAERT, 2007), emoldura-se nesta pesquisa sob o conceito contemporâneo de cidade, as denominadas cidades criativas. Os conceitos territoriais já abordados e os que serão introduzidos, relacionam-se epistemologicamente, contribuindo para uma nova ótica de leitura de cidades.

As cidades criativas não se assemelham aos modelos preconizados no século XIX e XX, nem tampouco se classificam por uma tipologia única de cidade. Assim, essas cidades se denominam criativas por justamente acolherem diversos fatores, que integram a cidade por seu ‘continuum’. Elas abraçam o presente versado no passado, consideram as práticas dos atores sociais como emancipação da criatividade individual sem desconsiderarem as relações concretas presentes no território. Este estudo, portanto, vai ao encontro das cidades criativas por uma aproximação epistemológica dos Estudos Territoriais, com ênfase no Território Simbólico, e para isso tomará a interdisciplinaridade como instrumento afim de embrenhar-se em ambos conceitos.

3 A INTERDISCIPLINARIDADE NO ESTUDO DAS CIDADES: UMA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL

O presente capítulo se inicia através do diálogo interdisciplinar, compreendendo a importância deste instrumento na análise e nas proposições urbanas. Buscou-se expor sumariamente o estado da arte da interdisciplinaridade, principalmente exposta pelo historiador Lepetit (2001), autor este que servirá de ponte entre diversas disciplinas e assuntos que serão trabalhadas ao longo da dissertação. A interdisciplinaridade se encarregará de traçar também a semelhança entre o Estudo Urbano e o Estudo Territorial.

Além do historiador Bernard Lepetit (2001) tratar a importância da interdisciplinaridade para uma leitura das cidades, ele defende uma abordagem cultural para o espaço urbano, se aproximando portanto, à Geografia Cultural, que nasce ao final do século XIX e se desenvolve no século XX sob três enfoques. O

primeiro enfoque da Geografia Cultural considerou as relações homens e meio ambiente, através do estudo do meio humanizado e também da paisagem. O segundo aspecto foi o desenvolvimento da análise das relações sociais, a partir do estudo das instituições, comunicação e difusão das ideias. E por último, a Geografia Cultural se dedicou ao estudo da organização regional e o papel dos lugares (CLAVAL, 2013, p.92).

A leitura através da Geografia Cultural será ancorada pelo geógrafo Guy Di Méo e para sustentar o caráter interdisciplinar do estudo urbano e territorial, como exposto acima, levaremos adiante a abordagem integradora do geógrafo Rogério Haesbaert, entendendo que as cidades e sobretudo as cidades criativas, extrapolam o conceito de cultura para o entendimento das mesmas, pois se apoiam em questões econômicas, políticas e sociais para a compreensão de um objeto multifacetado, que deve ser lido por um continuum territorial (HAESBAERT, 2007).

Faz-se necessário uma abordagem que integre as várias facetas que envolve o espaço urbano e o território, traçando assim o entendimento político, simbólico, econômico e cultural para uma hermenêutica urbana e territorial. Deste modo, conseguiremos estudar as cidades de modo particular, não considerando uma vertente em detrimento da outra, mas abarcando os múltiplos fatores, e por conseguinte os múltiplos territórios presentes no espaço urbano. Busca-se uma leitura para as cidades que sobressaia do planejamento urbano unilateral²², mas que considere cada lugar como único e diferenciado por suas práticas existentes em seu tecido urbano, em suma, que considere a cidade como um território, que deve ser trabalhada em diversas escalas territoriais, ou seja, uma cidade integrada.

A dimensão simbólica e cultural trabalhadas pelos geógrafos citados, se aproximam da proposta do historiador Lepetit (2001) para a hermenêutica das cidades, sobretudo quanto ao papel das relações existentes entre os homens e o território, os atores sociais e os lugares. Assim, verifica-se a importância de se estudar as cidades sob o aspecto territorial e sobretudo no viés da Geografia Cultural, que tem como objetivo: “entender a experiência dos homens no meio

²² Até 1960 as cidades se desenvolviam com base em séculos de experiência, que considerava a vida no espaço da cidade, acreditando que as cidades eram construídas para as pessoas. Com o modernismo, as cidades passaram a ser identificadas por suas funções (aqui evidencia o unilateralismo para a proposição das mesmas). Um novo grupo surge, os planejadores de tráfego, colocando os veículos no “topo de suas agendas” (GEHL, 2015). Refiro-me ao planejamento urbano unilateral quando especialistas tratam a cidade apenas por um viés (seja o econômico ou o cultural, por exemplo). A cidade deve ser vista como um todo, considerando seus fatores práticos e os simbólicos, que podem ser tratados como abstratos.

ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente, e o sentido dado às suas vidas”, pois, “a abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica” (CLAVAL, 2013, p.93).

O geógrafo Haesbaert (2008) vai mais além ao conceito de Geografia Cultural, pois defende a Geografia Cultural “a partir do que denominamos de abordagem integradora, ou seja, que ao invés de tratar o cultural como uma simples esfera bem delimitada do espaço social, compreende-o em suas múltiplas e indissociáveis articulações com outras dimensões, como a econômica e a política” (HAESBAERT, 2008, p. 396). Neste sentido, o autor extrapola o conceito cultural, trabalhando as interseções e imbricações presentes entre “cultura, política, economia e a própria natureza” (HAESBAERT, 2008, p. 396). Este conceito integrador subsidiará a pesquisa compreendendo-o como suporte para a perspectiva territorial das cidades criativas.

Trataremos também neste capítulo sobre os hábitos que ocorrem no espaço urbano através das diversas práticas sociais. Assim, territorialidades e territórios são conformados pelos diversos agentes sociais (HAESBAERT, 2004). Estes agentes interagem de modo a imprimir no espaço significações. Sob o mesmo raciocínio, trabalharemos com o geógrafo Di Méo (2004) ao tratar do reconhecimento territorial a partir dos laços afetivos que os grupos ou indivíduos experimentam nas relações sócio espaciais, expressando o espaço vivido.

Recorre-se à importância da memória, tempo e da identidade na construção territorial, que por sua vez é fomentada pelas diversas territorialidades demarcadas no uso do espaço, vivenciado pelos grupos sociais. A memória é considerada sob a ótica de construção social para a produção territorial (FLÁVIO, 2013; LEPETIT, 2001), corroborando com a ideia do geógrafo Di Méo (2004), que assinala que a identidade territorial é gerada pela interação entre os atores sociais, o que permite o surgimento de novas identidades sociais, a partir da transformação do espaço geográfico (DI MÉO, 2004). Assim, lugares passam a ser vivenciados e portanto, significados, permitindo a identificação de territórios.

Na reflexão das cidades, verifica-se a presença de territórios simbólicos. Estes surgem a partir das práticas sociais, entendidos pela apropriação imaterial do espaço, configurado pelas territorialidades (HAESBAERT, 2007). Essa dimensão é por vezes desconsiderada por se tratar de algo não concreto, afastando os

elementos simbólicos para a proposição dos planos das cidades. Isso, infelizmente pode acarretar na supressão ou desaparecimento de costumes e hábitos dos grupos sociais nas cidades.

No desenvolvimento deste capítulo veremos como esses elementos mencionados se imbricam no território das cidades, tendo o diálogo interdisciplinar como embasamento teórico entre os diversos autores que sustentam o território simbólico nas cidades criativas, tema que será abordado com maior ênfase no terceiro capítulo.

3.1 A INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE O URBANO E O TERRITORIAL

As cidades serão consideradas aqui enquanto protagonistas de vários acontecimentos, encontros, relações econômicas, políticas, culturais e sociais. Nelas se materializam práticas históricas e sociais que geram uma imagem e características peculiares à elas. Em virtude de tamanha complexidade, a interdisciplinaridade torna-se mediadora para análise de todos os fenômenos constituintes da cidade, pois busca contribuições de diversas áreas do saber, de modo a integrar um pensamento complexo (MORIN, 2003), que interfere concomitantemente no desenvolvimento das sociedades.

Estudar cidades na perspectiva territorial se faz necessário, pois o Estudo do Território permite diversas categorias de análise (território funcional ao simbólico), além de ser um instrumento que favorece a compreensão de um objeto complexo e dinâmico, dentro dos aspectos espaciais e das relações sociais. Assim, ao discutir cidades, busca-se trabalhar com diversos conceitos que permeiam o cotidiano dos que vivem nelas, ou seja, os cidadãos, os quais são responsáveis pelo dinamismo e particularidade inerente às cidades.

Desta feita, coloca-se um contraponto aos modelos abordados no primeiro capítulo. Estes entendiam a cidade de modo único e não integrado, como se todos os habitantes tivessem aspirações idênticas em todas as escalas das cidades. O Urbanismo estudado teve um caráter teórico e não prático, como afirma Choay em sua definição: “disciplina que se diferencia das artes urbanas (...) por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica” (CHOAY, 2002, p. 2). Havia, portanto, uma tentativa de cientificar a disciplina urbana, respaldando-a como uma

verdade ou melhor expressando, como modelos ou tipologias únicas para as cidades do futuro.

Nesta pesquisa, ao trabalhar conceitos de Território voltados à análise das cidades, elementos como identidade, tempo, memória, heterogeneidade se imbricam e se afirmam na perspectiva urbana, delineando o caminho dessa pesquisa, caracterizando as dimensões simbólicas que o objeto apresenta. Trabalhar Estudos Territoriais juntamente com outras áreas do saber permite conjugar conceitos que se abrem à discussão e ao aprofundamento teórico dentro da pesquisa científica.

O Território como conceito mediador para a leitura das cidades se justifica, pois carrega em seu bojo aspectos múltiplos, que permite conexões com vários campos de estudo. A temática do Território, conforme defende Sousa (2013), carrega em si uma “complexidade e diversidade em suas múltiplas interfaces o que representa a impossibilidade de fixar uma definição”, constitui portanto, “um amplo leque de diálogos e reflexões sobre o papel do território e os seus campos de investigação, e suas tentativas de compreensão das manifestações culturais e sua significação” (SOUSA, 2013, p.158).

Para o diálogo interdisciplinar, selecionamos alguns autores considerados centrais na discussão do texto em virtude das reflexões acerca do espaço urbano e do Território. Abordaremos conceitos como justaposição, multiterritorialidade e heterogeneidade para a análise das cidades, como características destacadas por Lepetit (2001), Rogério Haesbaert (2004) e Bardet (1990) ao tratar as cidades. Vale destacar que enquanto historiador, Lepetit (2001) vale-se do uso do termo espaço urbano. Já o geógrafo Haesbaert (2004) utiliza o termo território, que por vezes o historiador também o utiliza. Já o arquiteto Bardet (1990) lida diretamente com o termo cidades. A leitura territorial portanto, se aproxima dos conceitos da Geografia para o bojo do Urbanismo.

O geógrafo Guy Di Méo (2004) será utilizado sob a abordagem cultural para leitura do território. Este autor servirá de embasamento teórico na construção do continuum do território, construindo a relação existente entre território e seus atores, conceito este que está respaldado também por Haesbaert (2004; 2007).

Para início da reflexão, toma-se como partida a análise interdisciplinar como instrumento de pesquisa que permitirá a construção de um pensamento reflexivo considerando várias áreas do saber. O breve resgate histórico da trajetória da interdisciplinaridade como abordagem de estudo, a destacará como uma premissa

para se pensar as cidades. Evidencia-se a contribuição da Escola de Chicago como precursora no ensino e aplicação da interdisciplinaridade na pesquisa dos estudos urbanos.

Segundo Mendonça (2001), “estudar a cidade, o fato urbano, a metropolização não é atributo de nenhuma ciência em particular, isto porque a cidade se constitui numa verdadeira encruzilhada, onde se encontram diferentes realidades, dinâmicas, interesses e saberes” (MENDONÇA, 2001, p. 79). É sob esta ótica interdisciplinar que as cidades serão analisadas e pensadas, integrando o pensamento interdisciplinar.

A partir dos modelos de urbanismo expostos inicialmente, apenas a vertente humanista possibilita a conexão entre as “diferentes realidades” (MENDONÇA, 2001), pois ela permite uma interpretação qualitativa do território da cidade, considerando qualidades “complexas e variáveis”, que não podem ser “assumidas *a priori* mas, ao contrário, precisam ser descobertas (RAPOPORT, 1993, p.15)²³.

Rapoport (1993) se refere à interdependência do significado do ambiente para a proposição do modelo de planejamento. Ele assinala que desta forma (considerando os significados e a relação que as pessoas tecem com o ambiente), “espera-se encontrar inúmeros espaços planejados sempre orientados para tornar lugares melhores pela aplicação de um conjunto de regras embasado em definições do que seja a qualidade do ambiente” (RAPOPORT, 1993, p.15)²⁴.

O historiador Bernard Lepetit (2001) define a interdisciplinaridade como a “forma que assumem as relações entre práticas científicas especializadas” (LEPETIT, 2001, p.31). Já para Philippi Júnior (2011), este tipo de pesquisa apresenta-se a partir de 1960, como precursora importante, não somente na crítica, mas na busca de respostas aos limites do pensamento disciplinar e simplificador da ciência moderna.

Para fundamentação deste tipo de pesquisa, Lepetit (2001) retoma ao processo evolutivo, datando o século XIX como início do fortalecimento do “movimento de delimitação e de afirmação das diferentes ciências sociais” (LEPETIT, 2001, p.31). O autor menciona a contribuição de Marc Bloch, Lucien

²³ Tradução de José Luiz Cazarotto ad instar manuscripto de Amós Rapoport, Human Aspects of Urban Form: Towards a man environment approach to urban form & design.

²⁴ Idem.

Febvre e posteriormente Fernand Braudel como responsáveis por “descompartimentar” as diferenças entre as disciplinas intelectuais.

O trabalho de pesquisa conjunta iniciado em 1961, na comuna bretã de Plozévet, segundo Lepetit (2001), foi fundamental para a discussão interdisciplinar, que ocasionou um grande número de disciplinas a um campo comum de estudo. A partir de uma metodologia pré-estabelecida entre diversos profissionais (como antropólogos, sociólogos, geógrafos, etnólogos, etc.), pode-se multiplicar diferentes pontos de vista e descortinar um novo campo de estudo interdisciplinar.

A interdisciplinaridade caminha, dessa forma, num processo de evolução contínua dentro das ciências sociais e se trata de um processo complexo, na medida em que remete a “lógicas e temporalidades que absolutamente não coincidem” (LEPETIT, 2001, p.33), alterando, inclusive, o ponto de vista do observador.

Esta abordagem interdisciplinar designa, portanto, novos objetos, e coloca o olhar do pesquisador como delimitador de novos “contornos”. Embora ele não desassocie a importância da pesquisa histórica tradicional para análise dos fenômenos, o pesquisador assume a importância da convergência dos fatos atuais, simultaneamente às evidências do espaço e hábitos do passado, ratificando sua análise temporal.

Lepetit (2001) propõe a produção de um novo saber a partir da interdisciplinaridade, que serve para ampliar a inteligibilidade do real, pois “a prática da interdisciplinaridade pode assegurar o distanciamento crítico de cada um dos modos de representação real e talvez permitir que não se permaneça prisioneiro de nenhum” (LEPETIT, 2001, p.40). Em resumo, define interdisciplinaridade como a construção de objetos, “como um processo controlado de empréstimos recíprocos, entre as diferentes ciências do homem, de conceitos, problemáticas e métodos para leituras renovadas da realidade social” (LEPETIT, 2001, p.42).

Confirmando a ideia de processo evolutivo e complexo da interdisciplinaridade definida por Lepetit (2001), Philippi Júnior (2011) argumenta que ela não é algo novo, mas sim as características que a envolve diante dos desafios da atualidade, religando os saberes com a finalidade de tratar fenômenos complexos. Acrescenta que a interdisciplinaridade busca uma resposta frente ao avanço da ciência moderna disciplinar, quando esta se condiciona como “fragmentadora e simplificadora do real” (PHILIPPI JÚNIOR, ARLINDO; SILVA NETO, 2011, p. 21).

Para tratar de problemas ou fenômenos complexos, que é o caso das cidades e do urbanismo contemporâneo, faz-se necessário recorrer a interdisciplinaridade, como mencionado. As cidades vistas como territórios apresentam diversas escalas de análise, o que as tornam complexas por desempenharem um papel que integra e envolve diversas áreas. A integração das diversas escalas territoriais é favorável a uma abordagem interdisciplinar, de modo a permitir uma descompartmentalização do que é complexo.

Segundo Morin (2003), a complexidade se coloca como um desafio, que neste caso se aplica aos territórios das cidades. O autor assinala que há complexidade quando os “componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes” (MORIN, 2003, p.14). O estudo das cidades se aplica diretamente ao pensamento complexo. É necessário compreender as partes e o todo, numa análise de interdependência entre as diversas escalas que constituem o tecido urbano.

No âmbito da construção do pensamento interdisciplinar, não poderia deixar de mencionar a grande contribuição vanguardista da Escola de Chicago²⁵ dentro da abordagem urbana, considerada como pioneira, primeiramente por reunir num mesmo departamento a sociologia e a antropologia. Segundo Gondim (2016), as ideias discutidas “seriam cruciais para o interacionismo simbólico, corrente que viria a ter forte influência no pensamento sociológico a partir da década de 1960” (GONDIM, 2016, p.92). Os estudos da Escola de Chicago se respaldaram, sobretudo, pela própria condição de mudança da metrópole americana, que foi acometida por um elevado fluxo migratório no início do século XX, caracterizando uma cidade desordenada pelo seu crescimento vertiginoso (GONDIM, 2016).

Temas como ecologia humana²⁶ e etnografia²⁷ foram estudados a fim de compreender o afluxo de grupos sociais heterogêneos e culturalmente

²⁵ “Escola de Sociologia de Chicago, definida como um grupo de pesquisadores que trabalharam no Departamento de Sociologia daquela Universidade sob a liderança de W. Thomas e R. Park, de 1915 a 1935, e numa segunda fase, de 1945 a 1960, sob a influência de H. Blumer e E. Hughes” (GONDIM, 2016, p. 89).

²⁶ “É preciso pois compreender a referência à ecologia como um convite materialista ou vitalista para o estudo da cidade de acordo com lógicas de recomposição e de transformação constantes. A apresentação em 1924 do primeiro curso de ecologia urbana por Robert Park e Roderick McKenzie especifica que não se trata de estudar a relação de uma população com seu território, mas a relação entre duas populações num mesmo território. Desse modo, a sociologia urbana é levada a ver a

diversificados, que ocupavam o mesmo espaço urbano de Chicago (LIMA; VALLADARES, 2000). Assim, uma outra contribuição se colocava diante do problema social urbano: a história oral²⁸, que a partir dos relatos dos cidadãos, as fontes de pesquisa por meio da oralidade se enquadrariam no âmbito da pesquisa qualitativa feita por trabalho de campo, combinando observação participante e entrevistas (GONDIM, 2016). Assim, descortinava-se a contribuição da percepção dos atores sociais como método de campo sociológico. Abria-se um novo caminho de estudo científico para as ciências sociais.²⁹

De acordo com Lima e Valladares (2000), “a introdução da Escola de Chicago na França, a partir do fim da década de 1970, faz parte de uma mudança de paradigma nas ciências sociais, após duas décadas de predomínio das teorias estruturalistas e do materialismo histórico” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.6). Além desta mudança, os autores destacam a “necessidade de dispor de instrumentos pertinentes de análise para compreender os problemas sociais da imigração, da urbanização e das formas contemporâneas do pluralismo cultural” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.6).

Gondim (2016) afirma que as lições da Escola de Chicago na pesquisa urbana contemporânea no Brasil³⁰ têm sido negligenciadas, considerando a produção nas áreas de sociologia e antropologia no estudo das cidades. Entretanto, a autora destaca que a Escola tem muitas lições a oferecer: “suas práticas interdisciplinares e plurais de pesquisa, combinando teoria e empiria, uso de métodos quantitativos e qualitativos, diversidade de fontes e compromisso com a

cidade não apenas como mosaico de territórios, mas também como arranjo de populações de origens diferentes num mesmo meio e num mesmo sistema de atividades” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.6.).

²⁷ “A importância do face a face, da interação entre os diversos atores que compartilham um mesmo espaço social, os inúmeros papéis desempenhados por um mesmo ator são elementos que fazem parte da prática de uma microssociologia cuja herança vem de Chicago e encontra hoje, em Isaac Joseph, um de seus principais representantes. A “etnografia do lugar”, tão recorrente em pesquisas realizadas na França, tem nele, sem dúvida, uma referência” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.4).

²⁸ Termo utilizado por Verena Alberti (2003). Na publicação em 1918 de William Thomas e do sociólogo polonês Florian Znanieki, *The Polish peasant in Europe and America*, as fontes recorridas para o trabalho qualitativo foram cartas, diários, histórias de vida das pessoas. Na época essas fontes de pesquisa pareciam estranhas à pesquisa científica (GONDIM, 2016).

²⁹ “Durante os anos 1920 e até meados da década de 1930, Chicago foi o principal centro da produção sociológica nos EUA: a maior parte dos presidentes da Associação Americana de Sociologia era constituída por professores daquela instituição (Bulmer, 1985), de onde também provinham os editores do principal periódico da área, *The American Journal of Sociology*” (GONDIM, 2016, p.93)

³⁰ “Esta teve influência no início da institucionalização da sociologia no Brasil, mediante a presença de Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, nos anos 1940 e 1950” (GONDIM, 2016, p.89).

busca da compreensão crítica dos problemas sociais e políticos, sem resvalar para a militância” (GONDIM, 2016, p.89).

Se considerarmos os modelos urbanos do século XIX e início do século XX, verifica-se a falta de abertura para a pesquisa interdisciplinar bem como a ausência de pesquisas qualitativas a fim de compreender os grupos sociais e suas diversidades culturais. Os teóricos ou arquitetos da época se resvalaram para sua área de conhecimento na proposição de cidades do futuro, que iam de encontro a uma aspiração individual e muitas vezes utópica.

Dentro desta reflexão acerca da Escola de Chicago, evidencia-se a necessidade de recorrer à demais áreas do saber de modo a integrar um pensamento interdisciplinar para o estudo urbano ou o estudo das cidades, conforme demonstra Gondim (2016) ao apresentar a cidade como um objeto multifacetado. Trata-se de um trabalho que deveria iniciar “colaborativo, como as tantas pesquisas realizadas pela Escola de Sociologia de Chicago” (GONDIM, 2016, p.94).

Ao tratar a análise do espaço das cidades, Isaac Joseph³¹ assinala que “o espaço não é um invólucro vazio, mas um meio completo no qual a atividade de adaptação e de cooperação dos indivíduos ou dos grupos encontra recursos” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.6). Nesta citação, o sociólogo traça os conceitos de ecologia urbana, abrindo discussão para o método qualitativo para o estudo dos espaços urbanos, “o que garante o sentido e a pertinência do modo de como os cidadãos vão usá-los” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.6). A Escola de Chicago inaugura esse caminho epistemológico interdisciplinar para o estudo das cidades, considerando os cidadãos como constituintes fundamentais de pesquisa numa abordagem humanista, considerando seus modos de uso e apropriação do espaço urbano.

Dentro da reflexão interdisciplinar apresentada, esta abordagem de pesquisa servirá na reflexão dos conceitos de Território e sua aplicação na cidade, bem como no processo de urbanização e fundamentação das cidades criativas, um tema por excelência interdisciplinar, por envolver políticas públicas, economia, cultura, sociedade civil e qualquer esfera de poder público e privado que possa interferir no ambiente urbano.

³¹ Sociólogo francês responsável por introduzir na França as influências da Escola de Chicago. O artigo citado se refere a uma entrevista realizada em 30 de outubro de 1999 feita por LIMA e VALLADARES (2000).

Ao considerar o Urbanismo como “o estudo sistematizado e interdisciplinar da cidade e da questão urbana”, e que “inclui o conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento racional e humano delas” (FERREIRA, 1999)³², coloca-se a cidade inserida em várias problemáticas. Como define Ferreira (1999), a cidade faz parte do estudo sistematizado e interdisciplinar do Urbanismo, o que nos leva a concluir que se torna necessário recorrer a outras áreas do saber para se integrar e considerar todas as escalas que abrangem o urbano ou as cidades.

Assim, trabalhar Cidades Criativas à luz dos Estudos Territoriais, abre um caminho próspero para uma discussão que possa contribuir para o debate sobre a importância do Território como pesquisa e suas questões pertinentes nos estudos sobre Cidades Criativas, estas tidas como detentoras de dimensões simbólicas, culturais e identitárias.

3.2 HÁBITOS E SUJEITOS DO ESPAÇO: UMA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL

O instrumento da interdisciplinaridade, neste momento recorre à vários pontos de vista entre a Arquitetura, Geografia e História, demonstrando assim, o caráter colaborativo entre diversas disciplinas para o entendimento e estudo das cidades.

O caráter complexo, múltiplo, temporal e processual pelos quais as cidades passam se associam a vários conceitos, que serão discutidos ressaltando a importância da interdisciplinaridade como abordagem de estudo das cidades. Neste momento, destacam-se os seguintes conceitos: a heterogeneidade do espaço urbano proposto por Bardet (1990), a pluralidade dos tempos proposta por Lepetit (2001), já introduzida em tópico anterior, e o *continuum* do território, sob uma análise mais aprofundada, descrito pelos geógrafos Haesbaert (2004; 2007) e Di Méo (2004).

Veremos que estes conceitos se contrapõem aos modelos estudados no primeiro capítulo, onde o Urbanismo lidava diretamente com teorias muitas vezes utópicas e não levava em conta o sujeito do espaço. A cidade era pensada numa perspectiva unifuncional, não sendo vista de maneira integrada, ignorando o

³² “Dicionário Aurélio”

continuum presente no território urbano. O que imperava de maneira geral era o fator mecanização, presente em praticamente todos os modelos.

Num rápido percurso intelectual dos autores, Gaston Bardet tem seu nome atrelado à contribuição para o ensino e a difusão do Urbanismo. Tido como um teórico do Urbanismo francês, foi professor na América Latina, incluindo o Brasil. Defendia um Urbanismo aplicado, associando teoria ao ato de projetar, voltado à escala do homem. Sua militância na área iniciou-se no *Institut d'Urbanisme* da Universidade de Paris (IUUP), em 1937³³ (PONTUAL, 2016).

De acordo com Pontual (2016), na América do Sul, “os convites dirigidos a Bardet reportavam-se à sua incansável busca por divulgação de uma noção de urbanismo que associava território, construção da cidade e a ideia de homem” (PONTUAL, 2016, p.89). Seu aprofundamento teórico urbano marcado pelo viés humanista auxiliará a condução da pesquisa.

Bernard Lepetit foi professor na École des Hautes Études em Sciences Sociales. Coursou a École Normale Supérieure de Saint-Cloud reconhecidamente por uma das melhores formações em ciências sociais e concluiu dois doutorados, primeiramente em História e posteriormente em História e Geografia, na Universidade de Paris I (SALGUEIRO in LEPETIT, 2001, apresentação). Dentre seus eixos de pensamento destaca-se a leitura da cidade como objeto complexo, recorrendo à interdisciplinaridade como “processo controlado de empréstimos recíprocos”; a diferenciação das temporalidades; entre outros (SALGUEIRO in LEPETIT, 2001, p.27).

O historiador recusou dogmatismos e a imobilidade das tradições, optando pela invenção intelectual, buscando novos caminhos na hermenêutica da história urbana, destacando “as discontinuidades do espaço em que os indivíduos atuam simultaneamente numa pluralidade de esferas diferentes” (SALGUEIRO in LEPETIT, 2001, p.27).

Lepetit consta com 76 contribuições literárias de 1977 à 1997.³⁴ A importância do autor para o presente estudo se encontra sobretudo, na argumentação da pluralidade dos tempos constituída no território das cidades e presente no cruzamento das histórias vivenciadas pelas sociedades urbanas.

³³ “Esse instituto foi herdeiro de uma das mais longas tradições de ensino de urbanismo na França, tendo como fundadores Marcel Poète e Henri Sellier” (PONTUAL, 2016, p.89).

³⁴ Informações sobre o autor disponível em: http://www.persee.fr/author/persee_275626. Acesso em 24 de julho de 2017.

Para a fundamentação dos conceitos de Território, Territorialidade, Multiterritorialidade e Território Simbólico, embasado por uma abordagem cultural, Rogério Haesbaert é o principal autor dos Estudos Territoriais presentes nesta pesquisa. Seu ponto de vista ao ler o Território numa dialética funcional-simbólica, garante uma abordagem mais ampla ao estudo urbano, classificado por uma abordagem integradora.

Haesbaert é geógrafo, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, onde dirige o Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização (NUREG). Realizou mestrado em Geografia na UFRJ, doutorado em Geografia Humana na USP (com doutorado-sanduíche no Instituto de Ciências Políticas de Paris) e pós-doutorado no Departamento de Geografia da Open University (Milton Keynes, Inglaterra). Cofundador da revista GEOgraphia, foi professor visitante na Open University, na Université Toulouse-Le Mirail e na Universidad de Buenos Aires.³⁵

O geógrafo francês Guy Di Méo (2004), nesta pesquisa corrobora com o continuum do território já exposto por Haesbaert (2004; 2007), porém se atém aos fatores culturais na defesa do Território. Ele considera a identidade como expressão de uma coletividade, que se declina num *continuum* do sujeito humano ao território. A partir das práticas dos grupos no lugar, este passa a ser nomeado e vivenciado, como um componente para a produção territorial.

Di Méo destaca-se por sua vasta produção intelectual, notadamente com 77 contribuições de 1971 à 2006³⁶. Com sua abordagem cultural, possui obras voltadas ao assunto patrimonial. É um geógrafo francês nascido em 1945, especialista em Geografia social e cultural. Professor de Geografia da Universidade de Bordeaux. Diretor do Laboratório de Ordenamento, Desenvolvimento, Ambiente, Saúde e Sociedades – ADES (Aménagement, Développement, Environnement, Santé et Sociétés – UMR 5185) do Centro Nacional de Pesquisa Científica (Centre National de la Recherche Scientifique CNRS – UMR 5185) (GEOSABERES, 2014).

Adentrando à reflexão para uma construção territorial, recorreremos ao termo heterogêneo utilizado por Bardet (1990), que ao se referir ao urbano, remete a algo múltiplo mas peculiar, formado por aglomerações urbanas ou grupos e vizinhanças,

³⁵ Informações sobre o autor disponível em: http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=4130. Acesso em 24 de julho de 2017.

³⁶ Informações sobre o autor disponível em: http://www.persee.fr/author/persee_284954. Acesso em 24 de julho de 2017.

onde o autor deixa claro que há distinções de classes, gêneros e indivíduos, possibilitando um diálogo com o processo identitário ou a própria identidade individual ou grupal de um lugar.

O autor afirma que “o espaço urbano não é um simples espaço geométrico, mas um espaço social complexo e heterogêneo, formado por uma multiplicidade de grupos secundários” (BARDET, 1990, p.44). Ao tratar o espaço urbano como algo múltiplo, o autor propõe a ideia da cidade feita por aglomerações humanas, distinguindo grupos locais (vizinhanças) de associações pessoais, que seriam os indivíduos. Ele destaca que uma aglomeração urbana é composta de “bairros e sub-bairros”, tendo cada um deles “um centro e limites”, possuindo “agrupamentos” (que o autor denomina como escalões), mas sendo cada um deles “próprio, heterogêneo, e abrigando vizinhos de diferentes classes sociais e de gêneros de vida complementares” (BARDET, 1990, p.44-46).

Este ponto de vista da heterogeneidade dos grupos sociais e do espaço exposta por Bardet (1990), nos leva a refletir acerca da contribuição da sociologia urbana traçada por Isaac Joseph. O sociólogo reforça a ideia da ecologia urbana presente na Escola de Chicago. Assim, destaca a contribuição de Robert Park e Roderick McKenzie, no primeiro curso em 1924 sobre ecologia urbana, que preconizava uma leitura das cidades não somente como “mosaicos de territórios”, mas também como “arranjo de populações de origens diferentes num mesmo meio e num mesmo sistema de atividades” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.6). Essa abordagem ecológica, segundo Joseph, traça a ideia de que “o espaço não é um invólucro vazio mas um meio completo no qual a atividade de adaptação e de cooperação dos indivíduos ou dos grupos encontra recursos” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.6).

A partir do exposto acima, instaura-se a ideia da ecologia da mobilidade (LIMA; VALLADARES, 2000), onde o cidadão é alguém que se locomove na cidade, que por sua vez “dá a medida das relações sociais e o grau de socialização de determinada população urbana” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.7). A heterogeneidade dos grupos sociais e sobretudo do espaço urbano preconizada por Bardet (1990), encaixa-se nessa discussão ao pensar que determinado grupo ou aglomeração urbana adquire características próprias, colocando-os dentro de limites que Bardet (1990) denomina de “centro social” (BARDET, 1990, p.46).

As características portanto, dos grupos e indivíduos, levaria à formação de territórios dentro do espaço urbano, distinguidos por suas ações e costumes semelhantes. Essa afirmativa vai de encontro ao ponto de vista já abordado de Di Méo (2004), ao expor que os lugares passam a ser significados pelos agentes sociais, permitindo a identificação de territórios.

Segundo Joseph, citado por LIMA e VALLADARES (2000), pensar a cidade não é apenas uma apropriação em querer pertencer a um bairro, mas compreender os equipamentos, serviços e recursos urbanos de modo a permitir ao cidadão a orientação de um território ao outro (LIMA; VALLADARES, 2000). Coloca-se aqui uma crítica tecida por Bardet ao se referir ao grupo de proletariado urbano, por exemplo, que migra para o subúrbio das cidades criando zonas separatistas, e conseqüentemente um isolamento da classe operária das cidades.

Neste ponto, Isaac Joseph critica o Urbanismo Modernista no âmbito da segregação posta nas cidades. Como fora apresentado no primeiro capítulo deste estudo, pode-se concluir que não houve uma tentativa de tratar a cidade de maneira integrada, o que por sua vez gerava rupturas no tecido urbano. Isaac Joseph, neste sentido, tece uma crítica às pesquisas baseadas em “hipóteses dualistas”, que para ele parecem “distantes da herança de Chicago porque não dão suficiente atenção aos fenômenos de hibridação das formas e culturas urbanas, de origem lícita ou ilícita, que ligam a economia dos bairros abastados à dos bairros relegados” (LIMA; VALLADARES, 2000, p.9). Assim, o sociólogo critica o zoneamento das cidades, por não cuidar das “áreas de transição e dos equipamentos que garantem a continuidade do tecido urbano na escala de uma aglomeração (LIMA; VALLADARES, 2000, p.9).

Diante disto, pensar a cidade pelo zoneamento de seu tecido (como abordado por Bardet e Isaac Joseph), é retroagir aos pensamentos dos planejadores expostos no século XIX e XX. Além disto, o zoneamento sugere recortes ao tecido urbano, desconsiderando o continuum territorial presente nas cidades. O que se propõe nesta discussão, é o tratamento das cidades pelo viés territorial, compreendendo que nas cidades se manifestam diversas escalas, sobretudo as menos evidenciadas pelos planejadores, em que Haesbaert (2007) denomina de territorialidades, consideradas por seu fator simbólico.

No sentido explorado por Isaac Joseph, a “continuidade do tecido urbano” pode se associar às várias territorialidades presentes nas cidades, interpretando-as

de modo integrado. Assim, considera-se a imbricação de fatores concretos a fatores subjetivos, que se apresentam no continuum territorial (HAESBAERT, 2007).

Para aprofundar a discussão do continuum do território, traça-se neste momento a conceituação dos geógrafos Haesbaert (2004; 2007) e Di Méo (2004), já descritos anteriormente. Haesbaert (2004; 2007) menciona o continuum entre o funcional e o simbólico, enquanto Di Méo (2004) propõe um continuum entre o espaço (depois transformado em território) e a sociedade. A leitura por estes autores permeia a relação territorial a partir da vivência espacial que propicia territorialidades, e que, por conseguinte interfere na identidade, na cultura, nos usos e hábitos do espaço vivido e não apenas no espaço normado³⁷.

Ambas abordagens exploradas pelo continuum do território subsidiam a pesquisa, pois ele se afirma no território desde às relações funcionais até a compreensão dos hábitos e experiências vivenciadas pelos sujeitos que compõem o território, neste caso, o território simbólico. Como defendemos, as cidades nessa pesquisa, carregam em si aspectos de ordem complexa. Nelas sucedem práticas de diversas escalas, mesclando aspectos funcionais e simbólicos que podem ser avaliados e compreendidas de modo congruente pelo Estudo Territorial. Neste sentido, a abordagem interdisciplinar contribui positivamente para o entendimento de um objeto multifacetado, pois permite a integração de pensamentos de várias áreas do saber.

Neste momento, distinguimos o continuum de Haesbaert (2004), como uma dialética entre o território funcional e o simbólico. O geógrafo menciona a “multiplicidade de manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos” (HAESBAERT, 2004, p.2). O autor confere importância em se distinguir os territórios “de acordo com os sujeitos que os constroem” (HAESBAERT, 2004, p.2), portanto, o sujeito do espaço é que confere o “sentido” para a existência do território.

O território pode tanto possuir uma carga funcional, voltado ao valor de troca, sendo visto enquanto “território como recurso” (controle físico, produção, lucro), como também ser visto como um “território como símbolo” (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva), distinguido por seu valor simbólico (HAESBAERT, 2004, p.5).

³⁷ O espaço normado se refere à uma apropriação jurídico-política, sob o vetor de relações de dominação política e de regulação do espaço por uma fonte de poder, normalmente de caráter estatal.

Dentro do mesmo ponto de vista, mas com maior ênfase nos aspectos culturais e simbólicos que constituem o território, o geógrafo francês Di Méo (2004), em seu *artigo* “*Composantes spatiales, formes et processus géographiques des identités*”, propõe que há a construção de uma relação territorial a partir da vivência espacial do sujeito humano ou grupo, que se expressa como uma dialética entre as dimensões identitárias dos espaços juntamente com as representações sociais que são manifestadas por signos e símbolos.

O território “*joue d'autant mieux ce qu'il acquiert une réelle consistance faite de signes et de symboles enchâssés dans des objets, des choses, des paysages et des lieux*”³⁸ (DI MÉO, 2004. p.345). Di Méo (2004) se assemelha à Haesbaert (2004) pois ambos defendem que as práticas dos sujeitos constroem o território. Todavia, Di Méo (2004) se além aos fatores culturais e simbólicos e Haesbaert (2004) já avança compreendendo o território na dialética funcional-simbólica, garantindo uma abordagem mais ampla no Estudo Territorial, uma abordagem integradora.

Numa dialética identitária-territorial, Di Méo (2004) afirma que o território é gerado, portanto, pela ordem do vivido e do imaginado do que da estrita prática e uso concreto dos lugares que o compõem, como expressão de uma imagem identitária que “*traduit les conséquences, vécues par des individus, d'une expérience et de problèmes communs. Elle exprime un partage d'enjeux et d'objectifs propres à une collectivité*” (DI MÉO, 2004, p.345)³⁹. Assim, o autor sugere que as identidades e as culturas, aparecem como “*bricolages sociaux*” (bricolagens sociais), que se reelaboram constantemente.

Di Méo (2004) considera a identidade como expressão da partilha de relações e de objetivos próprios de uma coletividade, que se declinam num *continuum* do sujeito humano ao território. Identidade não somente individual, mas como uma atribuição social, que represente também o próprio indivíduo dentro de um grupo. Esta identidade por vezes compartilhada, “*permet également de repérer des*

³⁸ “O território desempenha, portanto, melhor este papel de tal modo que ele adquire uma real consistência feita de signos e de símbolos embutidos nos objetos, nas coisas, nas paisagens e nos lugares” (DI MÉO, 2004. p.345). Tradução de José Luiz Cazarotto ad instar manuscrito de Guy di MÉO.

³⁹ A citação se refere a imagem da cultura e identidade que “traduz as consequências, vividas pelos indivíduos, de uma experiência ou de problemas comuns. Ela expressa uma partilha de relações e de objetivos próprios de uma coletividade. Em resumo, longe de formar tradições imutáveis, as identidades e as culturas nas quais elas se imprimem, aparecem antes como bricolagens sociais em constante remanejamento” (DI MÉO, 2004. p.345). Tradução de José Luiz Cazarotto ad instar manuscrito de Guy di MÉO.

*espaces collectivement nommés, appropriés, signifiés et vécus; espaces que l'on appelle couramment des lieux et des territoires*⁴⁰ (DI MÉO, 2004. p.340).

Os espaços são, portanto, nomeados e caracterizados pelos grupos ou pelas identidades que compõem o território. O espaço por sua vez, passa a ser visto como território já que há usos deste pelos sujeitos envolvidos, que por suas ações, o caracterizam e lhe atribuem significados.

Na discussão identitária e territorial, aproximam-se os pontos de vista de Bardet (1990) e Di Méo (2004). Os grupos ou aglomerações mencionados por Bardet (1990) distinguem seus espaços nas cidades, enquanto Di Méo (2004) diria que distinguem seus lugares e posteriormente seus territórios, por suas práticas sociais. Esta identificação social que o arquiteto menciona, remete à identidade compartilhada de Di Méo (2004), que permite a significação dos lugares e consequentemente, o reconhecimento dos territórios nos lugares. Esta reflexão se enquadra no continuum, pois os territórios interferem no cotidiano dos sujeitos bem como estes criam e recriam seus territórios.

Para Di Méo (2004), em se tratando de uma localização geográfica, o lugar denotará a expressão identitária do grupo. Exemplo disto é quando o nome do grupo se confunde com o nome do lugar (topônimo - topos⁴¹). Por este ponto de vista, a relação com os territórios e lugares aparece como um fator de consolidação desta identidade e até mesmo pode engendrar a formação de novas identidades sociais.

Esta consolidação identitária se apresenta como uma dialética, como se o grupo tomasse a forma do lugar e o lugar conformasse o grupo, numa relação de troca, ou 'forma cultural' de relações sociais e espaciais. O espaço geográfico, seus topos e suas configurações se inscrevem no processo identitário, tanto individual como coletivo. Em suma, a identidade ou os processos identitários num dado espaço geográfico, fornecem um ingrediente fundamental para a produção do território (DI MÉO, 2004).

Segundo Lepetit (2001) os hábitos sociais que se cristalizam no espaço urbano permitem a configuração dos territórios, que é possibilitado pelos diversos agentes sociais (HAESBAERT, 2004), que se relacionam de modo a imprimir no

⁴⁰ Ela (a identidade) "permite, igualmente, estabelecer espaços coletivamente nomeados, apropriados, significados e vivenciados; espaços que chamamos correntemente de lugares ou territórios" (DI MÉO, 2004. p.340). Tradução de José Luiz Cazarotto ad instar manuscrito de Guy di MÉO.

⁴¹ Topos - termo grego para 'lugar'

espaço significados ou significações dos grupos ou indivíduos. Sob o mesmo raciocínio, Di Méo (2004) destaca que o espaço vivido permite aos grupos ou indivíduos um reconhecimento territorial, a partir dos laços experimentados nas relações sócio espaciais.

Aprofundando o conceito de continuum do território, o geógrafo brasileiro Haesbaert (2004), ao traçar este conceito, defende a ideia de multiplicidade de manifestações através de múltiplos agentes envolvidos, permitindo a distinção dos territórios “de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc” (HAESBAERT, 2004, p.3).

A territorialidade incorpora, para o geógrafo, relações econômicas e culturais, para além da dimensão política, pois não é possível desassociar os agentes dos lugares com a territorialidade, pois são eles que significam e se organizam no espaço, gerando combinações territoriais funcionais e simbólicas, produzindo funções e simbolismos aos lugares (HAESBAERT, 2004).

Portanto, a identidade resulta sempre de uma interação entre agentes e atores sociais, transformando o espaço geográfico, pois ela se enquadra como uma ideologia a partir de representações mentais que um indivíduo ou grupo elabora acerca dele mesmo, conformando seu lugar na sociedade e no espaço geográfico.

O geógrafo Haesbaert (2008) expõe a abordagem cultural da Geografia como mergulhada em problemáticas políticas, econômicas, sociais e ainda assinala que as demais áreas da Geografia se vê impregnadas da perspectiva cultural. Ele engendra, portanto, uma “abordagem integradora” da Geografia, trabalhada por ele sob o conceito de “Multiterritorialidade”, conceito este que se estende sobre as novas formas de relações sociais, espaço e cultura, que é coroada pelo autor na chamada “Hibridização cultural”, que resultam em novas “identidades, múltiplas e móveis” (HAESBAERT, 2008, p.395).

Haesbaert (2008) trabalha a dimensão múltipla do espaço geográfico, considerando a interdisciplinaridade entre as diversas perspectivas que conceituam um espaço, logo, a multiterritorialidade defendida por ele, se refere aos aspectos simbólicos e imateriais que também se associam aos aspectos materiais e funcionais do espaço, como algo que coexiste concomitantemente num mesmo território.

Assim, a abordagem integradora do território proposto pelo geógrafo, “ao invés de tratar o cultural como uma simples esfera bem delimitada do espaço social, compreende-o em suas múltiplas e indissociáveis articulações com outras dimensões, como a econômica e a política” (HAESBAERT, 2008, p.397). Este conceito integrador do território que se estende ao conceito de hibridismo proposto por Haesbaert é fundamental para a interpretação multifacetada do território.

O espaço urbano serve como plataforma para a justaposição de todos os conceitos abordados. É nele onde os atores sociais manifestam seus hábitos, interesses e costumes, alinhavados à heterogeneidade de vários grupos, com processos identitários diversos, possibilitando a multiplicidade de acontecimentos e demarcando novas territorialidades, que por sua vez são peculiares, conferindo ao grupo e ao espaço um *continuum*, em que um é conformado pelo outro e vice-versa, num processo de troca. Aqui, articula-se os conceitos de Di Méo (2004), Haesbaert (2004; 2007) e Bardet (1990), todos fundamentados pela abordagem interdisciplinar que fomentou os princípios epistemológicos da Escola de Chicago para uma análise urbana, compreendendo o aspecto social como chave de leitura para o estudo das cidades.

As cidades são consideradas nesta pesquisa portanto, pelos conceitos de justaposição, multiterritorialidade e heterogeneidade, uma vez que elas são também analisadas a partir desses elementos que colocam em evidência a diversidade de seus habitantes como algo de valor, aliando a diversidade dos grupos à criatividade individual. Portanto, cada cidadão possui peculiaridades úteis para o desenvolvimento das cidades, que podem culminar em mudanças pragmáticas em diversas esferas da cidade.

Como vimos no capítulo antecedente, o Urbanismo enquanto teoria e prática (esta pouco apoiada por reflexões epistemológicas), não se dedicou a considerar os cidadãos como protagonistas do espaço urbano. Tampouco consideraram aspectos territoriais para uma possível leitura integradora da cidade, de modo a enxergar as justaposições existentes no cotidiano urbano. Verificamos até o momento que a cidade lida por várias lentes, com ênfase nos Estudos Territoriais, propicia um contraponto favorável ao que foi preconizado na maior parte das teorias do Urbanismo.

Propomos portanto, o estudo da cidade visto como um território, que se compõe por territorialidades e multiterritorialidades, como defende Haesbaert (2004;

2007, 2008). Assim, é possível abranger o continuum presente no território das cidades, que imbricam os fatores funcionais (mais considerados pelos planejadores urbanos) aos simbólicos. Estes últimos que permitem aos lugares terem alma (REIS, 2012), carregados de histórias, hábitos e vivências próprias aos membros dos grupos sociais.

Apresenta-se a partir do que já fora exposto, a cidade vista como um território simbólico, e que deve ser planejada considerando-se a qualidade do ambiente associada ao comportamento dos cidadãos (RAPOPORT, 1993), que se expressa por suas experiências, estas compreendidas muitas vezes imaterialmente, ou melhor dizendo, simbolicamente.

Isto posto, introduzimos um conceito de cidade, as cidades criativas, por inserirem em seu seio os aspectos simbólicos presentes no território sem desconsiderar seus fatores econômicos e políticos. Como já fora mencionado, as cidades criativas não se atêm a modelos urbanos ou teóricos de qualquer esfera, pois elas constroem seu presente a partir de sua história, considerando a justaposição das várias escalas temporais presentes nas cidades. Assim, o passado se abre para o novo, respeitando e reelaborando os velhos costumes e hábitos dos cidadãos.

Garante-se assim, a permanência dos lugares de referências (CLAVAL, 2013) nas cidades criativas, ainda que estas estejam reatualizadas e resignificadas. Este estudo compreende então, cidades criativas como territórios simbólicos, onde os grupos sociais manifestam suas aspirações e costumes, reconhecendo e conformando o território a partir das relações nele exercidas.

Ana Carla Fonseca Reis (2012), economista por formação mas com tese em Arquitetura e Urbanismo, afirma que a cidade “envolve muito mais do que relações econômicas” e que “unem-se a elas as relações sociais, a cultura local, os hábitos e atitudes da população” (REIS, 2012, p.17). A autora destaca essas características presentes nas cidades como “aquelas peculiaridades que fazem que um espaço seja tão diferente de outro e que dão alma a uma cidade” (REIS, 2012, p.17).

Pode-se comparar o papel da identidade territorial à “alma” da cidade, como mencionado acima. Cada local é tão próprio às suas características ali engendradas, configuradas pelas ações, hábitos e práticas, vivenciados por diversos atores sociais, que imprimem no “solo”, sua identidade territorial. Essa identidade passa a ser vista por vezes como um “topônimo”, concebendo cotidianamente o “*continuum*

do território” na história das pessoas que, por sua vez, configuraram previamente o território e suas territorialidades.

Dentro desta análise dialética de trocas espaciais e vivenciais, as cidades devem ser tratadas como um território inacabado, em constante transformação, que permite novas representações e conformações. Lepetit (2001) afirma que a cidade é feita por “cruzamentos” e que existem diversos territórios urbanos. Assim, o historiador aproxima-se das territorialidades de Haesbaert (2004) ao tratar os diversos territórios da cidade, ressaltando que a cidade faz convergir, “num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado” (LEPETIT, 2001, p.141). A partir desta afirmativa, o historiador confere a carga temporal inerente à realidade das cidades. Relacionando ambos autores, é possível concluir que as territorialidades de Haesbaert (2004) presentes nas cidades se constituem por fragmentos temporais (LEPETIT, 2001), cruzando histórias e reconstruindo novos e complexos territórios das cidades.

Assim, novas territorialidades são geradas no espaço urbano, traçando um caráter diverso e múltiplo para a cidade, onde há fenômenos e grupos que interagem de forma a conceber pluralidades territoriais (ZAMBRANO, 2001). O território possui portanto, um “sentido multi-escalar e multi-dimensional” que só pode ser apreendido dentro de uma “concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p.19).

Adentro ao conceito de multiplicidade, o antropólogo Zambrano (2001) distingue dois aspectos territoriais: a “pluralidade de territórios” e os “territórios plurais” (ZAMBRANO, 2001). Para o autor, os territórios plurais permitem perceber a noção do múltiplo, a pluralidade de percepções territoriais estruturadas, que se estruturam e que se são estruturantes (ZAMBRANO, 2001). Processos sociais coexistem às práticas cotidianas (estruturadas) e esferas de poder, que o autor denomina de estruturantes, definindo que os territórios plurais são uma “multiplicidade de espaços diversos, culturais, sociais e políticos, com conteúdos jurisdicionais em tensão, que produzem formas particulares de identidade territorial” (ZAMBRANO, 2001, p.18).

Já a pluralidade dos territórios indica também uma multiplicidade: “a superfície terrestre como suporte está sujeita a um processo permanente de organização/diferenciação”. Isso indica um “processo central para uma reprodução sistêmica” (ZAMBRANO, 2001, p.29). Isso quer dizer que se produzem lugares

habitados que não se relacionam e não se tem ligação entre ele e os sujeitos, ainda que esses lugares pertençam a uma estrutura maior, como um plano de organização espacial (ZAMBRANO, 2001).

Deste modo, Zambrano (2001) insere a pluralidade de territórios dentro dos territórios plurais, que se manifestam pela multiplicidade de territórios (território plural como reunião de vários territórios) e pela pluralidade de jurisdições: território plural por abranger diferentes jurisdições (ZAMBRANO, 2001). Segundo Haesbaert (2004), fica evidente na análise de Zambrano (2001), a multiplicidade de territórios – e territorialidades – que podem conviver num mesmo espaço.

A pluralidade dos territórios se aproximam portanto, da multiterritorialidade de Haesbaert (2004), que a define como uma característica que “pode se confundir com a noção aqui proposta de múltiplos territórios”, que por sua vez pode estar “compreendida de duas formas nos “territórios plurais” (noção mais próxima de nossa concepção de multiterritorialidade)” (HAESBAERT, 2004, p.10). Desta forma, a pluralidade de territórios pode ser “vista a partir do “território plural” como conjunto justaposto de diversos territórios compreendidos no seu interior” ou a partir do “território plural”, “como conjunto superposto de vários territórios (ou territorialidades) cuja abrangência pode ir bem além dos seus limites” (HAESBAERT, 2004, p.10).

Neste sentido, o espaço é vivenciado em várias dimensões e por vários atores, que deixam suas marcas e hábitos nos múltiplos territórios das cidades. O território agrega representações simbólicas e funcionais simultâneas, que caracterizam as territorialidades. Nestas multiplicidades de relações sociais mencionados por Haesbaert (2004), os hábitos e os costumes praticados nos vários territórios podem ser analisados como a justaposição de várias relações dentro do espaço através dos diversos agentes sociais. Estes agentes sociais possibilitam a simultaneidade de ações, que se caracterizam pela multiplicidade de territórios ou a própria multiterritorialidade, vivenciada por diversas modalidades, de forma concomitante, expressada como uma “experiência espacial integrada” (HAESBAERT, 2004, p.15).

Esta nova experiência, que o autor caracteriza como a “experiência da multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p.15), inclui várias dimensões que perpassam pela densidade informacional voltadas a um teor tecnológico e a uma dimensão cultural-simbólica, como processos de territorialização, que se faz pela identificação territorial ocorrendo através da “imbricação ou da justaposição de

múltiplos territórios que, mesmo recombinaados, mantêm sua individualidade numa espécie de ‘todo’ como produto ou somatório de suas partes” (HAESBAERT, 2004, p.16).

Assim, através das multiterritorialidades presentes nas cidades, sobretudo as cidades criativas, o território simbólico é vivenciado nas diversas escalas das cidades. Então, a partir do reconhecimento deste território, fortalecem-se os laços afetivos e a identificação territorial, que se ancoram pelas marcas temporais e identitárias, aportados pelos hábitos e pela memória coletiva dos sujeitos do espaço, estabelecidos por uma construção de experiências vividas (HALBWACHS, 1990).

3.3 TEMPO, MEMÓRIA E A CONFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NAS CIDADES

As cidades são protagonistas do cotidiano das pessoas. Na verdade, pode-se perguntar onde e como elas surgiram. A resposta a esta pergunta pode percorrer vários caminhos, mas o que se busca na presente discussão é a resposta a partir das práticas sociais que se cristalizam nos espaços e propiciam territórios simbólicos, carregados de significados próprios para quem usufrui e vivencia o espaço.

Para adentrar a esta discussão, recorre-se à importância da memória e do tempo na construção do espaço que por sua vez se inserem na conformação do território. Esta análise faz-se coerente neste estudo, pois para a compreensão das cidades e das conformações de territórios e territorialidades, o presente emana dos traços de um tempo anterior ou de um passado histórico. As características atuais das cidades e suas territorialidades são delineadas e forjadas pelo tempo e suas consequentes marcas, sejam elas históricas, sociais, culturais ou econômicas.

Neste aspecto, a memória possibilita o reencontro do passado no presente ao mesmo tempo em que no espaço se encontram ambos os tempos - passado e presente (LEPETIT, 2001). O historiador por esta análise traça a dialética presente entre espaço e memória onde ambos carregam em si atribuições similares, afirmando que “o que é válido para a produção da memória é válido para a produção do espaço e vice-versa” (LEPETIT, 2001, p.149). Expressa-se assim o caráter de troca entre a memória e as formas urbanas. Neste sentido, o autor expõe a dialética de modo que a “memória coletiva apoia-se em imagens espaciais”, e também os

grupos sociais inserem suas lembranças nas formas urbanas (LEPETIT, 2001, p.149).

Há uma relação dinâmica entre memória e espaço que propicia o aparecimento de formas urbanas e ao mesmo tempo a permanência da memória. Dentro desta reflexão, Maziviero (2008) relata que as edificações participam da formação identitária dos indivíduos ao “acionar” a memória destes, seja para garantir uma orientação espacial ou mesmo ativar lembranças de fatos pessoais, que garantiria a sensação de pertencimento a uma cultura e a um tempo. Seguindo este pensamento, o arquiteto Lynch (2009) assinala que “todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 2009, p.11).

As formas urbanas antigas coexistem às construções e adaptações do presente tempo, o que reforça a memória dos habitantes, assegurando a permanência de aspectos materiais mas sobretudo imateriais, conformando neste caso, identidades individuais ou coletivas. Reforçando esta ideia, Lepetit (2001) destaca que “o território é essencialmente uma memória, e seu conteúdo é todo constituído de formas passadas – isto é, de algumas dentre elas, das quais só subsiste o que pode ser compreendido pela sociedade que, em cada época, trabalha em seus quadros” (LEPETIT, 2001, p. 149).

Lepetit (2001) traça a lógica da organização do território a partir de configurações anteriores. Destaca portanto, que as novas configurações territoriais são estabelecidas a partir das formas passadas, transpondo aqui as temporalidades inscritas no espaço já construído e ressignificado por novos atores sociais. Assim, afirma que “as sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias encontradas por acaso: procedem continuamente a uma reatualização e a uma mudança de sentido das formas antigas. Elas se reinterpretem” (LEPETIT, 2001, p. 147).

Segundo o geógrafo Luís Carlos Flavio (2013), não há processos territoriais que não sejam ligados a “eras pretéritas”, que engloba “modos de pensar e fazer”, onde o autor atribui estes modos às práticas sociais. Assim, ações ocorridas no território, produzem uma imagem simbólica e representativa do território, favorecendo novas interpretações no tempo presente. As imagens dos territórios já consolidados fomentam novas bases para um território “repaginado”, que por sua vez é impregnado da memória de ações já ocorridas.

Há uma concordância nos pontos de vista de Lepetit (2001) e Flávio (2013) no papel da memória como produtora do território, onde ambos atribuem as marcas do passado refletidas nas ações do presente tempo. Vale salientar que ambos autores colocam a memória sob a ótica de construção social para a produção territorial, que por sua vez corrobora com a ideia do geógrafo Di Méo (2004), que assinala que a interação entre os atores sociais transforma o espaço geográfico, gerando assim identidade territorial e que por conseguinte, abre espaço para o aparecimento de novas identidades sociais. Aqui, mais uma vez, afirma-se a relação de simbiose entre território e os atores do território.

Aprofundando mais sobre a análise territorial de Flávio (2013), é importante destacar o conceito que o geógrafo apresenta sobre “territórios da memória”, como forma de valorização das pessoas e da história, mas sobretudo contribui para “humanizar as práticas políticas que demarcam as forças, campos e lutas no contexto social” (FLAVIO, 2013, p.140). Este termo liga-se “à interpretação do passado/presente” sob uma espécie de “desvendamento territorial”, traçando “caminhos interpretativos que tragam clareza e visão sobre as realidades encobertas ou dissimuladas” (FLAVIO, 2013, p.140).

O autor aponta o papel humanizador da memória para uma leitura territorial que envolve dominação e poder. Cita como exemplo a construção de muros nas cidades, na alçada do planejamento urbano, no intuito de esconder ou proibir acessos da favela a determinados espaços das cidades. Neste ponto, Flávio (2013) traça a imperatividade da racionalidade capitalista que tenta abolir ou extinguir memórias coletivas de determinados grupos sociais, roubando “lembranças das pessoas e grupos sociais” (FLAVIO, 2013, p.137).

A memória coletiva, segundo Halbwachs (1990) se desenvolve em quadros espaciais. O espaço é que permite suceder impressões e fornecem referências aos indivíduos, fomentando a memória coletiva, numa espécie de conservação do passado, através das práticas ocorridas que sustenta a lembrança alheia. O espaço para o autor deve atrair nossa atenção, pois é ele que permite nossa imaginação ou nosso pensamento reconstruir os atos passados (HALBWACHS, 1990).

Dessa maneira, Halbwachs (1990) aponta uma interdependência da memória individual com a memória coletiva, pois é na vida em sociedade, inserida em grupos sociais, que se constrói as experiências, logo, as memórias vividas. Além disto, para o sociólogo as ações dos grupos no espaço deixam sua marca, portanto, “todas as

ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais” (HALBWACHS, 1990, p.133). Neste sentido, apresenta-se uma simbiose, em que o sentido do lugar se torna inteligível aos membros do grupo.

Esta análise de Halbwachs (1990) identifica uma proximidade com o ponto de vista de Di Méo (2004) na perspectiva territorial. Ambos defendem a combinação existente entre espaço e os grupos sociais. O sociólogo atribui a transformação do espaço que se conforma à imagem do grupo, da mesma forma o espaço “se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem”, assim, o autor conclui que “ele se fecha no quadro que construiu” (HALBWACHS, 1990, p.133).

Nesta reflexão, Lepetit (2001) apresenta que este fechamento não termina no momento em que se completa. Para o autor, o espaço ratifica as relações sociais num processo dinâmico, e aponta que os hábitos dos homens podem mudar mais lentamente que as formas de uma cidade. Com isto, pode-se verificar as estruturas temporais permeando a configuração territorial por meio da memória coletiva: “eis o território instalado junto com as resistências, com os pesos temporais” (LEPETIT, 2001, p.148).

Halbwachs (1990) ressalta que o passado não se conserva e não ressurgem idêntico, de forma que a sociedade remaneja suas lembranças de modo a se adequar às condições do momento, num processo de reconstrução permanente. Assim, a memória manifesta as verdades do passado baseada no presente. Portanto, a memória coletiva define o grupo social que a detém, que a transforma a partir da evolução deste.

Por essa análise, Lepetit (2001) expressa que o mesmo acontece com o espaço. As formas urbanas antigas são admitidas pela sociedade “desde que sejam formas, isto é, desde que possam ocupar um lugar em seu espaço” (LEPETIT, 2001, p. 149). Isso quer dizer que as formas devem interessar aos “homens de hoje” e aqui o autor afirma, por sua análise temporal, como já fora dito: “o território é essencialmente uma memória (LEPETIT, 2001, p. 149).

Já que todas as condutas de um grupo social podem traduzir-se em termos espaciais, cada lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo. Já que todas as condutas do grupo são cristalizadas por hábitos, elas registram configurações espaciais passadas. As formas, por sua vez, registram antigas relações sociais, velhas condutas, hábitos enraizados em territórios ainda mais antigos. Assim, o presente só tem sentido nas práticas que reatualizam, concomitantemente, estruturas sociais e espaciais

ultrapassadas – e é não tanto na esfera dos pesos temporais quanto na da memória que convém inscrever o espaço (LEPETIT, 2001, p.148).

Caminhando ainda pela análise identitária territorial e tendo a memória e o tempo como chave de leitura para uma hermenêutica das cidades, GUIMARÃES NETO (2006) em seus estudos sobre as representações das cidades, busca no método narrativo, acontecimentos cotidianos que forjam verdadeiras bricolagens de história, onde a autora denomina de “relatos de espaço”. Neles os atores sociais codificam e distinguem simbolicamente espaços e lugares. Nesta análise, a autora destaca a impossibilidade de desassociar tempo e espaço, pois nos relatos de memória, estes aparecem “imbricados a várias temporalidades”, ocorrendo o “encadeamento das histórias” (GUIMARÃES NETO, 2005, p.1).

Assim, a construção da narrativa histórica das cidades só pode ser feita por intermédio da memória dos habitantes, que por sua vez instituem “recortes espaciais e temporais” (GUIMARÃES NETO, 2005, p.1). Por meio dos relatos de memória, que narram as práticas de espaço, os vários acontecimentos vivenciados pelos moradores dão inteligibilidade e significado às práticas dos grupos, traduzindo-os em códigos sociais impregnados de significados e impressos nos registros de memória destes.

Dessa maneira, o ato de narrar além de propiciar a produção da identidade das cidades, a partir do reconhecimento dos significados das práticas sociais, representam sobretudo marcas da experiência temporal, assinalando a reciprocidade entre narrativa, temporalidade e por conseguinte, a identidade territorial.

As histórias orais também se enquadram como componente fundamental para melhor compreensão da conformação territorial. Salienta-se a importância da investigação e dos registros das histórias daqueles que vivenciam o território. O registro das histórias, por meio da memória, contribui para a compreensão das identidades dos grupos sociais, do auto reconhecimento e também do reconhecimento social de ter feito parte da formação do território e nele ter, de algum modo, perpetuado nas próximas gerações seus modos, suas culturas, seus valores.

A partir das vivências e memórias daqueles que estiveram no início da formação do território, é possível verificar como era o espaço, como se desenvolveu

e como se deram as trocas (espaço x indivíduo) por intermédio das relações sociais, conformadoras de território.

Aborda-se até o momento o papel crucial da memória e da história na construção identitária territorial, que perpassa por diversas escalas de tempos, demarcando marcas espaciais nas cidades, reconhecidas pelos vários grupos sociais, que se organizam a partir do reconhecimento comum de práticas sociais. Neste sentido, a memória é tida como um objeto da História, como assinala Maziviero (2008), e que permite a “construção social de um quadro simbólico que ajuda a compor e a reforçar a identidade individual ou coletiva”. A arquiteta conclui que ela é “uma operação ideológica de representação de si que guia a atuação dos indivíduos nas relações sociais (MAZIVIERO, 2008, p.8).

“A memória significa, então, movimentos de *despedaçamento* da história. Despedaçamento que lhe garante a marca da diversidade fenomênica, ligada às variadas práticas sociais, em suas realizações, conteúdos e significados espacialmente e temporalmente dados” (FLAVIO, 2013, p.135).

Na disciplina histórica, os relatos e narrativas se apresentam em tempos descontínuos, bem como toda atividade que envolve a memória (ALBERTI, 2003). Na história oral ou falada não é diferente, ainda que o narrador ou o autor da história a recontem, há momentos, idiosincrasias, valores expostos que não podem ser desconsiderados e que fazem dela, uma história carregada de significados e autenticidades do narrador.

Alberti (2000) apresenta a função da memória através dos fatos narrados, como um meio de se compreender a vivência do outro. As fontes orais são tentativas de se conhecer ou perscrutar o passado e de alguma forma, através delas é possível descrever ou sondar a evolução histórica do território. Como era e como ele se formou. Há uma importância exagerada dada ao passado ‘tradicional’, mas que nem sempre consideram os narradores ou as fontes orais que construíram e formaram o território, com sua identidade e particularidades. A cidade é um organismo vivo formado por pessoas que a partir das suas vivências e histórias passadas, deixam suas marcas para a cidade atual.

A história falada ou história oral conforme Alberti (2000), é essencialmente hermenêutica e surge em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita, e serviu de fonte para o estudo da História contemporânea. Havia até os anos 70,

uma “legitimação” de histórias escritas por parte dos leitores, garantindo certa objetividade da informação. Segundo a historiadora, a subjetividade tanto escrita quanto oral é admitida ao pensamento científico atual e a própria experiência individual é valorizada para compreensão do passado, privilegiando a ação dos atores na história, e em alguns casos, aplicada como biografias (ALBERTI, 2000).

Sob um mesmo ponto de vista, mas usando terminologias distintas, FERREIRA (2006) coloca a oralidade e a memória em fatos testemunhais como ferramentas para “entender o presente”. A partir do Holocausto que o movimento testemunhal (FERREIRA, 2006, p.195) foi inaugurado como registro e coleta de relatos orais, considerando as experiências vivenciadas por indivíduos ou grupos.

Vale mencionar o que FERREIRA (2006) destaca sobre a relação entre o historiador e a memória. A autora afirma que “o historiador não tem o monopólio sobre a memória, mas ele detém os instrumentos para lidar com a pluralidade e a fragmentação da memória” (FERREIRA, 2006, p.201). Ela conclui dizendo que a memória, é própria à história, em concordância, portanto, com Maziviero (2008).

As narrativas e relatos de grupos ou indivíduos, representam, por sua carga criativa, as “marcas da experiência temporal”, onde Maziviero (2008) denomina como sendo o desenvolvimento das ações humanas no tempo histórico, assinalando a cooperação entre narrativa e temporalidade. Para a construção de identidades urbanas é fundamental a participação da história e da memória no processo de criação e transformação do objeto arquitetônico, representado aqui pelas formas edificadas nas cidades (MAZIVIERO, 2008).

Maziviero (2008) afirma que as edificações nas cidades “participam da formação da identidade dos indivíduos no momento em que a memória é acionada” – seja para garantir orientação espacial no espaço urbano (aqui se remete ao estudo de Kevin Lynch), ou também “para reavivar lembranças de fatos pessoais ou provenientes da história pública que ocorreram naquele espaço”, o que garante a sensação de pertencimento, ligados por meio de uma cultura e tempo histórico (MAZIVIERO, 2008, p.2).

As formas arquitetônicas edificadas nas cidades se constituem como “respostas às aspirações estéticas e funcionais de cada sociedade” (MAZIVIERO, 2008, p.4). A paisagem portanto, se adapta às necessidades dos cidadãos, que frequentemente liga-se à memória destes que vivenciam o espaço. Neste sentido, Maziviero (2008) assinala que “as construções nos contam uma parte importante

das relações entre cidades e seus habitantes” e o modo de “arranjá-las no espaço” (que se refere aos materiais e as técnicas empregadas na edificação), “são elementos que corroboram para ativação da memória dos indivíduos que se relacionam naquele espaço” (MAZIVIERO, 2008, p.2).

Torna-se importante evidenciar o papel de antigas edificações presentes nas cidades. Ainda que estas formas antigas sofram modificações e reformas para atender a uma nova demanda ou necessidade, são impregnados de história vividas em tempos passados. Remete-se aqui o que Lepetit (2001) destaca sobre o território ser uma memória, pois o historiador o considera como “constituído de formas passadas” (LEPETIT, 2001, p. 149). Esse território ou a edificação antiga só permanece se houver significado e interesse aos “homens de hoje”. E esse significado só existe por meio das práticas vivenciadas no espaço.

Dentro da mesma reflexão, Maziviero (2008) assinala que “tais construções se ainda sobrevivem na contemporaneidade é por estarem arraigadas na memória coletiva dos cidadãos tornando-se baluartes fundamentais de identidades, individuais ou coletivas” (MAZIVIERO, 2008, p.2). Reforçando esta ideia a autora assinala que as edificações que “resistiram a passagem do tempo”, mesmo com funções e formas originais alteradas, “permitem à contemporaneidade constatar a permanência de alguns valores não só formais”, mas também “ligados as práticas sociais dos envolvidos na sua produção e manutenção na cidade” (MAZIVIERO, 2008, p.3). Assim, essas edificações se tornam “testemunhos da permanência desses valores na história” (MAZIVIERO, 2008, p.3).

Discutiu-se até aqui os papéis eficazes do tempo, da memória e da história (incluindo aqui a história oral) na conformação de territórios e para a hermenêutica das cidades, compreendendo que seu passado faz parte do presente e que se torna impossível analisar ambos sem se ater às vivências sociais por grupos e pessoas que tornam o espaço, algo repleto de identidade e características peculiares. Para ratificar esta análise, aprofunda-se a análise territorial voltada à identidade urbana, que conforma territórios simbólicos através dos sujeitos que os produzem.

3.4 TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS E AS PRÁTICAS SOCIAIS

Discutiu-se que aspectos “imateriais” ou melhor expressando, abstratos (refiro-me à memória e ao tempo não cronológico) são instrumentos conformadores das cidades, suas formas urbanas, e por conseguinte seus territórios. A interação entre os sujeitos do espaço, a partir das estruturas temporais e da memória, delineiam expressões identitárias territoriais e produzem significados emoldurados no espaço. Assim, a partir de interações e trocas, traduz-se a essência ou a identidade do lugar.

Para caracterizar territórios simbólicos presentes nas cidades recorre-se aos pontos de vista dos geógrafos Di Méo (2004), Haesbaert (2004, 2013) e Flavio (2013), pois todos trabalham a dimensão cultural presente no espaço que propiciam a conformação de identidades e territórios. Caminhando por uma perspectiva interdisciplinar, destaca-se o historiador Lepetit (2001) e a arquiteta Maziviero (2008) para ratificar o papel do tempo e da memória na conformação de territórios simbólicos nas cidades através de práticas sociais.

As cidades são feitas por pessoas e portanto, para elas. Todas as funções ali exercidas só fazem sentido se houver de fato o uso do espaço e se refletirem as práticas dos sujeitos que as constroem. Como já analisamos, historicamente e infelizmente na atualidade, verifica-se planejadores urbanos voltados aos itens ou aos objetos (carros, ruas, edifícios), mas não se voltam para os principais articuladores das interações sócio espaciais, ou seja, os sujeitos, ou homens, ou atores sociais. São estes, através de suas práticas, que dão significado e sentido às cidades. Deve-se considera-los, portanto, como protagonistas para o planejamento das cidades e proposições de melhorias urbanas, o que se contrapõe aos modelos teóricos já apresentados.

Caminhando então, dentro de uma análise das relações sociais por sujeitos humanos, Di Méo (2004) assinala que a identidade é resultado da relação interativa entre agentes e atores sociais, e que a partir dela, lugares passam a ser nomeados, significados e vivenciados, propiciando a identificação de territórios. O geógrafo expõe a identidade como algo capaz de legitimar socialmente determinado grupo no território, onde este retira seus recursos materiais e simbólicos. A identidade expressa para o autor, um compartilhamento de relações e objetivos de um grupo. Ela possibilita a conformação de bricolagens sociais em constante remanejamento.

A partir deste ponto de vista, Di Méo (2004) aproxima-se das ideias de Lepetit (2001) quando o historiador enfoca uma reinterpretação das sociedades urbanas no uso do território. O território não é produzido por uma relação unilateral. Há um encadeamento de histórias, que por sua vez sobrevivem ao tempo e se reinterpretam a partir das práticas sociais que se impregnam espacialmente a partir de grupos ou indivíduos, que dão significados aos lugares por suas práticas comuns, que por sua vez carregam em si identidades, conformadoras de territórios significados por seus usos e costumes. O território analisado por Di Méo (2004) é produzido pela identidade, fomentado por ele como um ingrediente para sua produção (DI MÉO, 2004).

Ademais, Di Méo (2004) expõe a ideia de um continuum, como mencionado anteriormente, que compreende o sujeito humano ao território, caracterizando uma combinação de ambos, quando um se declina sobre o outro. Ainda assinala a identidade como um processo social, tanto individual quanto grupal. Nesta lógica, ratifica esta ideia ao exemplificar que nomes de grupos dão origem aos nomes dos lugares, neste caso o topônimo designa a especificidade geográfica do lugar (DI MÉO, 2004).

A ordem do vivido na experimentação dos lugares por indivíduos e grupos exposto por Di Méo (2004), liga-se à construção identitária dos espaços e das cidades a partir das práticas espaciais ocorridas cotidianamente, proposta por Maziviero (2008). Para a arquiteta e urbanista, a identidade dos lugares é forjada pela memória de seus habitantes nos espaços citadinos. Neste sentido, através de práticas espaciais vividas, gera-se um vínculo entre forma (relacionada ao ambiente construído) e memória, possibilitando aos usuários a capacidade de qualificar o espaço urbano, que por sua vez confere identidade aos lugares (MAZIVIERO, 2008).

Aproximando da discussão de Di Méo (2004), onde as relações sociais definem territórios identitários a partir das significações e vivências do espaço, o geógrafo Haesbaert (2013) afirma que “todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais” (HAESBAERT, 2013, p.93).

Nesta citação, o autor transita entre as pluralidades do tempo (LEPETIT, 2001), a história que se refaz pelo próprio tempo, configurando processos territoriais diversos (FLAVIO, 2013), e finaliza com as práticas sociais (FLAVIO, 2013;

HAESBAERT, 2004; MAZIVIERO, 2008) como produtoras de territórios, que por sua vez se liga a um processo concreto ou simbólico, por se tratar de um continuum. (HAESBAERT, 2004).

Estabelece-se aqui a abordagem interdisciplinar na leitura para a conformação territorial das cidades, onde os autores de diversas áreas de estudo comungam do raciocínio voltado aos sujeitos humanos (DI MÉO, 2004) como agentes que significam os espaços por suas ações.

Vários elementos se inter cruzam na configuração territorial. Como vimos, o tempo, a história, a memória, os sujeitos humanos e as ações podem caracterizar o território funcional e simbólico, pois trata-se de um continuum (HAESBAERT, 2004). Para Di Méo (2004) o território é mais atribuído à ordem do vivido ligado às significações que o grupo dá ao lugar, portanto, liga-se ao território simbólico. Já para o geógrafo Haesbaert (2004), território em qualquer acepção, liga-se à poder, mas não somente poder político, mas a um poder de apropriação, relacionado à capacidade de usufruir dele. Em ambas análises, o autor reconhece que tanto no aspecto funcional (material) quanto no aspecto simbólico (imaterial), ambos “tipos ideais” não “se manifestam em estado puro” (HAESBAERT, 2004, p. 4).

“Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Essa abordagem territorial de Haesbaert desdobra um conceito, já mencionado, que o autor reconhece como territorialidade, que não incorpora tão somente a questão política, mas também as questões culturais, pois se ligam ao modo de como as pessoas utilizam a terra. Ele destaca que a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

O conceito de territorialidade proposto por Haesbaert (2004) nasce tanto de uma significação material e simbólica, inter cruzando diversos aspectos no uso do território. A vertente simbólica corrobora com os estudos de Di Méo (2004) acerca da identidade territorial. O geógrafo afirma que a identidade é fundamental para a produção do território, que por sua vez, é forjada pelos sujeitos humanos através

das práticas sociais. No mesmo raciocínio, Haesbaert destaca que devemos diferenciar os territórios através dos sujeitos envolvidos, sob a ótica do continuum, como já mencionado.

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Haesbaert (2004) extrapola o conceito simbólico de Di Méo (2004) ao expor a coexistência de várias territorialidades. O geógrafo defende que num mesmo território, há várias territorialidades, caracterizando os diversos aspectos presentes no espaço. Aqui evidencia-se o caráter complexo e múltiplo das cidades, ou na perspectiva territorial, a “multiplicidade de suas manifestações” (HAESBAERT, 2004, p. 3). Para um breve comentário na esfera do planejamento urbano, planejar cidades coerentemente só é possível se considerarmos as territorialidades existentes, ou então, num raciocínio epistemológico mais amplo, se considerarmos as multiterritorialidades (HAESBAERT, 2008) justapostas nas cidades.

Num raciocínio sucinto, a identidade dos grupos gera sobre o espaço significados, que conformam territórios, a partir de práticas sociais. Os territórios sofrem a interferência do tempo, que caminha ao longo da história, combinando e recombinao espaços vitais, mas que refletem cada um a seu tempo, a ordem do vivido.

A abordagem feita até o momento traça a importância de considerar os sujeitos que compõe o território, já que estes os produzem e configuram. São as pessoas, através das significações sociais (HAESBAERT, 2013) que se encarregam de extrair do território e também de impregnar nele (aqui destaca-se o aspecto de troca entre o território e os agentes do território conforme traçado por Di Méo) marcas que extrapolam o valor de produção do espaço e evidenciam algo imaterial e carregado de “valor simbólico” (HAESBAERT, 2013).

No âmbito da Arquitetura, valendo-se do valor da memória coletiva nas edificações e ratificando o caráter simbólico do território, Haesbaert (2013) recorre à

afirmativa de que “tanto os grandes monumentos ou prédios preservados por seu “valor histórico” quanto as reservas naturais, representantes de um alegado ‘patrimônio’, assumem sobretudo um valor simbólico” (HAESBAERT, 2013, p. 85). Estes por sua vez, representam “signos que traduzem uma memória coletiva, nacional, regional ou urbana, perpassando então as mais diferentes escalas socioespaciais - desde o espaço cotidiano de relações até o território internacional” (HAESBAERT, 2013, p. 85).

Estes signos ‘memoráveis’ que perpassam pelas diversas escalas socioespaciais, conjuga-se ao que Maziviero (2008) e Lynch (2009) argumentam acerca da memória, que se apresenta por um dinamismo através das formas espaciais, uma vez que as edificações podem ser produtoras de significados, referenciais e identidades urbanas. Segundo o geógrafo Haesbaert (2013), a identidade territorial pode ser forjada pela conservação de “espaços de referência”, pois estes “impõem cristalizações, resistências espaciais concretas” que “transformam-se em elementos simbólicos capazes de resgatar e enaltecer identidades” (HAESBAERT, 2013, p. 86).

Analisou-se o papel crucial da memória e sobretudo dos agentes do espaço, que também chamarei de cidadãos, na configuração do território, sobretudo os territórios simbólicos, que possuem em seu seio as representações e significados dos grupos sociais. A partir das práticas sociais, os sujeitos marcam e demarcam territórios nas cidades, configurando territórios simbólicos, por sua carga identitária e também porque não dizer funcional (que segundo Haesbaert todo território se imbrica entre os dois aspectos), mas que traduzem a essência e as características dos cidadãos, ocupando um lugar especial na memória e no cotidiano destes.

Dessa forma, o estudo traça a aproximação dos conceitos territoriais explanados, ao contexto das cidades criativas. Estas se caracterizam por cidades que ampliam a “inteligibilidade do real” (LEPETIT, 2001, p.40). Lepetit (2011) quando se refere ao termo, o faz dentro do aspecto da interdisciplinaridade, e é por isso que ele se enquadra aqui. As cidades criativas abraçam todas as vertentes que a configuram, buscando uma leitura heterogênea, dinâmica e ampla para a proposição de mudanças. Ela não se fecha a um modelo ou a dados estatísticos apenas.

A cidade se propõe aberta àquilo que é demasiadamente esquecido no planejamento urbano, o território simbólico. Mas ela não somente se atém a ele, pois abarca as diversas escalas territoriais, que se apresentam como multiterritorialidades

(HAESBAERT, 2004). As multiterritorialidades se configuram por processos de territorialização, em contextos que imbricam e justapõem múltiplos territórios, caracterizando o continuum do território (HAESBAERT, 2004).

O território simbólico das cidades criativas se configura sobretudo na interação dos cidadãos com os espaços públicos, onde ocorrem a multiplicidade de práticas, garantindo a singularidade de cada cidade. Essas cidades buscam uma aproximação dos habitantes com as estruturas físicas, sociais e econômicas, numa perspectiva integrada. Para situar o tema, iniciaremos o terceiro capítulo com um breve estado da arte deste conceito contemporâneo de cidade.

4 TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS NAS CIDADES CRIATIVAS

O percurso histórico das Cidades Criativas será abordado neste capítulo, afim de traçar a fundamentação teórica e expor os fenômenos que impulsionaram sua eclosão. Relaciona-se no desenvolvimento desse conceito para cidades, a importância da criatividade e da economia.

Nessa pesquisa, através da perspectiva dos Estudos Territoriais, partindo da Geografia Cultural Integradora, se reconhece territórios simbólicos nas Cidades Criativas, expressados sobretudo pela relação dos cidadãos com o território, permeando as pluralidades temporais e identitárias fornecidas pela vivência territorial.

Esse conceito de Cidades Criativas vem sendo ancorado por vastos debates acadêmicos e diante disso, busca-se introduzir a pertinência dos Estudos Territoriais ao bojo das transformações presentes nessas cidades. Para tal fim, far-se-á um balanço crítico do V Congresso Internacional Cidades Criativas, ocorrido em Portugal, em Janeiro de 2017.

4.1 PERSPECTIVAS HISTÓRICA E TEÓRICA DAS CIDADES CRIATIVAS

A partir do início da década de 1980, o foco urbano toma novos moldes sob o processo da chamada regeneração urbana. Este fato é demarcado por Landry (2013) pela apropriação ou melhor dizendo, reapropriação de antigos depósitos, estações de trem, antigas fábricas que passaram a ter um novo significado e uso. O autor denomina esse processo de regeneração urbana aliado à capacidade que as cidades possuem para trocas, transações, como um “fenômeno de ressurgimento das cidades”. Assim, a cidade era vista como uma “aceleradora de oportunidades”, por meio de seus recursos e capacidade de permitir trocas e comunicação (LANDRY, 2013, p.21).

Caminhando por um dos princípios da cidade criativa denominado por Landry (2013) como regeneração urbana, a reapropriação de antigos locais desativados, colocou em cena a criatividade individual como propulsora de novas ideias, o que ocasionou a ressignificação de ambientes hostilizados e abandonados, o que permitiu a abertura de um novo horizonte para profissionais criativos, instaurando um novo olhar para a cidade a partir da sua própria história.

Neste aspecto vale reafirmar a contribuição da memória, do tempo e da história local aos conceitos contemporâneos de cidades criativas. Já discorremos sobre como estes elementos citados configuram territórios simbólicos para os cidadãos. O princípio da cidade criativa se respaldou através dos recursos próprios do local (seja o aspecto material – a edificação abandonada, seja o aspecto imaterial – a criatividade individual). Este conceito para a cidade garante a particularidade do local, conferindo a singularidade para cada cidade, sem associa-la a modelos prontos.

A partir do fim da década de 1980 surge a ideia de cidade criativa, vista como uma aspiração, afim de gerar um impacto na organização da cultura (LANDRY, 2013). Landry (2011) enxerga a evolução da trajetória de cidades criativas como um esforço da comunidade artística afim de justificar seu valor econômico, que eclodiu inicialmente nos Estados Unidos e em seguida no Reino Unido e na Austrália, se espalhando pela Europa e ao redor do mundo, nos anos 1990.

Segundo FURTADO (2012), a clarificação do conceito de cidade criativa pressupõe atender aos nomes “criatividade” e “indústrias criativas”. Este conceito de cidade é “parte de uma série de outras ideias que têm surgido na investigação das dinâmicas espaciais e urbanas associadas à eventual emergência de uma Nova Economia” (FURTADO; ALVES, 2012).

Diante disto, criatividade e economia criativa andariam atreladas ao conceito de cidades criativas. O pesquisador inglês de Economia Criativa, John Howkins (2013), afirma que criatividade é a “capacidade de gerar algo novo” ou dar um novo sentido a algo já existente. “Significa a produção por parte de uma ou mais pessoas, de ideias e invenções que são pessoais, originais e significativas. Ela é um talento, uma aptidão” (HOWKINS, 2013, p.13). Já a economia é definida “como um sistema para a produção, troca e consumo de bens e serviços” (HOWKINS, 2013, p.13).

O jornalista Howkins com a publicação do livro *The creative economy*, tornou-se o “pai da economia criativa”, reforçando a ideia de que “a criatividade é peça fundamental para a competitividade econômica e a satisfação individual, portanto, contribui para o bem-estar social, em um contexto de economia pós-industrial” (REIS, 2012, p. 64). O conceito de economia criativa engendrado por Howkins, segundo Reis (2012), é o que originou o debate acerca das cidades criativas, que tem despertado atenção crescente ao longo da última década.

Vale destacar, segundo o autor, que “criatividade não é necessariamente uma atividade econômica, mas poderia se tornar caso produza uma ideia com implicações econômicas ou um produto comerciável” (HOWKINS, 2013, p.13). Neste caso, assinala Howkins, “o resultado é um produto criativo que eu defino como um bem ou serviço econômico resultante da criatividade e que tem um valor econômico” (HOWKINS, 2013, p.14).

Para a definição de economia criativa, conceito que anda atrelado ao conceito das cidades criativas, Howkins (2013) adota por princípio quatro setores da propriedade intelectual, como algo que pertence a alguém, bem como na propriedade material. Dentre os setores o jornalista assinala os direitos autorais, patentes, marcas e desenhos industriais e conclui dizendo que juntos eles constituem os setores criativos e a economia criativa.⁴²

Reis (2012) reforça o entendimento da inovação como base da economia, que se volta à criatividade, das pessoas e do ambiente, concluindo que quanto mais criativo for o ambiente, mais criativas serão as pessoas e, por conseguinte, mais pujante a economia e a cidade. Em suma, esta é a teoria base de todos os autores que discutem cidades criativas.

Na abordagem das cidades criativas, a criatividade é associada à lógica capitalista, sendo vista como “potencial motor para o crescimento econômico, social e territorial da cidade” (FURTADO; ALVES, 2012, p.126). Na conceituação de criatividade, Furtado (2012) assinala que ela é definida como um “processo mental que envolve a geração de novas ideias, ou a associação de ideias preexistentes” (FURTADO; ALVES, 2012, p.126).

⁴² O autor destaca que para esta conclusão há controvérsia. Há alguns países, como exemplo, Grã-Bretanha e a Austrália, que restringem o termo “setores criativos” às artes e aos segmentos culturais, excluindo os setores de ciências e patentes. Assinala ainda que se trata de uma tendência histórica lamentável de manter artes e ciências distantes.

Retomando ao segundo ponto fundamental na formação do conceito de cidade criativa, sob a lógica capitalista, o conceito de indústrias criativas consiste no conjunto de setores criativos industriais, que utiliza a criatividade humana (arte, moda, design, arquitetura, software) como base econômica (FURTADO; ALVES, 2012). Segundo Furtado (2012) “trata-se de um conceito proveniente das tradicionais atividades mais artísticas e indústrias culturais e que foram alvo de evolução”. Os autores atribuem esta evolução associada “ao desenvolvimento tecnológico e à integração das redes de informação e comunicação, enquanto meios de conexão e mobilidade” (FURTADO; ALVES, 2012, p.126).

Segundo Reis (2011), anteriormente à denominação “indústrias criativas”, o conceito de economia criativa surgiu sob um molde australiano, em 1994, com a expressão *Creative Nation*. Este conceito foi um “prenúncio de uma convergência de objetivos culturais, econômicos e sociais, em uma espécie de desenho da economia criativa *avant la lettre*, tingido com nuances de uma preocupação com a sustentabilidade em termos amplos (...)” (REIS, 2011, p.8). Houve um receio por parte do governo, do país perder sua singularidade cultural pela globalização ao mesmo tempo em que o país vislumbrou uma possibilidade de fortalecimento dele no quadro mundial (REIS, 2011).

Em resumo, Reis (2011) menciona que o governo britânico inspirado na proposta australiana de colocar a criatividade como “epicentro do programa estratégico do país” reúne uma força-tarefa para análise das contas nacionais do Reino Unido, voltada aos setores manufatureiros em estado de vulnerabilidade. Isso ocorreu com a participação de várias instituições públicas e também representantes do setor privado (REIS, 2011, p.9).

Assim, “como resultado da análise das contas britânicas, da competitividade de suas indústrias no cenário mundial e das tendências que se prenunciavam” (REIS, 2011, p.9), identificou-se 13 setores de grande potencial para economia do país e a eles se denominou indústrias criativas, definidas como “indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual” (DCMS, 1998)⁴³.

⁴³ “O Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS) ajuda a impulsionar o crescimento, enriquecer vidas e promover a Grã-Bretanha no exterior. Protegemos e promovemos nosso patrimônio cultural e artístico e ajudamos empresas e comunidades a crescer investindo na inovação

Furtado (2012) atribui a relevância do conceito pelo Governo Britânico, após o surgimento no início dos anos 1990 na Austrália, pela criação em 1997, do grupo de trabalho *Creative Industries Unit and Task Force*⁴⁴ (pertencente ao UK-Government Department for Culture, Media and Sports - DCMS). A partir disto, houve grande interesse internacional para economia voltada às indústrias criativas (FURTADO; ALVES, 2012). Diante disto, o termo entrou na esfera pública cultural, política e acadêmica, voltado a pesquisas que se debruçam às práticas criativas das artes e cultura em geral, e que incontestavelmente passa pela dimensão econômica (FURTADO; ALVES, 2012).

Ancorada pelos conceitos citados, cidades criativas remonta ao final da década de 1980 e implica um sentido bastante amplo da reestruturação urbana, onde a criatividade é vista não apenas na esfera do sujeito (criatividade individual), mas nas instituições, infraestrutura, nos setores públicos, privados e comunitários (MADEIRA, 2014). Reis (2011) afirma que as primeiras menções ao termo cidade criativa envolvem profissionais advindos de áreas de saber “convergentes”, em especial urbanismo, economia e sociologia (os dois últimos voltados ao estudo cultural), além de reunir discussões de diversas partes do globo - Austrália, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá (REIS, 2011). Dentro de diversos nomes destacados acerca do tema, um dos mais renomados é do arquiteto britânico Charles Landry, tido como o primeiro a empregar o termo “cidade criativa” em 1995 na publicação da obra *The Creative City*, em coautoria com Franco Bianchini (REIS, 2012; FURTADO; ALVES, 2012).

Landry atribui nesta e em outras obras de sua autoria, o papel fundamental da cultura como propulsora de processos de desenvolvimento econômico, como saúde e planejamento (REIS, 2012). De acordo com Reis (2012), a mensagem básica do livro é “a necessidade de repensar o papel das cidades, seus recursos e como o planejamento urbano funciona quando o mundo atravessa mudanças dramáticas” (REIS, 2012, p.64).

e destacando a Grã-Bretanha como um lugar fantástico para visitar. Nós ajudamos a dar ao Reino Unido uma vantagem única no cenário global, buscando o sucesso econômico. O DCMS é um departamento ministerial, apoiado por 43 agências e órgãos públicos” (DCMS, 2017).

⁴⁴ O *Creative Industries Unit and Task Force* é um grupo de investigação, pertencente ao DCMS, que trabalhou no sentido de identificar as ameaças e oportunidades com que o setor criativo se deparava, bem como o seu potencial e contributo para o país, do qual resultou o primeiro “Creative Industries Mapping Document”, publicado pela primeira vez em 1998, e atualizado numa segunda edição em 2001 (FURTADO; ALVES, 2012).

Na esfera dos modelos do urbanismo apresentados no primeiro capítulo, vimos a demasiada recorrência à industrialização, desconsiderando os fatores culturais já estabelecidos, ou ao contrário, no caso dos culturalistas, a superestima ao passado, numa tentativa de congelar o tempo. Discute-se portanto, um planejamento urbano que deve ligar-se a cultura sim, considerando os hábitos dos cidadãos, seus valores e costumes. As cidades devem se abrir ao novo sem esquecerem seu passado, pois é dele, que provém as bases para a reinterpretação do novo. Assim, as cidades criativas se apresentam como um conceito que permeia o planejamento urbano, considerando o que cada um tem de particular.

Sem tentar enquadrar 'cidades comuns' em 'modelos criativos', elas se tornam criativas, por conseguirem interpretar o que cada uma tem de valor, permeando diversas escalas (econômicas, sociais, culturais, políticas e até geográficas-relevo e clima, por exemplo), extraindo a unicidade de cada uma delas.

Numa breve sumarização, Landry (2011) traça a trajetória do conceito de cidade criativa, que inicia através do esforço da comunidade artística para justificar seu valor econômico, por volta do início dos anos 1980. Os setores criativos - música, mídia, artes cênicas, design -, foram promovidos pela Unesco e o Conselho da Europa, desde o fim dos anos 1970, quando começaram a pesquisar as indústrias culturais em geral (LANDRY in REIS; KAGEYAMA, 2011, prefácio). O autor destaca o nome de Nick Garnham, professor de Comunicações de Westminster, criador em 1983/4 da unidade de indústrias culturais para o Conselho da Grande Londres (*Greater London Council*), inserindo essas indústrias na agenda da política urbana.

A empresa de Landry, Comedia, também se engajou na fomentação do conceito de cidades criativas através de estudos que salientavam o poder e o potencial do setor no mundo em mudanças em diversas cidades pela Europa. Gunnar Tornqvist em 1983 engendra o conceito de ambiente criativo e em 1985, o economista Ake Andersson realiza um estudo de caso em Estocolmo, sobre criatividade e desenvolvimento urbano. Ambos trabalhos abordaram o contexto do conhecimento, da criatividade e do desenvolvimento regional (LANDRY in REIS; KAGEYAMA, 2011, prefácio).

Seguindo a trajetória na afirmação do conceito de cidade criativa, entre 1988 e 1994, alguns acontecimentos fortaleceram o tema, entre eles duas conferências internacionais: uma em Glasgow e outra em Melbourne, com assuntos voltados à

regeneração urbana, artes e cultura frente ao planejamento da cidade, respectivamente. Landry redige em 1989, estratégias de criatividade urbana voltadas à cidade de Glasgow, já adotando os termos cidade criativa e economia criativa. Posteriormente, em 1991, Barcelona é a cidade alvo para a estratégia criativa sob os estudos de Landry.

Em 1994, o Primeiro Ministro da Austrália, Paul Keating, lança uma política cultural de “Nação Criativa”, destacando a nação por ter um “tecido multicultural”. Foi a primeira vez que um país deu foco a cultura como um recurso identitário e econômico. A partir deste acontecimento, o conceito de economia criativa, um dos pilares da cidade criativa, inaugura um novo tempo para a economia, dando abertura internacional para uma nova perspectiva econômica ancorada aos fatores culturais locais (LANDRY in REIS; KAGEYAMA, 2011, prefácio).

Em 1999, outro acontecimento importante foi o lançamento do livro *All Our Futures: creativity, culture and education* (Todos os Nossos Futuros: criatividade, cultura e educação), de Ken Robinson, que abriu espaço para publicações futuras, incluindo o livro de Landry, de 2000, *The Creative City: a toolkit for urban innovators* (A Cidade Criativa: um kit para inovadores urbanos). Posteriormente o livro de John Howkins *The creative economy* (A Economia Criativa), e o lançamento um ano depois (2002) do livro *The rise of the creative class* (A ascensão da classe criativa), de Richard Florida, que reforçava as novas fontes de criação de valor e o ambiente propício criativo para se trabalhar e atrair o talento, respectivamente (LANDRY in REIS; KAGEYAMA, 2011, prefácio). Outros livros tiveram sua contribuição e todos os trabalhos juntos impactaram positivamente o desenvolvimento de cidades criativas em todo o mundo.

O americano Richard Florida, com seu livro *The rise of the creative class*, promulga, seus atributos de pesquisa chamados “3Ts” ou Índice de Criatividade. O economista trabalha sobre três pilares: talento, tecnologia e tolerância, aliados à ascensão da classe criativa que juntos estimulam o crescimento econômico das cidades, fomentados pelos “indicadores de diversidade”, que inclui o “Índice Gay” e o “Índice Boêmio” das cidades. Florida (2011) utiliza índices de talento, de alta tecnologia e o índice gay (tolerância) para promulgar a ideia de que “quanto maior e mais diversificada a concentração do capital criativo, maior também a capacidade de inovar”, e se refere à criação de “negócios de alta tecnologia”, geração de empregos e crescimento econômico (FLORIDA, 2011, p.249).

Estes índices promulgados por Florida (2011), no viés dos Estudos Territoriais, podem ser vistos como territórios simbólicos nas cidades. O autor a partir de um olhar mais prático voltado às cidades, as classifica por índices e estatísticas levantadas por suas pesquisas quantitativas. Porém, a partir do resultado, podemos ver indicadores de territórios simbólicos, principalmente ancorados pela ideia de diversidade e criatividade, que para o autor, caminham lado a lado. Estas por sua vez, impulsionam a inovação e o crescimento econômico, comprovando sua ‘teoria econômica’.

Neste ponto, abre-se um parêntese para fazer uma correlação ao continuum do território (HAESBAERT, 2004). Florida (2011), ao pesquisar acerca do desenvolvimento econômico em determinados lugares, encontra respostas associadas a fatores simbólicos, o que ele julgava ser de cunho tecnológico. O autor constata que o índice de tolerância em determinados bairros, juntamente com a abertura à diversidade e à criatividade, configura o desenvolvimento do que podemos denominar de ‘territórios econômicos’⁴⁵, ou nas palavras do autor, o crescimento econômico.

Assim, fatores simbólicos ancorados pela perspectiva territorial dos cidadãos (para Florida, a classe criativa) se encarregaram de assumir o continuum territorial, “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço” (HAESBAERT, 2004, p.95), considerado desde a dominação funcional à mais subjetiva. As economias das cidades estudadas portanto, sofreram impacto direto pelas características culturais-simbólicas da sociedade.

Florida (2011) ao trabalhar sobre os pilares da tecnologia e talento, afirma que teóricos do capital humano demonstram que o desenvolvimento econômico está ligado à concentração de indivíduos com nível educacional elevado. Desta forma, o economista e sua equipe elabora uma metodologia de análise para cidades, especialmente americanas, a partir de vários indicadores regionais. Dentre eles, destaca-se o “Índice de Talento” que corresponde ao percentual de uma população com curso superior ou mais. Alia-se a este índice, o “Índice de Inovação”, que relaciona patentes concedidas per capita, e o “Índice de Alta Tecnologia”, que avalia a economia de uma região, em termos de tamanho e concentração. Em resumo, o autor concluiu que: “a inovação e alta tecnologia

⁴⁵ Tomei a liberdade de inserir o termo mencionado

estão bastante associadas a locais de classe criativa e dos talentos de um modo geral” (FLORIDA, 2011, p.252).

Outro índice proposto por Florida para análise das cidades é o chamado “Índice Gay”, que classifica as regiões em relação ao número de habitantes homossexuais. O autor trata este índice como um bom indicador de diversidade. Há uma estatística nos estudos de Florida que indica que os índices gays e a alta tecnologia aumentam com o tempo, mas o autor conclui que este índice corresponde principalmente “que um lugar é aberto e tolerante” (FLORIDA, 2011, p. 258). O já mencionado “Índice Boêmio” se baseia no número de escritores, designers, músicos, atores, diretores, pintores, escultores, fotógrafos e dançarinos, quantificando os produtores destas diversas áreas por meio de dados de recenseamento.

O autor destaca que este índice “é um ótimo previsor do crescimento regional tanto em termos populacionais quanto empregatícios” (FLORIDA, 2011, p.261) e conclui dizendo que o índice “corroborava com a ideia de que lugares com um ambiente cultural e artístico próspero são mais propensos a gerar frutos econômicos criativos e crescimento econômico generalizado” (FLORIDA, 2011, p.261). Todos os estudos de Florida levaram a conclusões estatísticas em muitas cidades americanas, onde eram aplicadas suas teorias e inclusive implementações de novos índices. Destaca-se a confirmação da “noção de que diversidade e criatividade caminham lado a lado, impulsionando a inovação e o crescimento econômico” (FLORIDA, 2011, p.262).

A classe criativa é definida por Florida como uma “classe econômica” e defende que “seu papel econômico sustenta e molda os hábitos sociais e culturais, bem como o estilo de vida de seus membros”. Completa dizendo que “a classe criativa é formada por pessoas que agregam valor econômico por meio da sua criatividade” (FLORIDA, 2011, p.68).

Reis (2012) atribui um mérito ao autor americano por ter restituído o talento e a criatividade como um valor para a sociedade e a economia no ambiente urbano. Conclui destacando a discussão interdisciplinar proporcionada por Florida através de economistas, sociólogos, urbanistas e gestores públicos e privados voltados a criatividade, conciliando traços humanos, tecnológicos e culturais. De acordo com Elsa Vivant (2012), Florida defende que a força das cidades está ligada ao seu dinamismo cultural e artístico, que por sua vez revelam sua dimensão

criativa e que a criatividade se torna motor do desenvolvimento econômico da cidade.

Para Reis (2012), o que fica evidenciado em torno da ideia de cidade criativa é a “ênfase conferida à singularidade dos espaços e o alerta a que os recursos culturais e criativos sejam contemplados de forma contextualizada” (REIS, 2012, p.64). A este pensamento de singularidade, a autora o atribui ao conceito de cidade criativa, ao assemelhar-se à ideia do *genius loci*⁴⁶, que trata a singularidade e a unicidade dos lugares baseadas em suas identidades, manifestações culturais, ritmos e ambientes distintos (REIS, 2012).

Através das especificidades de cada cidade – o espírito do lugar (*genius loci*) – as cidades criativas podem potencializar os seus recursos seguindo a máxima “tornar uma fraqueza numa força” (LANDRY, 2008, p.8). Utilizar o potencial ou o recurso local em benefício urbano é preconizado por Landry (2008). Segundo o autor, cada cidade pode ser referência em alguma coisa, desde que se volte para si e para o potencial de seus recursos. Na mesma abordagem, Reis (2012) afirma que “entender as singularidades de cada espaço das cidades é fundamental para desenvolver uma cidade criativa (REIS, 2012, p. 68).

Discutir ou adotar princípios da cidade criativa apontam caminhos para mudanças no panorama urbano atual. Landry (2011) afirma que “é difícil ir a um país que não tenha algum tipo de estratégia de cidade criativa” (LANDRY in REIS; KAGEYAMA, 2011, prefácio). A mudança por uma agenda cultural tem ressoado e ganhado espaço nas cidades. Furtado (2012) assinala que “é uma mudança que pretende promover as cidades enquanto ambientes criativos, entendidos como espaços nucleares para a interação de talentos, atividades criativas e sinergias culturais, em clara articulação com a capacidade de criar valor econômico e catalisar a regeneração urbana” (FURTADO; ALVES, 2012, p.130).

⁴⁶ Genius loci é um termo latino que se refere ao "espírito do lugar", e é objeto de culto na religião romana. Públio Virgílio Maro é tradicionalmente considerado um dos maiores poetas de Roma, e expoente da literatura latina, onde citou "nenhum lugar é sem um Gênio". Sua obra mais conhecida, a Eneida, é considerada o épico nacional da antiga Roma. No modernismo, houve uma transposição do conceito de Genius Loci para a Arquitetura, onde tornou-se uma expressão adotada pela teoria da Arquitetura para definir uma abordagem fenomenológica do ambiente e da interação entre lugar e identidade, tal como propõe Christian Norberg-Schulz. A expressão diz respeito, portanto, ao conjunto de características socioculturais, arquitetônicas, de linguagem, de hábitos, que caracterizam um lugar, um ambiente, uma cidade. Indica o "caráter" do lugar.

Lidar com cidades como criativas implica, frente ao presente estudo, tratar questões territoriais. Considerando o conceito exposto de *genius loci*, remetendo-nos às análises de Landry (2008) e Reis (2012), fica evidente que “a criatividade é favorecida por contextos territoriais específicos”, que asseguram um “ambiente dotado de forte identidade” (FURTADO; ALVES, 2012, p.130). Tece-se aqui “tratativas urbanas criativas territoriais”. Longe de querer preconizar um novo conceito, lidar com cidades criativas se torna tarefa também da Geografia e sobretudo da Arquitetura, sem querer desfazer da Economia e da Sociologia, pelo contrário, coloca-se todas num bojo complexo de discussões acerca das cidades, o que mais uma vez exemplifica a interdisciplinaridade deste assunto.

Furtado (2012) encarrega à Arquitetura e ao Urbanismo um lugar central para o planejamento e a gestão das cidades criativas. Assinala que espaços e edifícios existentes, ao acolher novos usos, preserva e enriquece a identidade local (FURTADO; ALVES, 2012). Os autores concluem que “a disciplina de Arquitetura deve continuar a assumir uma posição central na análise das sinergias de cada cidade e no desenvolvimento de soluções simultaneamente formais e socioculturais, que propiciem vivências ricas e diversificadas” (FURTADO; ALVES, 2012).

Frente ao que fora abordado no início deste capítulo, o conceito de cidade criativa nasce por enxergar a criatividade inerente a cada uma das cidades. Podemos analisar esse fator criativo como uma carga simbólica, que nem sempre salta aos olhos dos planejadores e gestores urbanos. Essas cidades se propõem inovadoras por fomentarem justamente fatores simbólicos, ou neste caso, criativos. Não há regulamentos ou modelos para se planejar ou re-planejar a cidade criativa, pois ela busca em sua particularidade, ferramentas para potencializar seu desenvolvimento.

As particularidades das cidades criativas, que servem de plataformas para seu desenvolvimento, podem se relacionar ao conceito de multiterritorialidade de Haesbaert (2004). Ao considerar as múltiplas escalas presentes nas cidades, juntamente e sobretudo por seu fator cultural, possibilita-se uma análise das cidades criativas aos conceitos de território, por entender que as cidades são lidas de modo integrado e não apenas por uma lente. Estas buscam uma integração de todas as escalas que constituem a cidade, justificando a pertinência da leitura territorial para uma compreensão ampla e contemporânea do espaço urbano.

Como propomos, as cidades criativas podem ser constituídas por territórios simbólicos. A manifestação de práticas sociais, por meio da interação dos cidadãos nos espaços das cidades, possibilita a configuração dos territórios simbólicos, expressos por meio dos hábitos e costumes dos habitantes. Para aprofundar o estudo proposto, discorreremos no próximo item uma discussão interdisciplinar que trata a “sobreposição de territórios” (HAESBAERT, 2007). Essa sobreposição será lida por uma análise temporal (LEPETIT, 2001), que ratifica o presente através do passado, propiciando o reconhecimento do território a partir do espaço vivido (DI MÉO, 2004). Todas as acepções apresentadas estão presentes nos territórios simbólicos das cidades criativas.

4.2 CIDADES CRIATIVAS COMO TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS

Lepetit (2011) ressalta a complexidade das cidades e traça uma metodologia temporal para a análise das mesmas. Num breve resgate histórico, Lepetit (2011) afirma que ao final dos anos 1960, na França, a cidade não constituía um objeto de pesquisa histórica. Ela era vista como um “palco” em que se passavam outras histórias (econômica, social ou política) das sociedades que a compunha, como “indiferentes a seu espaço”.

O historiador retrata esta justaposição de temporalidades e hábitos da cidade afirmando que “as sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias encontradas por acaso”; portanto, as cidades se “reinterpretam” a partir de uma “reatualização e a uma mudança de sentido das formas antigas”. É neste contexto de mudança que a “diversidade das temporalidades” se inscrevem na “organização do espaço” através da “multiplicidade das formas” (LEPETIT, 2001, p. 147).

Esta multiplicidade de formas urbanas juntamente com os hábitos da sociedade, velhos ou novos, retratam os territórios das cidades, portanto, o território seria a cristalização dos hábitos sociais no espaço urbano (LEPETIT, 2001). Neste sentido, Haesbaert (2004) afirma que é possível distinguir territórios “de acordo com os sujeitos que os constrói” (HAESBAERT, 2004, p.3), atribuindo aos indivíduos ou grupos sociais, bem como instituições religiosas ou empresariais, o poder de ‘controle social’ do espaço, que pode ser traduzido pela territorialidade que se conforma a partir dos hábitos impressos no espaço urbano.

Os hábitos sociais que se cristalizam no espaço urbano (LEPETIT, 2001) permitem a distinção ou a configuração dos territórios possibilitadas pelos diversos agentes sociais, que se relacionam de modo a imprimir no espaço significados ou significações dos grupos ou indivíduos (HAESBAERT, 2004). Numa mesma abordagem Di Méo (2004) destaca que o reconhecimento do território se faz a partir do espaço vivido pelas relações que os grupos ou indivíduos nutrem com o lugar, permeado pelas experimentações sociais e espaciais. A partir desta dialética espaço-sociedade, as identidades são conformadas e conformadoras de símbolos territoriais, estreitando a relação identitária do grupo com o território, que se liga mais ao imaginário ou vivenciado, do que da estrita prática funcional dos lugares (DI MÉO, 2004).

Nesta lógica, *“le territoire émergent relève en effet bien plus de l'imaginaire et du vécu (de l'idéologie donc et de ses manipulations politiques) que de la stricte pratique ou de l'usage concret des lieux qui le composent”* (DI MÉO, 2004. p.345)

⁴⁷. O autor ainda completa: *“en ces temps où la dimension idéologique et politique des territoires l'emporte sur leur consistance objective, économique ou matérielle, l'identité fournit un ingrédient de premier ordre pour leur production”* (DI MÉO, 2004. p.345) ⁴⁸

Neste âmbito, as territorialidades se formam pela ordem do vivido, justapondo vários níveis de relações, onde Haesbaert (2004) relata que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’ (HAESBAERT, 2004, p.3).

As territorialidades nas cidades se conformam não somente a partir do que é emergente ou novo, mas com o que é pré-existente nas cidades. Com o passar do tempo, as velhas formas urbanas adquirem novas relações, ressignificando o passado a partir do presente, conferindo a carga temporal das cidades (LEPETIT, 2001) e demarcando novos territórios através de práticas espaciais, velhas ou

⁴⁷ O território emergente é muito mais tributário do imaginário e do vivenciado (da ideologia, portanto, e de suas manipulações políticas) que da estrita prática e uso concreto dos lugares que o compõem. Tradução de José Luiz Cazarotto ad instar manuscrito de Guy di MÉO.

⁴⁸ Nestes tempos em que a dimensão ideológica e política dos territórios influem sobre a sua consistência objetiva, econômica ou material, a identidade fornece um ingrediente de primeira ordem para a sua produção. Tradução de José Luiz Cazarotto ad instar manuscrito de Guy di MÉO.

novas. Cidades criativas transitam nestas ressignificações, apropriações e mutações ligadas ao passado, mas vivenciando mutações do presente tempo.

Lepetit (2001) declara que “a cidade é, em si mesma, um objeto complexo em que se manifestam todos os fenômenos de interação, um conjunto que é mais do que a soma de suas partes” (LEPETIT, 2001, p.39). Desta forma, os acontecimentos ou os ‘setores’ de uma cidade se interconectam e entrelaçam a partir da “complexidade do sistema urbano”, portanto a cidade pressupõe mudanças e transformações que devem ser compreendidas como um “objeto específico” e “historicamente” (LEPETIT, 2001, p.39,40).

Sob uma mesma ótica do historiador Lepetit (2001), Haesbaert (2007) ao propor a configuração de antigas e novas territorialidades, destaca que o território é uma “construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e domínio da natureza” e que “as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial” (HAESBAERT, 2007, p.47). O geógrafo com esta afirmação, salienta, portanto, que o território como uma construção histórica, sobrepõe um passado pré-existente ou “velhas territorialidades” com novos hábitos ou com a “sobreposição muito maior de territórios” (HAESBAERT, 2007, p.48). Ele destaca este processo como uma “complexificação” de territórios.

Ratificando a ideia de sobreposição entre passado e presente nas cidades, a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto (2006), em seu artigo “A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço”⁴⁹, destaca a heterogeneidade e completude dos vários espaços das cidades, que são “impregnados de significados simbólicos, seja no ambiente urbano – no bairro, na rua ou no interior das habitações –, seja numa rede de relações exteriores que estabelecem com outros territórios (étnicos, culturais, políticos)” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 150).

Guimarães Neto (2006) atribui como Lepetit (2011) o fator temporal na construção da história das cidades, destacando a “coexistência virtual do antigo com o atual”, uma vez que o passado histórico se mescla ao novo, gerando invenções ou “(re)descobertas” a partir das memórias e relatos que emergem das cidades. Neste ponto a autora utiliza da “exploração” da memória dos habitantes

⁴⁹ Neste artigo a autora analisa as representações sobre as cidades a partir da narrativa e história oral dos habitantes, como “relatos de espaço”. Nestes relatos, a autora destaca que homens e mulheres distinguem simbolicamente espaços e lugares, imbricados às várias temporalidades, que sinalizam práticas culturais, organizadoras dos espaços e constitutivas das configurações urbanas.

das cidades, através do “sistema de signos” que cada um carrega em si, e se embasa no princípio de “experiência de vida”, buscando um “sentido” sempre plural para a análise das cidades (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 145).

Os autores mencionados acima, tratam a cidade como um local em transformação, não a classificando por partes ou setores, podendo-se assim verificar a inter-relação e interdependência entre as dimensões nas cidades. Desta maneira, as mudanças nas cidades podem ser contempladas por “temporalidades humanas”, não sendo possível estabelecer cronologicamente “a sua verdadeira contemporaneidade”, uma vez que os “desníveis (econômico, social e cultural) são criados” e representados pelas ações humanas, seja em sua “estrutura formal e seu funcionamento real” (LEPETIT, 2001, p.42).

Os “fenômenos de interação” acima mencionados, (LEPETIT, 2001) associa-se também à heterogeneidade sugerida por Bardet (1990) ao tratar as cidades. Bardet (1990) discorre sobre algo múltiplo em torno do urbano, formado por vários atores, que interagem por entre os fenômenos da cidade de Lepetit (2011). É uma simbiose, pois as cidades são de fato a ‘soma de suas partes’ e sendo assim, deve-se considerar suas múltiplas facetas temporais, econômicas, sociais, espaciais, culturais e artísticas para a compreensão e até mesmo proposição de planos, sejam eles urbanísticos ‘regulamentados’ ou não, pois nem sempre o que é regulamentado, representa seu “funcionamento real”.

Neste ponto, podemos imaginar cenas do cotidiano da cidade em que nos deparamos com ações sem serem elas ‘previstas’ para ocorrerem em determinado espaço. E ainda, num mesmo local, é possível que aconteçam múltiplas ações distintas, caracterizando uma multiterritorialidade. Haesbaert (2004) trata múltiplas ações como uma “multiplicidade de manifestações”, se referindo a uma “multiplicidade de poderes, incorporada através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos”, que buscam o controle territorial a partir das práticas sociais impregnadas e vivenciadas no território (HAESBAERT, 2004, p.3).

Como exemplo, podemos imaginar uma praça pública na cidade que funcione para um vereador em véspera de eleição, como um palco de promoção política, portanto, como um instrumento de poder, afim de garantir votos. Esta mesma praça, para um aposentado, se configura como um espaço de lazer cotidiano, onde este passa as tardes jogando baralho. À noite, este mesmo local pode ser usufruído de modo diferente, quando utilizado para tráfico de drogas.

Assim, cenas cotidianas se mesclam no mesmo pano de fundo, a praça pública, possibilitando multiplicidades de ações (HAESBAERT, 2004), caracterizando as multiterritorialidades presentes nas cidades.

Os conceitos territoriais expostos, voltados à uma lógica identitária e de experimentação e vivência do espaço, permeiam o conceito de cidades criativas. Este diálogo é possibilitado pela abordagem interdisciplinar, pois ela articula várias disciplinas de modo a gerar a construção de um “novo objeto” e “ampliar a inteligibilidade do real” (LEPETIT, 2001, p.40). Esta abordagem possibilita uma leitura heterogênea das cidades criativas, que se transformam cotidianamente através da “multiplicidade de manifestações” (HAESBAERT, 2004). Estas cidades recorrem à criatividade individual ou do grupo, como moeda de valor, pois é a partir das idiossincrasias e particularidades de cada cidadão, que se exprime a carga ‘criativa’ nas configurações dos múltiplos territórios urbanos.

Assim, as cidades criativas, buscam uma aproximação dos atores das cidades e suas estruturas físicas, sociais e econômicas. São cidades que de fato tentam ampliar a “inteligibilidade do real” para propor mudanças significativas em seu tecido urbano. Ela permite a integração das pessoas com os espaços públicos, onde acontecem a multiplicidade de ações e territórios, singularidade de identidades e conseqüentemente mutações em sua estrutura original. Desta forma, o conceito de território será proposto extrapolando o ambiente geográfico, associando-o à discussão de cidades criativas e seus desdobramentos.

Para embasamento do conceito de cidades criativas, retoma-se a fundamentação histórica do Urbanismo (primeiro capítulo), quando a cidade industrial apresentava demandas e problemas em sua estrutura. Neste contexto, buscou-se modelos para tratá-la ou torná-la mais sadia. Tentaram criar a cidade ideal. Porém, os modelos tenderam a uma padronização de cidade, desconsiderando suas temporalidades e suas ações particulares.

Cada cidade possui seu valor e característica, que são variados e diversos e são conformados a partir das histórias, das vivências e dos hábitos de seus habitantes, mas que também andam associados ao contexto político, histórico e econômico, que se misturam em meio às relações nela concebidas, não devendo ser tratadas a partir de um modelo.

A partir desta lógica, cidades criativas é um conceito que resgata e valoriza a cidade e os cidadãos que as habitam a partir delas mesmo. Várias cidades podem

ser criativas, mas elas não serão enquadradas num único modelo. Tornam-se criativas a partir delas mesmas, através de suas histórias, seus hábitos, sua economia, seus costumes, reunindo os conceitos tratados por Lepetit (2001), Di Méo (2004) e Haesbaert (2004; 2007). De acordo com Ana Carla Fonseca Reis (2011), a cidade criativa possibilita conexões “entre pessoas e seus espaços”, que se ligam à “identidade e à essência da cidade, bem como ao entendimento do passado para construir o futuro” (REIS, 2011, p. 24).

Portanto, não há uma sistematização ou parâmetros rígidos para se conceber a cidade criativa. Ela é conformada pelo seu passado e seu presente, não anulando um ou resgatando o outro, como nos modelos propostos no século XIX e XX, estabelecendo um contraponto com as teorias expostas nos itens anteriores e se distanciando dos modelos ideais passíveis de reprodução em qualquer cidade do mundo. A cidade criativa busca uma relação entre os cidadãos e sua estrutura, de modo a reconciliar os habitantes à sua própria história, no intuito de redescobrimto dos espaços existentes. Há uma busca em promover uma “sinergia entre os setores da cidade que normalmente são separados” (BONNIN in REIS; KAGEYAMA, 2011, p.100).

Desta forma, cidades criativas podem ser tratadas como um conceito contemporâneo de urbanismo, que envolve não apenas o espaço físico construído propriamente dito, mas permeia o cotidiano e ritmo de vida das aglomerações urbanas ou indivíduos a partir de suas particularidades, seu passado e sua estrutura existente. É uma cidade que permite diversidades em seu território, que por sua vez será tratado como múltiplo, a partir da multiplicidade de ações que acontecem no ambiente urbano.

As cidades contemporâneas abrangem diversidades étnicas, ideológicas, sociais, econômicas e culturais, que além de conviverem com grandes diversidades e diferenças, possuem funções práticas e funcionais de se manterem e sobreviverem frente à economia global competitiva e ainda servirem de plataforma às relações sociais, relações de convívio, trocas, permitindo ou não a interação entre seus habitantes.

O autor Charles Landry (2013) destaca a importância das cidades se “comunicarem de forma icônica”, atribuindo as qualidades que as cidades possuem às próprias capacidades criativas dos habitantes, onde ele destaca a “curiosidade, imaginação e criatividade como precondições para as invenções e inovações se

desenvolverem” (LANDRY, 2013, p.6). Este conjunto de estratégias levaria a resolução de problemas urbanos e criariam novas possibilidades.

Discutiu-se por muito tempo acerca do futuro das cidades e inclusive denominaram tipologias próprias às cidades, como se elas existissem ou só poderiam continuar a existirem se seguirem ou se fixarem nesta ou naquela direção. Nelas acontecimentos sólidos e abstratos se concretizam de modo a forjar em seu tecido marcas de tempos que transitam por gerações, caracterizando e re-caracterizando tradições e costumes. As cidades criativas passam por transformações ou mutações em seu tecido urbano, diante de uma sociedade carregada por um dinamismo e complexidade particular, envolvendo passado e presente, imbricados numa temporalidade plural.

Tratar cidades criativas como territórios simbólicos nos faz pensar acerca das particularidades de cada local, sobretudo a partir de seus atores sociais e seus hábitos. Os territórios simbólicos se constituem nos processos sociais diversos que se estabelecem no passado e reaparecem ou se reinterpretam no presente tempo. As cidades são escritas e reescritas constantemente por meio de seus usuários e a partir das transformações que nelas sucedem. As transformações urbanas podem ser vistas como as mutações e inovações que transcorrem em seu território.

As mutações urbanas se caracterizam pelas mudanças ocasionadas no tecido urbano sobretudo decorrente da globalização e das novas tecnologias, segundo Leite (2012). Os fenômenos mencionados corroboraram com a “fratura” de áreas nas cidades segundo o arquiteto, causando fissuras em seu tecido, em que se considera a desativação de antigos edifícios, áreas vagas, sem perspectiva de apropriação ou “difícil apreensão na percepção coletiva dos cidadãos” (LEITE, 2012, p.50).

Em contrapartida, Leite (2012) demonstra a expectativa em que há nas áreas livres das cidades, vagas, mas com grandes possibilidades de apropriação e ressignificação por parte dos cidadãos. O autor relata a presença da singularidade das cidades ainda em meio a um processo que sugere uma padronização ou planificação das cidades. Em vista disso, Leite (2012) pondera que “deve-se ter em mente, porém, que, mesmo nos lugares onde os vetores da globalização estão mais presentes, o território habitado e com vida local mantém características próprias, cria novas sinergias que se contrapõem à globalização” (LEITE, 2012, p.50).

Interessante destacar o papel inquietador do arquiteto, que busca uma urbanização menos segregativa e mais fluida, o que nos remete à necessidade de se evitar “mosaicos de territórios” (LIMA; VALLADARES, 2000). Leite (2012) expõe a cidade contemporânea com ausência de limites, eixos e simetria. Menciona ainda que a arquitetura perde seus símbolos e monumentos e menciona contundentemente que o território se fragmenta. O autor declara a impossibilidade de se propor mapas mentais conforme o estudo de Lynch. E aqui se coloca uma crítica severa à lógica internacional de produção capitalista, que busca uma unificação de propostas urbanas principalmente pelo viés de fluxos, que podem ocasionar concentrações urbanas e se assemelhar por qualquer cidade do globo (LEITE, 2012).

Como arquiteto e urbanista, Leite (2012), sufocado por uma tentativa de massificação das cidades, se coloca como um cidadão-arquiteto que vê a cidade atual sucumbindo a uma estratificação de seu território, mesmo acreditando em singularidades presentes no espaço urbano por meio da memória coletiva e hábitos compartilhados. E assim, “remando contra a maré”, a cidade criativa, carregada de conceitos e intenções positivas, se abre para um futuro (o futuro que os progressistas, culturalistas e naturalistas preconizavam), com expectativas reais e não ilusionistas nem tampouco irrealizáveis, mas contextualizadas, revisando o passado para se delinear o presente e o futuro.

A cidade criativa se configura em territórios simbólicos por evidenciar o lugar vivido e não esquecer das inscrições humanas que perpassam pelas relações de reconhecimento do grupo com seu território (CLAVAL, 2013). Os Territórios Simbólicos nessas cidades se embutem na “inventividade, nas habilidades e nos talentos das pessoas”, e para além das edificações, se respaldam nas “motivações, símbolos, atividades e repertório do conhecimento local, inserido em artesanato, produtos, serviços e pesquisa” (LANDRY in REIS; KAGEYAMA, 2011, prefácio).

O repertório local juntamente com o reconhecimento de sua história e seus costumes se unem à criatividade individual e a capacidade de inovação, fatores esses pertinentes às cidades criativas. Segundo Landry (2011), a criatividade é a imaginação aplicada e a partir dela, surgem novas ideias, processos, tecnologias, produtos, que se aplicados, se tornam inovações. A abrangência da criatividade anda lado a lado à ideia de continuum, pois por se caracterizar como uma “engenhosidade multifacetada”, pode se manifestar em qualquer campo, “do social

ao político, do organizacional ao cultural, do tecnológico ao econômico”, requer apenas flexibilidade ao modo de pensar das pessoas (LANDRY in REIS; KAGEYAMA, 2011, p.11).

O caráter das inovações nas cidades criativas é atribuído por Reis (2012) como “a capacidade de solucionar problemas e antecipar oportunidades, das mais diversas ordens” (REIS, 2012, p. 76). Assim, as inovações se associam às grandes e pequenas cidades, a começar por ações específicas até mesmo em um pequeno bairro. Não há restrições em se propor inovações no tecido urbano. O que deve ser feito é envolver e considerar a participação e hábitos dos cidadãos e da comunidade e inseri-los em propostas contextualizadas. Como exemplificação, as inovações podem se constituir em programas implementados com o apoio governamental e cidadão. O importante é que esses programas ultrapassem o protagonismo governamental.

Reis (2012) ilustra isso, a partir da cidade de Bogotá, que conseguiu por meio de inovações subsidiadas por “programas criativos”, unir os “laços locais e o sentimento de pertencimento” das várias camadas sociais. Assim, a autora afirma que a democracia e tolerância são matérias-primas e matrizes da inovação (REIS, 2012, p.138).

Neste ponto, enxergar o espaço social ou o território como “complexo e heterogêneo”, nos remete ao ponto de vista do arquiteto Bardet (1990), ao se referir à heterogeneidade, que se forma por uma “multiplicidade de grupos secundários”. As pessoas das cidades não são iguais, e por isso, enxerga-las por suas subjetividades, garante propostas e inovações coerentes por meio da diversidade social.

Como exemplificação de inovações que interagem com a comunidade local, em Bogotá, a inclusão de ex-combatentes armados ilegais configuraram a reaproximação de laços comunitários e garantiu a inclusão e capacitação “na arte de lidar com a cidade e com o outro que nela vive (REIS, 2012, p.138). Dentro dessa reflexão, a ecologia urbana apresentada anteriormente, e ancorada pelos estudos sociais da Escola de Chicago, permite enxergar a cidade por seu continuum (HAESBAERT, 2004), não admitindo fragmentos territoriais e sim compreendendo a cidade em sua totalidade, garantindo a pertinência e o sentido de apropriação e uso do espaço (LIMA; VALLADARES, 2000).

A partir da discussão de inovações na cidade, Reis (2012) atribui mais duas características que se associam à uma cidade criativa: conexões e cultura. As conexões seriam as relações existentes entre as pessoas, o espaço e as identidades (que Di Méo, 2004 apresenta como conformadoras de símbolos territoriais); entre a história urbana, o contexto presente e as estratégias futuras; entre setores públicos, privados e a sociedade; por fim, compreende-se a singularidade do local dentro de um espectro maior, considerando até mesmo a ressonância da cidade para o mundo (REIS, 2012).

A terceira característica de uma cidade criativa, a cultura, se liga aos aspectos simbólicos, através da identidade e dos valores compartilhados, que gera impacto na economia por sua carga criativa, o que pode desencadear novos olhares e descobertas para a cidade (REIS, 2012). Assim, relaciona-se a identidade de um lugar como expressão de uma coletividade, que se estende dos sujeitos ao território (DI MÉO, 2004) e que é estabelecida por meio das vivências espaciais que se configuram nos territórios simbólicos nas cidades criativas.

As práticas sociais, os hábitos e os costumes se imbricam ou se conectam (sob o olhar de Reis, 2012) por estruturas temporais (LEPETIT, 2001), que compreendem o passado revisitado no presente, garantindo a singularidade e particularidade de cada lugar. Choay (2002), ao mencionar que cada cidade é um “caso particular”, vislumbrava *avant la lettre*, o conceito de cidade criativa. Ainda que a arquiteta se posicionasse criticamente aos modelos anunciados para o ‘futuro das cidades’, já esboçava uma cidade compreendida holisticamente e não apenas em uma vertente ou outra.

A cultura, traço marcante em uma cidade criativa, é vista por Reis (2012) como um elemento multifacetado e que se complementa com outras esferas das cidades, como o valor simbólico, já mencionado, que é o que determina a coesão social e a cidadania. Seria o “amálgama identitário”. Outra esfera é a econômica, que gera sobre a cidade um impacto direto ou indireto, “agregando valor a setores tradicionais da economia” (REIS, 2012, p. 78).

Por último, o setor turístico e o urbano se encarregam de fomentar a cultura da cidade criativa. O turismo serve como elemento de atração daquilo que se desenvolve na cidade e o urbano se estabelece na formação de um “ambiente criativo, aberto a novas ideias e conexões intraurbanas, desencadeador de

inovações, do livre-pensar e de novas propostas para aprimorar a qualidade de vida” (REIS, 2012, p. 78).

Essas escalas mencionadas por Reis (2012) corroboram com o conceito do continuum territorial de Haesbaert (2004), compreendendo a cidade como um organismo vivo, configurada por multiterritorialidades que se justapõem no cotidiano urbano. A complexidade existente nas cidades criativas se inserem nesse continuum por justamente conseguir, a partir desse olhar, embrenhar nas diversidades existentes nos territórios citadinos. Acessar o valor simbólico presente nas cidades, permite ver o que o outro não vê, permite se debruçar nas histórias, na memória coletiva e descobrir novos caminhos para proposições urbanas, econômicas e até mesmo políticas, relacionadas à realidade social e com reconhecimento de que a cidade pertence a quem nela vive e a usufrui.

Ressalta-se que essas mutações e transformações presentes nas Cidades Criativas são acompanhadas por um amplo debate acadêmico. Busca-se retomar esse debate ocorrido no último Congresso Internacional sobre Cidades Criativas para se levantar as temáticas que despontam nas discussões e pesquisas para, num segundo momento, pontuarmos e reafirmarmos a pertinência de um diálogo com os Estudos Territoriais, conforme indicado nos itens anteriores.

4.3 BALANÇO CRÍTICO DO V CONGRESSO INTERNACIONAL CIDADES CRIATIVAS

Este tópico propõe como fechamento da dissertação, um balanço crítico a partir do que se tem explorado acerca de cidades criativas. Para trazer a contemporaneidade do tema, far-se-á a verificação do tema Cidades Criativas pelo viés dos Estudos Territoriais. Para isso, buscou-se no V Congresso Internacional de Cidades Criativas, ocorrido entre os dias 25 e 27 de Janeiro de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este Congresso consta por 4 edições anteriores ocorridas em Madri (2009, 2011 e 2016) e em 2013, no Brasil, em parceria com a UNICAMP.

O Congresso preconizou, dentro de 20 eixos temáticos, a cidade como o lugar onde as pessoas vivem, expressam-se, compartilham experiências. Além do mais, evidenciou-se as múltiplas escalas que interagem de modo a contemplar seu

passado, sua memória, suas representações concretas e simbólicas. Segundo Alves e Garcia (2017), diretores do Congresso em questão, “só pensando as cidades como fazendo parte integrante das pessoas, podemos realmente evidenciar as múltiplas vertentes em que se podem e devem ser equacionadas”. Aqui, por este ponto de vista, ratifica-se o pensamento do arquiteto Jan Gehl (2015), que aponta a dimensão humana como necessária para um novo planejamento. Afinal, as cidades são para pessoas.

A temática da Cidade Criativa abre-se como “lugar de inspiração” para todos que “a pensam, estudam e nela vivem”; assim, busca-se neste conceito de cidade um lugar que todos queiram viver, conviver e permanecer.

4.3.1.1 Temáticas em torno das Cidades Criativas

O V Congresso Internacional Cidades Criativas foi financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI). Além disto, a organização também foi viabilizada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).⁵⁰

A comissão científica foi composta por 40 profissionais de vários países, com destaque para Portugal e Espanha. Dentre os 91 artigos compilados em dois livros, denominados Livro de Atas⁵¹, levantou-se 401 palavras-chaves, e 318, eliminando as duplicadas. Dentro delas, identificou-se apenas 4 menções ao termo “Território”. Isoladamente o termo foi encontrado 2 vezes e em conjunto localizou-se “Território Urbano Estigmatizado” e “Território da Cidadania”. Numa abordagem próxima, foi descrito “Desenvolvimento Territorial”. Todos os artigos que trouxeram a temática em questão serão analisados a seguir considerando os Estudos Territoriais e colocando-se criticamente a proximidade e pertinência com o Território explorado pelo viés desta dissertação.

Dentre os “índices de comunicação” ao que se propôs o Congresso, destacam-se:

⁵⁰ Projeto POCI-01-0145 e FEDER-007460

⁵¹ ISBN: 978-84-940289-8-4

- a) A Cidade Construída: teoria e história das cidades
- b) A Cidade Herdada: patrimônio e a cidade
- c) A Cidade Palimpsesto: destruição, reconstrução e memória da cidade
- d) A Cidade Representada e Imaginada: cultura, arte e a cidade
- e) A Cidade Lúdica: ócio e desporto na cidade
- f) A Cidade Viva: bairros, associativismo, segurança, mobilidade e liberdade
- g) A Cidade Transitada: políticas e atuações de transporte e serviço públicos na cidade
- h) A Cidade Habitável: arquitetura e urbanismo na cidade
- i) A Cidade Solidária e Acessível: serviços sociais e integração dos descapacitados na cidade
- j) A Cidade do Mercado: indústria, comércio e economia na cidade
- k) A Cidade Visitada: turismo e a cidade
- l) A Cidade Identitária: identidade e imagem de marca na cidade
- m) A Cidade Sustentável: saúde, água, ecologia e a cidade
- n) A Cidade Virtual e Real: tecnologia e a cidade
- o) A Cidade 2.0.: redes sociais e a cidade
- p) A Cidade do Futuro: juventude e a cidade
- q) A Cidade Criativa: tradição, personalidade e inovação na cidade
- r) A Cidade Sábia: educação e a cidade
- s) A Cidade Igualitária: gênero e a cidade
- t) A Cidade Política: gestão e administração das cidades e políticas para os cidadãos

De maneira geral, constatou-se dentre os artigos que continham a palavra-chave 'território', a ausência de fundamentos teóricos voltados aos Estudos Territoriais. O termo território empregado pelos autores pode ser substituído por bairros, áreas e afins. Portanto, trata-se de um termo empregado dentro de senso comum, abrangendo um aspecto geográfico, que por vezes é definido em planos de zoneamento das cidades.

No caso do artigo apresentado pela arquiteta Cláudia Muniz Moreira, a autora recorre ao termo território urbano estigmatizado, mas o próprio título do texto substitui o termo por bairro. O artigo chama-se "Bairro estigmatizado e

transformado”⁵². Em contrapartida, o artigo recorre a elementos importantes já abordados ao longo desta dissertação. Ao traçar o território representado pelo bairro de Moravia (Medellín-Colômbia), a autora se apoia na construção da história e memória dos moradores locais, na tentativa de resgatar a paisagem urbana transformada pelos conflitos socioambientais (MOREIRA in ALVES et al., 2017).

Sua metodologia de estudo se respalda também nos métodos da Escola de Chicago, embora não mencionada como uma fonte primária de contribuição aos estudos urbanos. A arquiteta recorreu a uma abordagem qualitativa para captação da realidade através da interpretação de fatos históricos ligados pelos relatos pessoais dos moradores mais antigos (MOREIRA in ALVES et al., 2017).

Traça-se aqui a pertinência da memória, que se debruça na “exploração” da memória dos cidadãos, através de “sistemas de signos”, embasados pela “experiência de vida” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 145). Portanto, o bairro estudado, para além do fator de estigmatização, muitas vezes julgados pelos dirigentes públicos e pelas pessoas não participantes da comunidade, carrega em si um fator simbólico, conformando os territórios simbólicos nas cidades.

Neste sentido, vale ratificar a importância da memória, do tempo e da história local aos conceitos contemporâneos de cidades criativas, algo demarcado pela autora quando cita “território-espaco onde se estabelece uma ordem simbólica, mediante um processo vivencial, desordenado e rizomático, não programado ou dirigido por um centro articulador” (MOREIRA in ALVES et al., 2017, p.280). Essa identificação do “território simbólico de Moravia” (mas não caracterizado assim) se fez por meio dos habitantes, seus relatos e suas histórias.

Caberia, sem dúvida, a exploração da temática apresentada aos moldes dos Estudos Territoriais. Estes, seriam o amálgama na argumentação do Território Simbólico de Moravia, auferindo novos olhares e densidade ao conceito de Cidades Criativas. As histórias e memórias em Moravia delinearão as multiterritorialidades presentes em seu território, e a diversidade do bairro seria vista em suas múltiplas interfaces.

A segunda menção da palavra-chave Território, se faz na temática A Cidade Identitária, que se introduz no contexto da identidade e marca da cidade, expressada através de um recurso natural, no caso a erva mate. O autor do

⁵² Corresponde ao eixo temático “A Cidade Palimpsesto: destruição, reconstrução e memória da cidade” (ALVES et al., 2017)

artigo⁵³, Reinaldo Knorek, estuda a cidade de Canoinhas (SC) sob o viés de sua formação histórica e de sua imagem ligada a erva mate. Este recurso natural fortaleceu relações solidárias voltadas a comunidade que exploravam a erva mate, ocasionando a formação de bairros rurais, fortalecendo práticas e costumes locais.

Segundo o autor, Canoinhas se configura como Território da Cidadania⁵⁴ (uma ação do Governo Federal em áreas rurais) e festeja sua herança cultural e histórica na FESMATE (Festa Estadual da Erva Mate). O autor, através do método documental e bibliográfico com entrevista e questionário realizados durante a tradicional festa, fundamentou sua pesquisa argumentando que o lugar possui sua marca identitária a partir de seus produtos e serviços.

Reconhece-se a pertinência de tratar este artigo pelo Estudo do Território, o que infelizmente não se apresenta. A relação territorial presente na conformação de Canoinhas poderia ser compreendida como um continuum, permeando a relação econômica à simbólica, que debruça-se pela força presente do recurso natural da cidade.

Na temática, A Cidade do Futuro: juventude e a cidade, o único artigo apresentado, por Cristiane de Freitas Cunha⁵⁵, lida com o termo território de maneira mais abrangente e menos profunda. O território pode ser substituído por outros termos como lugar ou local (escolas, centro de saúde, ocupações), sendo tratado até mesmo como um território desconhecido, neste caso se referindo à puberdade dos adolescentes. A autora se refere aos processos corpóreos que os adolescentes passam como um 'território desconhecido'. Neste caso, outros termos seriam mais adequados e pertinentes para a tratativa proposta. Por fim, o termo Território sequer é mencionado na conclusão do artigo, demonstrando uma incoerência na adoção do termo como palavras-chaves do estudo.

A última menção ao termo território, encontra-se no artigo Governança Territorial e Planos Diretores em cidades inseridas no Território da Cidadania em Santa Catarina – Brasil, escrito por Reinaldo Knorek e Newton Marçal Santos. Ao aprofundar na leitura do texto, mais uma vez constata-se a superficialidade em que o termo é trabalhado. Nesse sentido, o processo de planejamento e gestão

⁵³ Título do artigo: Território da Cidadania: a erva mate como marca na história de desenvolvimento da cidade de Canoinhas-SC-Brasil (ALVES et al., 2017).

⁵⁴ Este termo Território da Cidadania não se liga aos Estudos Territoriais. Será abordado logo a frente através da explanação de outro artigo do mesmo autor, que o coloca como palavra-chave de seu estudo.

⁵⁵ Título do artigo: A janela e a cidade - clínica contra segregação (ALVES et al., 2017)

dinâmica, os quais se propõe o artigo, seriam mais coesos e fundamentados se o território fosse tratado nos moldes da Geografia ou dos Estudos Territoriais. Os autores delinham o termo território sob uma abrangência dimensional, distinguindo desenvolvimento local e territorial, sendo que o último teria uma maior abrangência.

O termo Território da Cidadania, apresentado no artigo mencionado e composto no eixo temático A Cidade Política, se apresenta como um Programa do Governo Federal, que seria responsável pela execução de ações voltadas à melhoria de condições de vida, oferta e acesso a serviços públicos e inclusão econômica e social das populações. Este programa estaria aplicado especialmente nas áreas rurais, ou como os autores mencionam, respaldados pelo Governo Federal, territórios rurais. Verifica-se a equalização do termo território como áreas ou regiões geográficas do país.

A palavra-chave Desenvolvimento Territorial, do artigo de Carlos Balsas, intitulado *The creative Janus of the Berkshires-Hudson Region in Massachusetts and New York*⁵⁶, liga-se a um Plano de Sustentabilidade Regional, de forma a promover os interesses da região de Berkshires-Hudson⁵⁷, planejando uma agenda de desenvolvimento a partir das características locais. A proposta do autor para o desenvolvimento territorial é evidenciar as características da região compreendida entre Massachusetts e Nova York, resignificando as marcas negativas existentes e potencializando as positivas. O projeto se respalda por questões econômicas às culturais, promovendo o desenvolvimento local nos moldes de uma Economia Criativa (BALSAS in ALVES et al., 2017).

Embora o artigo analisado dentre os demais trate diretamente com Cidades Criativas voltadas à Economia Criativa (e sua relação com o desenvolvimento regional), mais uma vez o Estudo do Território é desconsiderado. Infelizmente, a trajetória territorial frente a análise de Cidades Criativas é incipiente. São temas que se relacionam e que devem ser explorados de modo a ampliar a inteligibilidade de ambos, reforçando o caráter interdisciplinar e possibilitando novos diálogos epistemológicos.

⁵⁶ O Janus criativo da região Berkshires-Hudson em Massachusetts e Nova York. Tradução nossa. Artigo do eixo temático: A Cidade Criativa: tradição, personalidade e inovação na cidade (ALVES et al., 2017)

⁵⁷ É uma área de três condados com dois municípios contíguos (Rensselaer e Columbia) no estado de Nova Iorque e uma em Massachusetts (Berkshire).

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O V CONGRESSO INTERNACIONAL CIDADES CRIATIVAS

De um modo geral, pela conclusão dos artigos compilados nos livros do Congresso, fica sobremodo evidenciado a relação histórica constituída nas cidades através dos patrimônios. Coloca-se uma crítica acerca da eliminação de edifícios antigos pela lógica especulativa, que reconstroem a cidade contemporânea para visitantes, adotando um estilo pastiche. Questões culturais e patrimoniais são tratadas como valorização da diversidade das cidades, conferindo aos edifícios “mecanismos de transformação” nas cidades.

Essas questões se associam à herança das cidades, que mesclam fatores diversos, imbricando identidades pela diversidade das comunidades que vivenciam os espaços. Numa esfera mais delimitada acerca das cidades criativas, aponta-se a valorização da cidade e sua identidade global como objeto de reflexão acadêmica, a fim de valorizar as particularidades das cidades e suas heranças.

A criatividade é pautada como elemento de vários projetos, através do conhecimento científico nas universidades. Além disto, busca-se uma ênfase não apenas no contexto da criatividade, mas em demais questões que sejam catalisadoras como novas reflexões acerca da cidade. As Cidades Criativas são consideradas como incorporadoras da cultura e bem-estar sócio-econômico que se abre para o futuro. Elas são definidas por suas iniciativas sociais de integração e de serviço às comunidades. A discussão em torno das indústrias criativas são levantadas para além da cidade, pois deveriam se estender às áreas rurais.

Outro aspecto relevante apresentado nos artigos foi a importância de integrar a arte no espaço urbano como promoção da criatividade e diálogo entre o patrimônio e as novas formas criadas. O turismo foi tratado como parte integrante da propagação cultural, reforçando identidades pessoais e coletivas em torno das cidades, sobretudo cidades com valor histórico voltado ao patrimônio. O turista é mencionado como um co-produtor de criatividade urbana, através da abordagem de um turismo criativo. Ele é visto como um agente que retorna à cidade não devido a seu patrimônio existente exclusivamente, mas pela experiência vivida no local.

A comunicação, respaldada por plataformas digitais, é inserida no contexto das cidades atuais por sua alteração na dinâmica urbana e nos novos movimentos

sociais que têm ocorrido através das redes de comunicação. Discutiu-se portanto, o conceito de cidade como um sistema de comunicação. Até mesmo o ensino das escolas foi delineado dentro da temática Cidade Sábia, colocando a escola de forma a integrar e incluir recursos, potencializando a aprendizagem. Assim, diferentes abordagens de manifestações teóricas e práticas se reúnem ao bojo de Cidades Criativas, todas elas no intuito de favorecer ou converter os lugares, propiciando uma vivência e permanência saudável e aprazível.

Enfim, a forma como o termo Território fora usado no V Congresso Internacional Cidades Criativas, indica uma perspectiva preocupante quanto sua abordagem nas Cidades Criativas. Utilizado de forma tão somente na sua perspectiva material/objetiva, o Território deixou de ser tratado de forma crítica, tornando-se sinônimo de outros termos como local, lugar, vizinhança, bairro, etc. Ressalta-se que esse tipo de uso denuncia também uma outra ausência: a falta do uso crítico de outros termos que podemos considerar essenciais para discutir cidades criativas.

Na realidade, sem um uso crítico e consistente de cada um dos termos abordados à cidade, seja ela criativa ou não, se torna incompreensível. A cidade perde seu aspecto humano e dinâmico; e, parece mesmo lançada a uma existência sem tempo e espaço, sem integração e perspectiva. Em outras palavras, todo o debate produzido parece não se contrapor de fato às teorias urbanísticas já expostas no capítulo inicial dessa dissertação. Os autores buscam falar de uma cidade humanizada mas não se apropriam de uma visão holística e interdisciplinar capaz de abarcar a complexidade do tema.

Como já foi mencionado, os Estudos Territoriais seria um amálgama capaz de dar força e argumentação ao conceito de Cidades Criativas. Estudar Territórios Simbólicos evidencia as inscrições humanas no lugar vivido, considerando as relações de reconhecimento dos grupos com seu meio (CLAVAL, 2013). Assim, os Territórios Simbólicos nas Cidades Criativas permeiam uma 'relação horizontal', no sentido de enxergar o homem, as práticas e os territórios, num processo contínuo, que abrace a diversidade em suas múltiplas interfaces.

O Território Simbólico no bojo das Cidades Criativas nos permite ver além das estatísticas. O olhar se volta para o cotidiano, para a vivência, para a experiência. A Cidade Criativa se territorializa pela prática e pelo uso. Ela adquire significado

porque marcas foram impregnadas em seus lugares. Ela se torna Território Simbólico porque foi reconhecida por seus atores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades enquanto protagonistas de múltiplos acontecimentos, relações e trocas culturais, econômicas, políticas e sociais, permitem a materialização de trajetórias históricas às heranças simbólicas, que se alternam diante de novos quadros sociais, desenhados por práticas, costumes e hábitos dos cidadãos. As cidades são feitas por e para as pessoas. Pensar em cidades e seus desdobramentos futuros requer um comprometimento com histórias alheias, que marcaram a memória, percorrendo experiências diárias da vida cotidiana dos homens, no tempo e espaço, perfazendo territórios.

Os conceitos de Território, tempo, Memória e Identidade na dimensão urbana, deveriam ser alvos de intensos debates por diferentes ciências para além das tônicas das ciências sociais aplicadas. A abordagem interdisciplinar traz em seu bojo uma complexidade e diversidade em suas múltiplas interfaces, constituindo um amplo leque de diálogos e reflexões sobre o papel do Território, sobretudo o Território Simbólico, por suas manifestações culturais e seus significados.

A perspectiva histórica e teórica do Urbanismo nos trouxe uma excelente contribuição no sentido de crítica e posicionamento frente ao que ocorria e infelizmente ainda ocorre com o planejamento urbano. O urbanista Alexandros Washburn⁵⁸, em uma entrevista feita no Brasil, menciona que em nenhuma profissão ou arte se vê tão poucos decidindo por muitos. Aponta-se aqui a necessidade de arquitetos e urbanistas se debruçarem mais no caminho do planejamento urbano.

⁵⁸ Urbanista do Departamento de Planejamento Urbano de Nova Iorque.

Através da vertente humanizadora promulgada pela Antrópolis (CHOAY, 2002), defendeu-se um urbanismo congruente a um planejamento urbano humanizado, de modo a considerar “necessidades, valores e desejos dos grupos” (RAPOPORT, 1993, p.10). Não se faz planejamento de modo vertical, e sim horizontal. É preciso se voltar para as relações homem-território. O olhar do urbanista deve enxergar aquilo que os outros não veem.

O primeiro capítulo afirma a particularidade de cada cidade. Reforça a ideia de que a cidade é um território, que por sinal se compõe de territorialidades. Portanto, elas não devem se enquadrar em modelos ideais. O ‘continuum’ exposto por Haesbaert (2007) ratifica a ideia de processo pelo qual os territórios nas cidades passam, embrenhando diversas escalas que as tornam peculiares diante de um cenário de globalização.

A cidade, portanto, vista como território, circundada por territorialidades expressas por seus valores simbólicos, inserem-se num “continuum” que pode se tornar uma “estratégia político-cultural” eficiente, como defendido por Haesbaert (2007). Ou seja, enxergar o que os outros não veem vai de encontro com os hábitos, a cultura, os costumes vivenciados nos espaços das cidades, ou melhor dizendo, nas territorialidades das cidades.

As cidades criativas se apresentam na pesquisa, como um conceito para se pensar cidades, mas que deve considerar os Estudos Territoriais como uma lente de aumento da realidade. Ampliar a “inteligibilidade ao real” (LEPETIT, 2001, p.40) através do modelo epistêmico interdisciplinar, permite a construção de novos objetos, que se enriquecem pelos “empréstimos recíprocos, entre as diferentes ciências do homem” (LEPETIT, 2001, p.42).

Ao trabalhar alguns conceitos pertinentes à análise das cidades, o tempo, identidade, memória, se imbricam e se afirmam na perspectiva urbana territorial, que delineou o caminho dessa pesquisa, caracterizando as dimensões simbólicas que o objeto apresenta. Percorreu-se portanto, um caminho interdisciplinar, recorrendo a historiadores, arquitetos, sociólogos e geógrafos, na tentativa de se apreender a dinâmica própria às cidades.

As estruturas temporais para uma hermenêutica urbana (LEPETIT, 2001) se coloca frente ao posicionamento unificador do planejamento urbano. A cidade é feita por seu passado, que se renova e dá origem a novas configurações urbanas. Entender que a cidade não é um palimpsesto é algo de valor! A transposição das

várias temporalidades inscritas em formas passadas faz o território se constituir como uma memória (LEPETIT, 2001). E entender que “as sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias” (LEPETIT, 2001, p. 147) permite acessar a complexidade presente nos territórios citadinos.

Elucidar tais conceitos por ‘lentes territoriais’ nos permitiu percorrer múltiplas interfaces do objeto, especialmente nos aspectos simbólicos. As cidades criativas ganharam um novo contorno, até então não visto, por interpretá-las pelos caminhos da Geografia Cultural Integradora. Dialogamos com cidades criativas frente às multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004), outro conceito que trouxe consigo uma abordagem contemporânea, fundamentada para a discussão das cidades. Para isso, recorreu-se às pluralidades temporais e identitárias na vivência territorial, considerando a relação existente entre o território e os agentes do território, que se afirmam no continuum territorial.

Assim, as multiterritorialidades presentes nas cidades criativas permitem o reconhecimento do território simbólico, vivenciado nas diversas escalas urbanas. Os laços afetivos e a identificação territorial são fortalecidos, e se declinam por estruturas temporais e identitárias, estabelecidas por uma construção de experiências vividas, aportadas pela memória coletiva dos cidadãos (HALBWACHS, 1990).

Por fim, o último item trabalhado na dissertação expressa a congruência de se trabalhar Estudos Territoriais nos amplos debates acadêmicos acerca do tema Cidades Criativas. Os territórios simbólicos presentes nessas cidades seriam evidenciados para além dos dados amplamente coletados nas pesquisas. Sem desmerecer o vasto campo de pesquisas quantitativas, a justaposição de fatores qualitativos validaria e abriria um caminho epistemológico próspero, frente à análise do cotidiano, da vivência e da experiência territorial cidadina.

Esta pesquisa não abarca toda a complexidade do fenômeno estudado. Ela revela, na verdade, um novo caminho. Se abre para um aprofundamento teórico que possibilitaria uma prática coerente para nossas cidades. A cidade vista como território aprofunda epistemologicamente o tema, não dificultando a hermenêutica urbana, mas fornecendo ingredientes próprios à uma interpretação recheada de significados, simbolismos e experiências próprias de quem cria e usufrui das cidades, como eu e você.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

_____. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais eletrônicos**. João Pessoa: ANPUH-PB, 2003. p.1-7.

_____. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

ALVES, Luis M.; ALVES, Pedro; GARCÍA GARCÍA, Francisco. **Libro de Actas. V Congresso Internacional Cidades Criativas**. Porto: 2017.

BARDET, Gaston. **O Urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1994.

_____. **História da Cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRUNET, R. et al. **Les mots de la Géographie. Dictionnaire critique**. Paris: Reclus - La Documentation Française, 1990.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CLAVAL, Paul. A virada cultural em Geografia. In: ALMEIDA, M. G.; ARRAES, T. A. (Orgs.). **É geografia é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013.

_____. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, v. 1. n. 2. p. 7-26, 1999.

DI MÉO, Guy. Composantes spatiales, formes et processus géographiques des identités. **Annales de Géographie**, Paris, v. 113, n. 638-639, p. 339-362, 2004.

DI MÉO, Guy, Processos de patrimonialização e construção de territórios. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 5, número especial - Dez, p. 3 - 23, dez. 2014

Department for Culture, Media and Sport (DCMS – Reino Unido). Londres, 2017. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/department-for-culture-media-sport>. Acesso em: 26 jun. 2017

_____. Creative Industries Mapping Documents. Londres, 1998. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-1998>. Acesso em: 26 jun. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). **História e linguagens: texto, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 195-203.

FLAVIO, Luis Carlos. A geografia e os “territórios de memória” (as representações de memória do território). **Faz Ciência**, Cascavel, v.15, n. 21, Jan./Jun.2013, pp. 123-142.

FLORIDA, Richard L. **A ascensão da classe criativa: e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

FOUCAULT, M. Outros espaços. In: _____ **Ditos e Escritos**. 1984. p. 411-422.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FURTADO, Gonçalo; ALVES, Sandra. Cidades criativas em Portugal e o papel da arquitetura: Mais uma estratégia a concertar. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, v. 99, p. 125-140, 2012,

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar/abr. 1995.

GONDIM, Linda M. Lições da Escola de Sociologia de Chicago para a pesquisa urbana contemporânea no Brasil. In: SEMINÁRIO DA CIDADE E DO URBANISMO,

14, 2016, Fortaleza. **Cidade, Arquitetura e Urbanismo: Visões e revisões do Século XX**. Fortaleza: UFC, 2016. p.89-96.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.32, n. 1, p. 143-155, jun. 2006.

_____. História, Memória e práticas de espaço. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/AGB, 2004.

_____. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, A., (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 393-419.

_____. **O mito da desterritorialização: Do "Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**. Rio de Janeiro, v. 1. n, 2, p. 39-52, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOWKINS, John. **Economia Criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LANDRY, Charles. **Origens e Futuros da Cidade Criativa**. São Paulo: Sesi-SP, 2013.

_____. **The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators**. 2. ed. London: Comedia, 2008.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEPETIT, Bernard. **Por uma história urbana: Seleção de textos, revisão crítica**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LIMA, Roberto; VALLADARES, Lícia. A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 49, p.3-13, jan./jul. 2000.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2009.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.

MARANDOLA JR. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 49-64, inverno, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAZIVIERO, Maria Carolina. **Memória e identidade urbana em Santos-SP**. Usos e preservação de tipologias arquitetônicas da Avenida Conselheiro Nébias. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, São Paulo, 2008.

MELO, R.G.C. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. **Psicologia-USP**, São Paulo, v. 2, n.1-2, p. 85-103, 1991.

MENDONÇA, Francisco. Abordagem interdisciplinar da problemática ambiental urbano-metropolitana: esboço metodológico da experiência do doutorado em MA&D da UFPR sobre a RMC – Região Metropolitana de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, n.3, p.79-95, jan./jun. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Ferreira Sueli; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONFRÉ, Maria Alzira Marzagão. Modelos de Urbanismo: conceitos, desenhos e tipos conforme “O Urbanismo” de Françoise Choay. **Revista Belas Artes**. São Paulo, v. 7, n. 18, p.1-15, mai-ago. 2015.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASPOLINI, V. **Paradigmas do urbanismo: a contribuição de François Ascher**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2009.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. Silva (Orgs.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

PONTUAL, Virgínia. O urbanismo aplicado do mestre Gaston Bardet: conferências, cursos e instituições. **CIEC**. Campinas, v. 8, n. 3, p. 89-110, set/dez. 2016.

RAPOPORT, Amos. **Human Aspects of Urban Form: Towards a Man-Environment Approach to Urban Form and Design**. Oxford: Pergamon, 1993.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades Criativas**. São Paulo: SENAC, 2012.

_____. **Cidades Criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, São Paulo.

REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYMA, Peter (Orgs.). **Cidades Criativas: Perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

ROVATI, João, Urbanismo versus Planejamento urbano? **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v.15, n.1, p. 33-58. 2013.

SALGUEIRO, H. A. Revisão crítica e apresentação. In: LEPETIT, Bernard, **Por uma história urbana**: São Paulo: EDUSP, 2001, p.11 a 29.

SEAMON, David. Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar. **Geograficidade**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 4-18. 2013.

SHAUGHNESSY, John J.; ZECHMEISTER, Eugene B.; ZECHMEISTER, Jeanne S. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SILVEIRA, Délia. Quando a cidade é objeto de pesquisa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 761-772, set./dez. 2007

UNESCO. **Creative Cities Network**. Disponível em: <http://en.unesco.org/creative-cities/node/31>. Acesso em 05 jun. 2016.

VIVANT, Elsa. **O que é uma cidade criativa?** São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. Territorios Plurales, Cambio sociopolítico y Gobernabilidad Cultural. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 21, n. 1, p. 9-49. jan./jul. 2001.